

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

ENTRE NÓS E AS REDES: HISTÓRIA, CULTURA E
CIBERATIVISMO NA SOCIEDADE INTERCONECTADA

TESE DE DOUTORADO

MARINGÁ – PR
2025



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

**ENTRE NÓS E AS REDES: HISTÓRIA, CULTURA E
CIBERATIVISMO NA SOCIEDADE INTERCONECTADA**

MARINGÁ – PR
Nov – 2025

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

**ENTRE NÓS E AS REDES: HISTÓRIA, CULTURA E
CIBERATIVISMO NA SOCIEDADE INTERCONECTADA**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a obtenção do título de doutora em História.

Área de concentração: História, Cultura e Política

Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno

Aprovada em: 28 / 08 /2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Carlos Moreno



Documento assinado digitalmente

JEAN CARLOS MORENO

Data: 16/10/2025 08:46:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori



Documento assinado digitalmente

ANGELO APARECIDO PRIORI

Data: 16/10/2025 09:44:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Marivânia Conceição Araújo



Documento assinado digitalmente

MARIVANIA CONCEICAO DE ARAUJO

Data: 21/10/2025 18:13:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Pedro Casteleira



Documento assinado digitalmente

RODRIGO PEDRO CASTELEIRA

Data: 27/10/2025 08:39:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Neilaine Ramos Rocha de Lima



Documento assinado digitalmente

NEILAINERAMOS ROCHA DE LIMA

Data: 28/10/2025 10:01:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes



Documento assinado digitalmente

SEZINANDO LUIZ MENEZES

Data: 27/10/2025 10:56:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARINGÁ – PR
Nov – 2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A447e	<p>Almeida, Maria Vandete de</p> <p>Entre nós e as redes : história, cultura e ciberativismo na sociedade interconectada / Maria Vandete de Almeida. -- Maringá, PR, 2025. 140 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Moreno. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.</p> <p>1. História. 2. Sociedade. 3. Cultura. 4. Redes sociais. 5. Ciberativismo. I. Moreno, Jean Carlos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 909</p>
-------	--

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	09
Referenciais Teóricos e Objetivos	28
Hipótese e Metodologia	30
Estrutura do trabalho e Público afim	34
CAPÍTULO 1 – ENTRE PASSADOS-PRESENTES: DA ERA DA INFORMAÇÃO À SOCIEDADE EM CONEXÃO	36
1.1. Cibernética e Inteligência Artificial	41
1.2 Vale do Silício: Inovação e Ideologia, Cultura e Tecnologia	54
1.3 A Era da Informação	62
2. CAPÍTULO 2 – AS MUTAÇÕES CULTURAIS: DO ANALÓGICO AO DIGITAL	71
2.1 Crises Teóricas e Cultura de Massas	75
2.2 A nova História Cultural	87
2.3. Cultura digital e Cibercultura	97
3. CAPÍTULO 3 – ARENAS PÚBLICAS EM REDE	102
3.1 Arenas públicas: origens, meio e fim	106
3.2 Estruturas sociais e Análise de Redes	116
3.3 Ativismo em rede e Ciberdemocracia	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE NÓS E AS REDES	127
REFERÊNCIAS	132

À velha índia analfabeta que me criou, minha avó e mãe **Antonia Rosa de Souza**, e minha meia-irmã **Maria José Almeida da Costa**. Suas existências e resistências se tornaram minha maior herança (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

*“Gratidão vai muito além
De usar a palavra: grato
É aceitar, e dá valor
Do quê importa de fato
É saber retribuir
E no dom de dividir
Enxergar o abstrato!”
Poeta Edgar Diniz*

Agradeço a todos os animais humanos e animais não humanos que tem me acompanhado ao longo dos tempos e que tem me agraciado com suas existências. Na classe de humanos, a dupla querida Marcos André e Marcos Nunes, amigos nas horas das alegrias, tristezas e aflições, de uma distância que não separa. Na mesma classe, aqueles de outrora de quase não mais se ter contato, a dupla de professores Pedro Nunes e Eduardo Lyra, como também Siloé Amorim e Magnólia Rejane, que sejam todos de quem me recordo vez ou outra, ou a qualquer hora. De mais recente, Juliana Yamaguchi, uma querida amiga que mesmo ao longe é de uma amizade sempre presente. Na mesma frente, as também amigas Dalva Galdino e Lídia, a Lily com Reginaldo Campana, D. Maria e S. Fausto de mesmo nome de família. Em campos análogos, do saber ou dos saberes, os professores Angelo Priori, José Carlos Gimenez, Hudson Siqueira Amaro, Isabel Rodrigues, Ivana Guilherme Similli, Sezinando Menezes, Sidney Munhoz, João Fábio Bertonha e, não menos memorável Roger Domenech Colácios, em sua providencial carona, sem a qual não haveria pesquisa. Em âmbitos diferenciados das relações e das trocas, as professoras Marivânia Conceição, Flávia Zanuto e professor Edson Romualdo, dentre outros que não se deixa esquecer como o interdisciplinar Hilton Costa além, claro, daquela figura amiga de outros relevantes afazeres educacionais, dos favores e pequenas gentilezas, a afável Denise Montanher. De mais distante, da IES do ABC, os professores Anderson Ribeiro e Ana Maria Dietrich, pelas oportunidades concedidas. Na categoria dos pioneiros, “seu” Arlindo e D. Maura, Agnaldo e Ivanete, todos de descendência italiana e de cognome Bonini, que me concederam o espaço onde abrigar a minha singular, resiliente e persistente existência. Na classe dos animais não-humanos, o simpático casal Flávia Carvalho e Raul Maróstica, além do amigo querido e músico inspirado Cláudio Caldeira, em sua belíssima canção que imortalizou os seres caninos que tem me acompanhado ao longo de tantos anos e para quem eu dedico todo o meu ardor e amor. Se não foi fácil com Frida, Jonhy, Samurai, Tuiú, Loba, Moça, Kiko, Fio, Mãezinha, Rui, Rei, Menina, Raul, Meu Veio, PretinhoBill, Francisca, Kurumin, Sara, Rose, sem Fumaça, Balu, Geléia, Bidu, Juma e tantos, tantos outros, haveria de ter sido bem pior. Aceitem todos meus sinceros agradecimentos, que se estende aos não menos memoráveis, dentre os quais Beatriz Cavalcante, ou os mais recentes e que, com especial destaque, registro a providencial atitude do professor Jean Carlos Moreno que me viabiliza finalizar esta etapa de formação. A todos vocês não há outra palavra ou sentimento que não seja de GRATIDÃO!

RESUMO

ALMEIDA, Maria Vandete. **Entre Nós e as Redes: História, Cultura e Ciberativismo na Sociedade Interconectada**. Maringá, 2025. 140f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História, UEM, 2025.

Em uma dada perspectiva de continuidades, rupturas e crise de paradigmas, este trabalho de pesquisa busca, em um primeiro momento, discorrer sobre múltiplos acontecimentos sociais, eventos políticos, fenômenos naturais e fatos concretos que originaram teorias e métodos científicos, invenções técnicas e inovações tecnológicas que se reais, também digitais e virtuais, ao se considerar o desenvolvimento de tecnologias, em especial daquelas que se resumem sobre a terminologia de informação e comunicação. Assim, procura relacionar processos de transformações e significativas mudanças para antigas tradições culturais, bem como, para convencionais formas de organização social que tem definido novos rumos, ou épocas de ímpares historicidades, para as sociedades humanas ao passar dos tempos. A problematização temática consiste nas questões diretamente relacionadas com a ação social e maior sinergia cultural entre, ou para além das fronteiras estatais da atual organização social, gerando impactos culturais e políticos que corroboram com a formação de novas arenas públicas, de maior efetividade e exercício da cidadania, em diferentes contextos culturais e políticos, em cenários nacionais ou transnacionais, recém-denominados de ativismo em rede, ou de *ciberativismo*.

Palavras-chave: História, Cultura, Sociedade, Redes Sociais, Ciberativismo.

ABSTRACT

ALMEIDA, Maria Vandete. **Between Us and the Networks: History, Culture and Cyberactivism in the Interconnected Society.** Maringá, 2025. 140f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História, UEM, 2025.

From a perspective of continuity, disruption, and paradigm shifts, this research work seeks, at first, to discuss multiple social events, political events, natural phenomena, and concrete facts that gave rise to scientific theories and methods, technical inventions, and technological innovations that are real, as well as digital and virtual, when considering the development of technologies, especially those that can be summarized under the terminology of information and communication. Thus, it seeks to relate processes of transformation and significant changes to secular customs, cultural traditions, as well as conventional forms of social organization that have defined new directions, or periods of unique historicity, for human societies over time. The thematic problematization consists of issues directly related to social action and greater cultural synergy between, or beyond, the state borders of the current social organization, generating cultural and political impacts that corroborate the formation of new public arenas, of greater effectiveness and exercise of citizenship, in different cultural and political contexts, in national or transnational scenarios, recently called network activism, or cyberactivism.

Keywords: History, Culture, Society, Social Networks, Cyberactivism.

INTRODUÇÃO

“A história mundial não é o solo em que germina a felicidade. Períodos de felicidade são, na história mundial, páginas em branco.”

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Paradoxalmente, em uma dada perspectiva histórica de continuidades, rupturas e crise de paradigmas, a humanidade tem vivenciado, testemunhado e registrado múltiplos acontecimentos sociais, eventos políticos, fenômenos naturais e fatos concretos que originaram teorias e métodos científicos, invenções técnicas, inovações e revoluções tecnológicas que alteraram significativamente as formas de pensamento e concepções do saber, o diálogo e harmonização entre ciência e fé que provocaram processos de transformações e significativas mudanças para a produção do conhecimento, para costumes seculares, tradições culturais e, evidentemente, para convencionais formas de organização social, econômica, política e cultural que tem definido novos rumos, ou épocas de ímpares historicidades, para as sociedades humanas ao passar dos tempos.

Portanto, ou sob tais testemunhos, o que em princípio se objetiva ou se busca desvelar com esta proposição de interpretação histórica, consiste nas mudanças confusas ou transformações incontroláveis que novas tecnologias, em especial as que se reúnem sob a insígnia de informação e comunicação, tem provocado no *modus operandi* do existir humano em sua práxis social, cultural e política.

Assim, com a “invenção” do homem¹ e dos tempos modernos que relegaram ao passado as velhas questões relacionadas com a vida e a beleza,

¹ No Renascimento, época de grandes e profundas transformações, as primeiras ciências modernas, Astronomia e Física, passou a estabelecer estreito diálogo que se fixará plenamente na modernidade. Da relação entre as duas ciências, de sua racionalidade científica e produção tecnológica o homem moderno, não apenas expande os horizontes de seu mundo, mas se coloca, a si próprio, como objeto de seu saber nesse novo cenário (Condé, 2000). Para o historiador e filósofo Michel Foucault, até fins do século XVIII o homem não existia e, portanto,

com a arte e a religiosidade, com a política e a economia, com a cultura e a construção do conhecimento científico, a interação entre teoria e técnica, e a relação entre ciência e tecnologia passaram a ter um papel central, senão fundamental, nos prenúncios de uma organização social denominada moderna, na qual a compreensão de ruptura e continuidade histórica se pluraliza com noções de modernismo, modernização e modernidade².

“Novos” tempos, tempos modernos, nos quais os homens se tornaram o epicentro e a medida do conhecimento em tudo que esteja ligado a razão, adquirindo grande poder sobre o meio ambiente. Com a modernidade, passaram a sistematizar as questões do conhecimento para um mundo no qual a razão passa a ser a medida e a “luz” para todas as coisas.

Um marco temporal, ou um período histórico, no qual nasce e cresce a ideia da experimentação, da tecnologia e o ideal de que, tecnicamente, a humanidade pode mudar realidades, alterar os rumos da história e das sociedades humanas. Uma nova ou tênue fronteira pela qual se demarcaram, ou se entrecruzaram, recortes do passado e do presente, processos de novos descobrimentos do mundo, de revolução cultural e de transformação do pensamento, ou da filosofia ocidental³, que rompe com tradições, mitos e

o considera como uma “invenção” recente, tendo em vista que por muito tempo não foi em seu entorno e de seus mistérios que o saber se fez. Na modernidade, com o aparecimento do homem, novos conhecimentos como a antropologia, a filologia, a biologia e a psicologia se voltam para ele e passam a investigar suas origens, evolução, desenvolvimento físico, material e cultural. Sob esta perspectiva, o pensamento moderno isola-se sobre si mesmo e dedica-se a encontrar o homem e sua identidade, pondo em questão tudo que se relacione com o tempo, com as origens, causalidade e história, na busca pelo entendimento de quais sejam as “forças ocultas” que transpassam a história, a linguagem e a vida, que as criam e dominam (Foucault, 2000).

² O filósofo alemão Jürgen Habermas alega que a **modernidade** emerge como tema filosófico ao final do século XVIII, sendo que a palavra como termo técnico será introduzida nos anos 1950, caracterizando uma abordagem teórica que a associa com os aparatos do funcionalismo sociológico desenvolvida pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Sobre o conceito de **modernização**, dirá que o termo faz referência a um conjunto de processos cumulativos e de reforços mútuos, que se efetivam na: “formação de capital e mobilização de recursos; no desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e formação de identidades nacionais; expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; na secularização de valores e normas”, dentre outros (Habermas, 2000, p. 3-5).

³ O filósofo e economista grego-francês Cornelio Castoriadis (1922 – 1997) ao indagar-se sobre o fim da Filosofia, dirá que “todo o ser por si existe, e só pode existir, numa clausura”. Assim acontece também com a sociedade e com o indivíduo. A democracia é o projecto de romper a clausura ao nível colectivo. [...] Assim, o nascimento da filosofia e o nascimento da democracia não coincidem, eles co-significam (Castoriadis, 2011). Ou seja, para este estudioso, o fim da Filosofia está diretamente relacionado como o declínio da democracia e autonomia dos indivíduos em sociedade na qual o cidadão teria autonomia para criar e questionar as instituições e as leis criadas por si mesmo.

lendas herdadas da Idade Média permitindo que o avanço do conhecimento, o nascimento de uma nova ciência, a invenção de novas tecnologias, e o progresso material caracterizado por novas ideias à luz da razão levassem os homens, ou os sujeitos históricos, por “mares nunca dantes navegados”⁴.

Na passagem e início do século XX, foram inúmeros os avanços em tecnologia, especialmente os provenientes da tecnologia eletrônica. Com as transformações ocorridas na Europa e em outras partes do mundo, surgiram novos Estados democráticos, resultados de guerras, revoluções e descolonizações. Como aperfeiçoamento de algumas tecnologias se acelera o ritmo da produção, e a origem de novas invenções, como o telégrafo e o telefone, que viabilizaram o desenvolvimento dos meios de comunicação e facilitaram a transmissão de informações (Hobsbawm, 1995; Sevckenko, 2011).

Um século protagonizado por incontáveis processos de inovação, novas tecnologias e eventos marginais desconsiderados pela historiografia “tradicional”, pelos quais também se registrou a passagem dos tempos, a evolução e transformação das organizações sociais humanas, geopolíticas, econômicas, ambientais e culturais configuradas por um conglomerado de invenções e técnicas em uma dada área, mas que afetaram ou provocaram mudanças em setores totalmente distintos, como os “efeitos borboleta”⁵ do qual

⁴ Expressão extraída da obra *Os Lusíadas*. Camões, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**, 1572 (Canto I, 1).

⁵ Ao final do século XIX começaram a surgir as primeiras contestações sobre a capacidade previsiva da Ciência e as principais características do comportamento caótico passaram a ser percebidas. Entre as décadas de 1960 e 1970, o estudo qualitativo dos sistemas dinâmicos não-lineares sofreu radicais modificações a partir do desenvolvimento de novas técnicas matemáticas e a utilização de computadores, não tão somente como máquinas para fazer cálculos, mas como ambiente para a pesquisa científica. Com a introdução de novos métodos de pesquisa sobre sistemas não lineares utilizando computadores, a matemática do caos contribuiu para uma nova maneira de produzir conhecimento, para o surgimento de uma nova episteme. Uma nova "ecologia cognitiva", segundo o sociólogo e filósofo Pierre Lévy (1993), inaugurada pela introdução de computadores na construção cultural, originando uma forma diferenciada de conhecimento, o "conhecimento por simulação". Usualmente, a palavra Caos tem diversas conotações, mas seu uso para definir um comportamento dinâmico foi proposto em 1975 pelos respectivos pesquisadores chinês e estadunidense Tien-Yen Li e James A. Yorke, em um artigo intitulado *Period Three Implies Chaos*. Diversos pesquisadores se dedicaram na divulgação da Teoria do Caos, escrevendo para um público leigo, gerando grande interesse da população e contribuindo com a popularização de diversos conceitos relacionados com o tema, a exemplo de fractal e efeito borboleta. A metáfora da borboleta nasceu em 1972, criada pelo cientista estadunidense Edward Lorenz (1917- 2008) com a palestra intitulada "Previsibilidade: A Batida das Asas de uma Borboleta no Brasil provoca um Tornado no Texas?" por ocasião do 139º Encontro da Associação Americana para o Avanço da Ciência realizada em Washington, D.C. (Ferrari, 2008).

trata em sua obra o historiador estadunidense da tecnologia Steven Johnson (2015).

Um século estigmatizado pelos impactos de grandes guerras, por conflitos revolucionários, questões industriais e tecnológicas. Um breve século, nos estudos e registros do historiador britânico Eric Hobsbawm (1995), caracterizado por “eras extremas” que se principia com a “apocalíptica” Primeira Guerra Mundial, protagoniza uma catastrófica Segunda Guerra Mundial e se encerra com o delineamento geopolítico e de rivalidades entre superpotências mundiais, configurando divergências e originando o que então se convencionou denominar Guerra Fria.

Um longo século para demais estudiosos do período, demarcado pela ruptura ou impacto histórico de grandes acontecimentos com múltiplas origens, como observa e propõe em sua obra o historiador francês René Rémond (1985) e que, inevitavelmente, provocaram mudanças sociais, reestruturaram regimes políticos, transformaram sistemas econômicos e alteraram, significativamente, ideologias e estados de espírito.

Deflagrada por rivalidades políticas, concorrência econômica, conflitos imperialistas e ressentimentos nacionais, a primeira ou a Grande Guerra Mundial, se provocou corrida armamentista entre nações e colocou o continente europeu em permanente estado de alerta e vigilância, pondo a paz mundial em risco, também foi fator de ruptura que desencadeou a Revolução Russa⁶, além de palco para avanços e inovações tecnológicas⁷, como também

⁶ A revolução deflagrada em outubro de 1917 que explodiu como revolta espontânea das massas desesperadas com a miséria, no contexto da crise internacional e de conflitos imperialistas derivados da revolução tecnológica e organizacional que transformou radicalmente o capitalismo no quadro das formações nacionais europeias e das relações competitivas e imperialistas pela hegemonia e divisão do planeta, culminando com a I Guerra Mundial, foi um fenômeno histórico que inaugurou o socialismo como uma nova formação social, redefinindo as relações sociais e políticas, nacionais e internacionais. Um acontecimento que abalou o mundo, inspirando revolucionários e uma onda de revoluções mundo afora, no qual se enfatizou a apropriação pragmática da tecnologia, sem se considerar o sentido e os significados que tal apropriação poderia adquirir ao passar dos tempos. Outros feitos da revolução foram as "guerrilhas", "insurreições" e a onda global de "descolonização" dos países dominados pelas nações imperialistas (Hobsbawm, 1995; Ribeiro, 2013).

⁷ Além das tecnologias bélicas, dentre tantas outras tecnologias e inovações, resumidamente se pode registrar as tecnologias de sinalização subaquática, a telegrafia submarina, o primeiro dispositivo de sonar funcional do mundo, que precedeu o sonar e o ultrassom, os sistemas de cloração e de filtragem da água, a tecnologia do laser que se tornou essencial para a comunicação digital e a conversão das ondas sonoras da fala humana em expressões matemáticas, escritos em 0 e 1, que deu início a digitalização da informação e, conseqüentemente, ao compartilhamento de arquivos e o surgimento do *streaming* de mídia da era digital (Johnson, 2015).

para o que foi considerado um verdadeiro conflito global por envolver o maior número de nações mundiais, e que então se designou como Segunda Guerra Mundial.

Retratada como um grande acontecimento, uma guerra verdadeira, e um conflito militar global por haver extrapolado o espaço territorial europeu, este segundo combate foi e é considerado, como pontuam historiadores e demais estudiosos, como um desdobramento e uma sucessão da primeira guerra, tendo em vista a similaridade de motivos que provocaram um novo conflito, dentre os quais, o intuito em expandir e engrandecer o imperialismo alemão. Ao seu final, além das divergências entre as nações vencedoras em função das diferentes perspectivas de mundo e distintos projetos políticos, iniciam-se e ganham força os processos de inovação e de revolução tecnológica, protagonizados pela histórica mudança das tecnologias mecânicas para as tecnologias eletrônicas, simbolicamente representadas pela invenção da televisão⁸, da informática e do computador.

No entanto, quando o mundo ainda exibia os rastros da destruição e as ruínas tecnológicas da Segunda Guerra Mundial provocados pelo poderio tecnológico⁹, o antagonismo entre vencedores e vencidos se manifestou radicalmente, alterando a correlação de forças entre os países. Estados Unidos e União Soviética, os grandes vencedores, emergiram como superpotências, em torno dos quais passariam a circular as políticas internacionais, estabelecendo uma relação bipolar entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético. Priorizando suas zonas de interesse, os países aliados sucintamente negociaram e partilharam o mundo. Mediante tal panorama político, para melhor administrar as questões internacionais, logo após a

⁸ O historiador Asa Briggs observa que a partir do comentário de McLuhan publicado no Daily Mirror em 1950: “Se você deixar um aparelho de televisão entrar por sua porta, a vida jamais será a mesma”, se provocou mais comentários e estimulou mais discussões (e mais charges) sobre a televisão do que sobre qualquer outra mídia na história (Briggs; Burke, 2004, p. 243).

⁹ Para muitos, uma guerra de máquinas: aviões, navios, tanques, submarinos colunas motorizadas. A Alemanha tomou a dianteira na fabricação de armas, os Estados Unidos no auge da produção, entre 1943-44, produziam um navio por dia e um avião a cada cinco minutos. No entanto, foram diversas as inovações tecnológicas em demais áreas do conhecimento e que se tornaram de usufruto da sociedade civil. Na aviação, o desenvolvimento do sistema de radares, empregado pela força aérea britânica, tornou-se uma ferramenta versátil que proporcionou maior precisão em combates aéreos e bombardeios em tempos de guerra, mas também se tornou uma tecnologia utilizada para outros fins de uso comum da sociedade civil e mercantil, como a previsão meteorológica e o controle do tráfego aéreo que intensificou os voos comerciais desde os anos de 1950 (Hobsbawm, 1995).

guerra, fundou-se a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰, alimentando a expectativa de que um organismo internacional, com força militar, pudesse mediar e evitar novos conflitos. No entanto, os acordos e partilhas se não provocaram conflitos diretos, potencializaram tensões, deflagrando o que então se denominou Guerra Fria¹¹.

Deste momento em diante, a rivalidade entre as superpotências emergentes dividiram o mundo em dois polos políticos antagônicos transformando a Europa em um provável campo de batalha. Uma “Paz Fria”, nas palavras de Eric Hobsbawm (1995) que, se não representava ameaça de guerra mundial, efervescia no sentido de assumir, bem como, preservar concreta e real supremacia, tendo em vista a desigual divisão de forças e de poder ao final da Segunda Guerra Mundial.

Um fenômeno social e um evento político provocado por diferentes causas e fatores, de múltiplos e diferentes entendimentos que, de algum modo, estendeu os confrontos “apocalíptico” e “catastrófico” que a antecederam, cuja distinção reside nas controvérsias entre dois sistemas econômicos e duas ideologias: um de natureza capitalista norte-americano e o outro de natureza socialista soviético que imprimiram o pressentimento de tratar-se de um novo evento ou de uma nova guerra (Ribeira, 2012; Munhoz, 2020).

Fenômeno ou evento de grande amplitude histórica e cultural que decorreu e culminou em mudanças e transformação dos tempos, demarcado pela interferência entre o antagonismo ideológico e a competição pela hegemonia mundial, suscitando questões de segurança, acelerando e deteriorando a conjuntura internacional. Nesse contexto, de ideologias e bipolaridades das relações de poder político e tecnológico entre as denominadas superpotências, a paz armada da Guerra Fria espalha-se pela Europa, invade outros continentes, alastra-se pelo mundo inteiro, imobiliza o funcionamento da ONU, enquanto que, pela primeira vez, os Estados Unidos se tornam cômicos de seu poder e seus dirigentes políticos, de sua autoridade.

¹⁰ Em reunião realizada em Washington, no ano de 1942, compareceram 26 representantes das Nações Unidas. Diplomatas americanos, soviéticos, ingleses e chineses, incentivados pelo presidente americano Roosevelt elaboraram o primeiro projeto de criação da instituição. Em 1945, representantes de 50 estados, discutiram largamente o projeto de criação do órgão na cidade de San Francisco, nos Estados Unidos (ONU, 2000).

¹¹ Segundo consta, o termo foi criado por Bernard Mannes Baruch, um especulador financeiro norte-americano, sendo utilizado pela primeira vez pelo escritor George Orwell em 1945.

Na bipolaridade das relações internacionais, caracterizada pelo conflito entre os dois blocos, tudo se organiza mediante as relações de forças entre as duas potências mundiais, considerando-se que uma terceira força, ou um terceiro mundo¹², ainda não alcançara sua existência (Rémond, 1985).

Assim, em decorrência do confronto geopolítico e ideológico¹³, que além de fomentar, também originou diferentes modelos políticos e de sociedade, cada uma das nações envolvidas no conflito procurou demonstrar seu poderio de guerra, resultando em uma maior produção de armas, no aprimoramento de táticas militares, na manifestação de maior poder bélico e, conseqüentemente, de superioridade perante os demais países. Poder bélico inicialmente demonstrado quando a União Soviética passa a dominar a tecnologia das bombas nucleares¹⁴, e inicia uma disputada corrida armamentista e tecnológica, terrestre e espacial, com os Estados Unidos.

Nessa corrida, o arsenal de armas nucleares que foram produzidas e aperfeiçoadas tomando do mesmo conhecimento científico e tecnológico que

¹² A palavra, ou o termo, surge em meio às narrativas políticas da segunda metade do século XX, em semelhança ao "Terceiro Estado" da França pré-revolucionária demarcada pela desigualdade econômica, a fome e a miséria. Criada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy em 1952, por ocasião do seminário parisiense *L'Observateur*, para descrever o Terceiro Mundo e os países africanos, asiáticos e latino-americanos, considerados em desenvolvimento, que constituíam um "novo mundo" contendo diferentes aspectos da existência humana, e que se desdobrava em três modelos diferenciados: o capitalista ocidental, o socialismo estatal soviético e a diversidade relativamente indefinida". Um conceito que encontra respaldo na afirmação contundente de que os países que compõem a expressão "terceiro mundistas" em suas debilidades, ainda estejam, como à época da expansão moderna do colonialismo do século XVI e do imperialismo do século XIX, necessitando da "tutela das 'civilizações avançadas' com a finalidade de garantir o 'desenvolvimento', a 'democracia', a 'paz' e a 'ordem'" (G. Ribeiro, 2000; Barbosa, 2024).

¹³ Houve, portanto, paulatinamente, um delineamento geopolítico entre uma zona de influência comandada pelos Estados Unidos, que abrangia a Europa Ocidental, o continente americano e a Oceania, e uma zona de influência soviética, que se apoderava da Europa Oriental e de quase toda a Ásia. Com a Guerra das Coreias, no início dos anos 1950, tendo o norte coreano apoiado pelos soviéticos e o sul apoiado pelos ocidentais, as divergências se tornaram evidentes e temerosas. Em meio, e para além das tensões entre as duas potências mundiais, a guerra ideológica se produzia e se propagava por intermédio de diferentes mídias como o rádio, os jornais, a televisão, filmes, cartazes, livros, dentre outros, como os convencionais discursos políticos. Assim, se por um lado a guerra e a propaganda ideológica nos Estados Unidos imputavam aos comunistas iniciativas de expansão visando apoderar-se e dominar o mundo; por outro, a propaganda ideológica anticapitalista, disseminada pela União Soviética, pontuava as problemáticas que afetavam e afligiam o mundo capitalista. Dentre estas problemáticas, denunciava o preconceito e o racismo institucional, leis e práticas discriminatórias, além de outras formas de violência que atingiam e afetavam a população negra dos Estados Unidos. Na luta pela hegemonia global, esta foi uma pauta amplamente explorada e difundida pela União Soviética no contexto das ideologias ou bipolaridades das relações de poder político entre as denominadas superpotências (Romanelli; Tomio, 2017).

¹⁴ Com o desenvolvimento da tecnologia que possibilitou a construção das bombas nucleares, se tornou factível a produção de mísseis teleguiados. Esta produção desencadeou a corrida espacial entre as duas potências mundiais.

originou e construiu as bombas nucleares, lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, provocaram um momento histórico de horror, cuja “sensação apocalíptica” destruiu o espírito de otimismo europeu, abalou o prestígio e levou a comunidade científica a empreender, mesmo que abstratamente, a distinção entre ciência e tecnologia motivando a origem do neologismo “tecnociência”¹⁵ (Sevcenko, 2001).

Todavia, com negociações, barganhas e acordos políticos gestados e conduzidos pelas duas potências mundiais, abrandaram-se as tensões de um verdadeiro conflito armado. No entanto, tais condições não reprimiram ou impediram que, Estados Unidos ou União Soviética, dessem sequência aos seus respectivos planos de expansão e armamento nuclear, como também, a instalação estratégica de mísseis em diferentes localidades e países¹⁶. Assim, sob o contexto de tensões e “coexistência pacíficas” provocadas pela “fria” guerra entre EUA e URSS, “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais, e de narrativas, pelas quais se acreditava firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”, segundo observa Eric Hobsbawm (1995, *grifos nossos*). Não devastou a humanidade, tampouco destruiu o planeta. Mas, quando a supremacia sobre o planeta Terra deixa de ser o principal objetivo e palco da disputa pelo poder, Estados Unidos e União Soviética passam a pleitear quem “governaria” o universo iniciando, além de uma corrida espacial¹⁷, mais uma questão política mediada por

¹⁵ O termo, criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois (1946-2019) em fins dos anos 1970, é um conceito utilizado pela comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência e indica um reconhecimento comum de que o conhecimento científico não é somente socialmente codificado e socialmente posicionado, mas sustentado e tornado durável por redes materiais não-humanas (Aguiar, 2009).

¹⁶ Dentre estas localidades, na década de 1960, Cuba foi escolhida para a instalação de mísseis nucleares, acirrando o conflito ente Estados Unidos e União Soviética, alarmando e assustando o mundo com uma factual possibilidade de guerra e uso destas armas de destruição massiva. Um momento de crise, no qual a maior preocupação de ambos os países estava em reprimir qualquer movimento belicoso que pudesse desencadear a guerra. Um acordo tácito que perdurou até a década de 1970, e que tratava a Guerra Fria como uma Paz Fria (Aguiar, 2009).

¹⁷ O conhecimento, inovações, descobertas e avanços tecnológicos que levaram o homem na “aventura” da exploração espacial são pioneirismos russos e soviéticos. No entanto, quando a nave espacial Apolo 11, sob o comando do astronauta Neil Amstrong (1930-2012) pousa na Lua, e essas imagens são transmitidas e vistas por milhares de pessoas na terra, a história popular credita os Estados Unidos como o grande vencedor da corrida espacial. Contudo, em entrevista concedida a BBC News em 2016, o historiador americano Gerar deGroot conclui que, “a presença do ser humano em órbita se deve a determinação soviética e russa em conquistar o espaço, mesmo que tenha perdido na corrida para chegar à Lua”. Ao final, muitas instalações militares, entulhos bélicos e artefatos tecnológicos foram abandonados, na terra ou

aspectos ideológicos, recursos científicos e tecnológicos que passaram a provocar outros e novos conflitos, além de imprimir novos rumos para a história da humanidade e para o mundo como um todo.

Assim, ainda sob os “frios” ares de rivalidades entre as superpotências, guerra de informação, contrainformação e espionagem, protagonizadas pelas secretas agências americana e soviética¹⁸ os anos de 1950, além de palco para conflitos setoriais¹⁹ e para a disputa pela conquista do espaço sideral²⁰, de onde assistiram a assunção da comunicação e da informação como princípios estratégicos da política mundial, também testemunharam e registraram a expansão dos mercados financeiros e de empresas transnacionais, correspondendo aos mecanismos econômicos de maior importância quanto à ampliação dos espaços de lucro e de mercadorias que conduziram as sociedades ao mundo globalizado da informação, da padronização cultural e do consumo generalizado.

Anos em que, para além do clima de rivalidades entre as duas nações, ainda irá testificar a rápida expansão do estruturalismo nas ciências humanas, tendo o antropólogo Lévi-Straus (1908-2009) como seu maior pensador e disseminador, o protesto antitotalitário de George Orwell (1903-1950), a ética do pluralismo de Isaiah Berlin (1909-1997), a publicação do artigo "*Computing Machinery and Intelligence*" do inglês Alan Turing (1912-1954), e quando os organismos internacionais tenderam, progressivamente, a trabalhar com a noção de bens culturais, tornando usual a expressão patrimônio cultural.

Assim, e tendo em vista um contexto de mudanças decorrentes da globalização e conseqüente transição de um regime econômico de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível em seus processos de internacionalização ou “mundialização” das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, a década de 1950, também irá atestar quando teóricos das ciências humanas, sociais e de áreas afins, em decorrência das

no espaço, e suas ruínas ficaram como memória ou “testemunhas silenciosas” da Guerra Fria (deGroot, 2016).

¹⁸ CIA e KGB. A rivalidade estendeu-se para outros domínios, como a guerra por informação, contrainformação e espionagem, protagonizadas pelas agências secretas americana e soviética, Agência Central de Inteligência (CIA) e o KGB, sigla em russo para Comitê de Segurança do Estado, o serviço secreto da antiga União Soviética.

¹⁹ Por exemplo, a Guerra das Coreias.

²⁰ Lançamento do Sputnik 1, lançado pelo programa espacial soviético de mesmo nome, em 1957.

transformações nas relações entre indivíduos e sociedade, bem como, quando o antropólogo Jonh A. Barnes²¹ resgata a teoria de análise de redes sociais para o estudo de contextos sociopolíticos, além da criação do meio de inovação no Vale do Silício, o nascimento da Cibercultura²², com a informática²³ e a cibernética, quando os Estados Unidos produzem a primeira bomba de hidrogênio²⁴, e quando, por fim, passa-se a mencionar e considerar uma “revolução da comunicação²⁵”.

O subentendido pacto de paz entre as duas potências mundiais se estendeu até a década de 1970. Um marco temporal para processos de transformação em diferentes setores da economia, bem como, para aspectos sociais, culturais e políticos na disputa pelo poder hegemônico e comando dos esquemas geopolíticos mundiais.

Sem o clima otimista que marcaram os anos anteriores, impactantes acontecimentos políticos e intensas mudanças na economia, tanto alteraram o contexto político internacional, quanto à estrutura econômica mundial resvalando para um cenário de instabilidades e crise (Hobsbawm, 1995; Bandeira, 2017), em cujo contexto se processa a redescoberta da história cultural (Burke, 2005), se retoma e se prolifera o conceito de cultura política

²¹ A concepção de redes sociais, segundo Barnes (1987) está engajada no testamento de que a organização se dá de forma que se diferenciam mediante o grupo e o estado social, desenvolvendo-se de acordo com os usos de tecnologias e fatores preponderantes para sua ressignificação no corpo social e na análise antropológica que oferece aos pesquisadores (Costa, 2017).

²² No entanto, é tão somente na década de 1970 com o surgimento do microcomputador que se populariza, generalizando a noção de que “computadores são ferramentas estéticas, capazes de produzir não apenas cálculos, mas também cultura” (Jonhson, 2015, p. 139), se estabelecendo completamente nos anos 1980 e 1990. Nos anos de 1980 com a informática de massa e em 1990 com as redes telemáticas, principalmente com o *boom* da internet (Lemos, 2004, p. 16). O termo é um neologismo que “especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p. 17).

²³ No final da década de 1950, com o aparecimento do transistor (*transconductance resistor**) em substituição as válvulas a vácuo e da memória de núcleo magnético, inicia-se uma nova fase na história da informática, em que se torna possível construir máquinas mais potentes e menores. As quatro primeiras máquinas dessa geração foram; Seac, Transac S 100, Atlas Guidance Computer Model1 e o CDC 1604 da Control Data (Mattar, 2008).

²⁴ No início do século XX os cientistas Neils Bohr e Werner Heiseberg descobriram o átomo. Tal feito, colocou em curso uma série de espetaculares e mortais inovações como as usinas de energia nuclear e as bombas de hidrogênio. Os Estados Unidos produziram a primeira bomba atômica em janeiro de 1950 (Jonhson, 2015; Munhoz, 2020).

²⁵ Os meios de comunicação que pertencem à chamada revolução destes meios são essencialmente a rádio, o cinema e a imprensa que foram criados mesmo antes do século XX, mas a sua grande evolução verificou-se na primeira metade desse século, logo após a primeira guerra mundial (Lévy, 1999).

decorrente do esforço da Ciência Política norte-americana do pós-guerra em desvendar os fatores relacionados com a estabilidade democrática. Do mesmo modo, tomando como referência o cenário de mudanças em decorrência da transição de um regime econômico de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível que deflagraram transformações nas relações entre indivíduos e sociedade, bem como a própria globalização, em seus processos de internacionalização ou “mundialização” das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, teóricos das ciências humanas e sociais, e de áreas afins, resgatam a noção de rede nos estudos do sociólogo alemão Norbert Elias (1994).

Assim, no mundo unipolar comandado pelos Estados Unidos, que saíra derrotado do Vietnã, o ano de 1973 trouxe grandes novidades para o tabuleiro internacional. Uma nova guerra árabe-israelense que, em decorrência de sua superior tecnologia militar, resultou na triunfal vitória de Israel e insuflou o antagonismo no mundo árabe. Detentores de grandes reservas de petróleo cru, os árabes inflacionaram o preço do produto quadruplicando seu valor, desestabilizando a economia global e provocando o que então se denominou como a crise do petróleo (Ribeira, 2012; Munhoz, 2020), a *commodity* mais cobiçada do planeta. A crise foi generalizada, caracterizada pelos altos níveis de inflação e depressões cíclicas que convergiam para um espetacular e incoerente contexto sociopolítico entre o luxo excessivo, desemprego generalizado, penúria dos vulneráveis, rendas limitadas e despesas ilimitadas do Estado. Em meio a tal contexto, o tema das redes sociais desperta o interesse do sociólogo americano Mark Granovetter²⁶ que passa a investigar sua efetividade em relação ao modo como as pessoas buscavam e conseguiam emprego.

Por outro lado, sob o clima de instabilidades, o ritmo de crescimento econômico do Japão e Alemanha (ocidental) apontava para uma possibilidade de adaptação à crise econômica que se concretizava. No Japão, a taxa de desemprego apresentava um movimento de elevação, mesmo que o país tenha se tornado um dos maiores credores mundiais, acumulando superávits e com

²⁶ A teoria dos laços fortes e laços fracos é uma ideia proposta pelo sociólogo Mark Granovetter em seu artigo de 1973, intitulado “The Strength of Weak Ties” (A Força dos Laços Fracos, em tradução livre). Se baseia no argumento de que os indivíduos em uma rede social são conectados por laços fortes e laços fracos (Almeida, 2014).

uma balança de exportação que modificaram a dinâmica de seu crescimento econômico. Na Alemanha, o modelo de capitalismo adotado que contemplava a participação dos trabalhadores em um amplo Estado de Bem-Estar Social²⁷, também viram seus alicerces abalados nos anos de 1970. Dentre os fatores que impossibilitavam a manutenção desse modelo, que se apresentava com baixa capacidade de inovação, somava-se o paradigma tecnológico que tomava como base a “tecnologia da informação, a microeletrônica, a química fria e a biotecnologia” (Guimarães, *etall*, 2014).

No entanto, em um mundo que aparentemente perdera suas referências o neoliberalismo, uma nova “roupagem” política, econômica ou ideológica para o liberalismo clássico, também tomaria maior vulto e aplicabilidade a partir da década de 1970 (Hobsbawm, 1995; Yúdice, 2000).

Desse modo, se no liberalismo clássico, no qual o Estado deveria assegurar os direitos inatos do homem, agir contra os autoritarismos políticos e garantir representação política, no neoliberalismo²⁸ as teorias políticas tendiam para a práxis econômica e incorporadas pela lógica do sistema financeiro capitalista, a exemplo das companhias bancárias e dos grandes conglomerados empresariais além-fronteiras que demonstram, explicitamente, o fortalecimento do mercado e alterações quanto ao papel e atribuições do Estado. Um projeto social e cultural, ou um modelo político e econômico, sustentado pela premissa de que o bem-estar social é potencializado pelo alcance e domínio do mercado, cujos métodos requerem novas e renovadas tecnologias para criação e manipulação de abundantes bases de dados e informações que orientem as decisões do mercado mundial. Desse contexto, decorre o interesse e promoção de tecnologias pelo neoliberalismo e, com

²⁷ Denominada "economia social de mercado", uma espécie de política de estado que nasceu logo após o pós-guerra na Alemanha Ocidental, teve suas origens nas *Mittelstand*, pequenas e médias empresas que se formaram após a unificação nacional de territórios que se desenvolveram com celeridade e autonomia durante a Revolução Industrial, em 1871 (Justo, 2016).

²⁸ Perry Anderson (1995) resgata que, logo após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e América do Norte foram fundadas as bases do neoliberalismo enquanto uma reação teórica e política em oposição ao Estado intervencionista e de Bem-Estar. Essas bases tomavam como referência “O Caminho da Servidão”, texto escrito em 1944, por Friedrich Hayek (1899-1992). Após três anos, junto com aliados, Hayek fundou a Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, com o objetivo de combater o keynesianismo e o solidarismo dominantes na Europa, e criar as bases para um capitalismo livre de regras, sob o pretexto de que a igualdade política do Bem-Estar destruía a liberdade do cidadão, e que, a desigualdade seria o valor positivo e essencial para a prosperidade coletiva (Anderson, 1995).

efeito, a emergência de uma nova terminologia para a sociedade, a Sociedade da Informação para uns, ou Sociedade de Informação e Comunicação para outros (Brown, 2019; Harvey, 2008).

No lastro do paradigma neoliberal e de uma nova terminologia para a sociedade herdeira da ideologia de que dominar a natureza não era uma questão, mas uma solução para o desenvolvimento econômico, a década também irá registrar a formação de movimentos sociais – com pautas ambientais em oposição à produção de diferentes tecnologias nucleares – e o aparecimento de partidos verdes que, em sua maioria foram resultantes diretos das políticas antinucleares. Sob este contexto, se opondo ao uso da energia nuclear, pleiteando pelo desarmamento de usinas e se tornando tema de grande alcance e protesto público, surgem os movimentos antinucleares fundamentando questões civilizacionais e de implicantes políticos que originaram uma nova percepção sobre o meio ambiente pela qual se considera inseparável a relação entre aspectos sociais e recursos ecológicos como um princípio fundamental para a existência de vida sobre o planeta Terra. Ao final da década, a Revolução Iraniana, com mais uma crise do petróleo perpetua o sentimento de instabilidade no mundo.

Instabilidade que se processa em princípios da década de 1990 com o desencadeamento de novos conflitos, como a guerra civil nos Bálcãs, possivelmente decorrentes do esfacelamento da URSS quando, por fim, a Guerra Fria encontra seu desfecho no ano de 1991, livrando o mundo da bipolaridade de poder que opunha Estados Unidos e União Soviética, e que os colocava como lideranças mundiais. Um processo que se delineava ainda na década de oitenta e que tendia para uma multipolar ordem mundial, mesmo que o equilíbrio de poder entre as nações se delineasse em função da existência e influência de uma superpotência, até então exercida pelos Estados Unidos da América. No entanto, como registra Erick Hobsbawm (1995), a Guerra Fria só acabou quando as superpotências admitiram o sinistro descalabro da ameaça nuclear entre os anos de 1986 e 1987 por ocasião das conferências de cúpula ocorridas em Reykjavik (IS) e Washington (US) respectivamente, legando ao mundo motivos para a distribuição de armas e para a proliferação de novos e variados conflitos setoriais, ou seja, os canais para sua perpetuação. A Guerra do Golfo, neste mesmo ano, confirmava a

permanência da crise internacional com a desintegração da URSS, além de atestar que a manipulação das bases de dados e informações se tornara domínio militar (Mattelart, 2011), enquanto se inscrevia na história como a primeira guerra transmitida por diferentes canais de televisão²⁹. Ao final do ano, em dezembro de 1991, se decreta o fim da União Soviética e surge em seu lugar uma organização supranacional denominada Comunidade dos Estados Independentes (CEI), reunindo Rússia, Bielo-Rússia, Cazaquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

No ano de 1992 o Brasil sedia, no Rio de Janeiro, a Conferência Eco-92. Um marco na questão ambiental que despertou a comunidade política internacional para a degradação ambiental provocada em nome do “progresso”, originando o conceito “desenvolvimento sustentável” que passou a fazer parte do discurso oficial e uma meta para o mundo. No entanto, segundo apontam estudiosos da problemática, a visão que se fortalece na década de 1990 é a mesma que ao longo da transição histórica consolidou a globalização, ou seja, de que o mercado operado livremente é o único meio capaz de alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o próprio imperativo ambiental começa a se adequar a um padrão normativo e simbólico atrelado a ideologia neoliberal, deslocando sua matriz discursiva de um eixo crítico para o de alinhamento com o crescimento econômico (Porto-Gonçalves, 2006 *apud* F. Ribeiro, 2012).

Em 1994, os povos indígenas mexicanos de Chiapas desencadeiam a mobilização autônoma que se tornou o primeiro e exemplar modelo de articulação e apropriação dos recursos tecnológicos e de comunicação aberto pelas redes de computadores e pela Internet para a construção de uma nova arena e plataforma de luta contra os impactos negativos da globalização, inserindo e registrando na história o potencial de transformação que a sociedade tende a empreender e adquirir mediante o próprio desenvolvimento tecnológico. Afinados com as tendências e evolução em tecnologias, os zapatistas enfatizaram a capacidade de comunicação, mobilização e ação que podem ser empreendidas com a utilização das tecnologias eletrônicas – as

²⁹ O teórico e filósofo francês Guy Debord (1931-1994), em sua obra *A Sociedade do Espetáculo* (1967), argumenta que em “sociedades nas quais prevalecem as modernas condições de produção toda a vida se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”.

tecnologias digitais, como a Internet e demais tecnologias de software que dão suporte e propiciam a interação simultânea e o trabalho cooperativo e colaborativo entre grupos distintos e diversos. Sob o lema "*Nós somos um exército de sonhadores, por isso, que somos invencíveis*" e ao clamor de "*Yabasta!*" os zapatistas, além de reivindicar apoio transnacional às suas denúncias e demandas por dignidade e justiça, transformaram e adotaram a comunicação como lugar de "conflitualidade social" mediada e viabilizada por circuitos e conexões da grande rede digital de computadores, tornando-se o carro-chefe de um ciclo novo de ações de movimentos sociais, como as mobilizações de Seattle em 1976, de Gênova em 1998, e outros mais que se reúnem sob a insígnia de movimentos antiglobalização e que adotaram a tática de semelhante atuação, ou seja, se apropriaram, se mobilizaram e agiram a partir do uso da estrutura lógica e informacional das redes de computadores e da Internet (Almeida, 2014).

Em dezembro de 1997 diversos países, organizados na Convenção-Quadro sobre Mudança Climática, em busca de soluções para o aquecimento global, criaram o Protocolo de Kyoto. Um marco para as questões ambientais e temas econômicos no mundo, o protocolo procurava firmar políticas ambientais entre os países que mais poluíram ao longo do tempo, assinantes e participantes da terceira Conferência das Partes realizada em Kyoto. Em termos gerais, o protocolo estabelecia medidas que possibilitasse aos países desenvolvidos a adoção de políticas e ações ambientais em cujas propostas contemplassem reduzir a emissão de gases do efeito estufa, considerando proporcionar um meio ambiente saudável e equilibrado, bem como, as realidades e limites ecológicos do planeta Terra (Sister, 2007; Dias, 2011).

A Rodada do Milênio³⁰, reunião promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999, atraiu cinquenta mil pessoas que encheram as ruas da cidade norte-americana de Seattle, configurando o primeiro e expressivo ato de protesto público contra o neoliberalismo. Os três *dáblis* para *World Wide*

³⁰ A reunião, batizada de Rodada do Milênio pela imprensa, que se realizou entre 30 de novembro e 3 de dezembro daquele ano, e que visava discutir as regras do comércio internacional para o século XXI, resultou em fracasso. Os milhares de manifestantes, críticos do capitalismo global, ambientalistas, ativistas de direitos humanos e sindicatos, foram às ruas protestar contra os efeitos da globalização. Tal feito ficou conhecido como a "Batalha de Seattle". Rodada do Milênio - Protestos marcam encontro da OMC. BBC World Service, (nov.,1999).

Web, a rede em escala planetária, uma das formas de acesso à informação compreendida pela Internet e seus derivados como o correio eletrônico, os boletins, as listas e os fóruns de discussão foram as “*ferramentas tecnológicas*” de grande valia na preparação dos protestos (Moraes, 2002, *grifos nossos*). A reunião, que tinha por finalidade publicar uma declaração com orientações sobre o comércio internacional e temas correlatos à globalização produtiva, resultou em fracasso após os atos de protesto, em um feito que ficou conhecido como a Batalha de Seattle.

Com seu fim decretado ainda na década de 1980³¹, a história tem seu retorno na década de 1990 logo após historiadores do livro, a exemplo de Roger Chartier (1989), terem tecido considerações sobre a construção e sentido dos textos e das imagens, quando demais historiadores passam a estabelecer a mídia e as redes como objetos de estudo, a exemplo dos historiadores franceses Patrice Le Carré, Jean-Noël Jeanneney e Catherina Bertho-Lauvenir (Mattelart, 1999). Um retorno que se legitimou na emergência e efervescência de estudos sobre ciência e tecnologia, fertilizados pela sociologia do conhecimento científico, e mais especialmente, no cerne das indagações teóricas e questionamentos filosóficos de Bruno Latour (1947-2022), o sociólogo e filósofo francês das ciências, que culminaram na busca por uma maior compreensão dos artefatos tecnológicos e de sua influência e ação na sociedade, que ocorre no mesmo nível que a ação humana (Rede, 2012 *in* Vainfas, 1998); e quando, no aprofundamento dos estudos e debates da época, surge a nomenclatura “sociedade do conhecimento” como uma possibilidade para o termo “sociedade da informação”, enquanto que as negociações sobre desenvolvimento sustentável ocorriam nas Nações Unidas e os processos de globalização econômica aconteciam entre os domínios do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio (PEGUIM, 2021), a protagonista da Rodada do Milênio.

³¹ Francis Fukuyama, funcionário do departamento de Estado norte-americano publicou, no ano de 1989 em Washington, o ensaio *The End of History?* Três anos após seu lançamento foi transformado e relançado sob o título *The End of History and Last Man*, editado no Brasil sob o título *O Fim da História e o Último Homem* (Rocco, 1992). Na obra, o autor defende a tese de que a humanidade chegou ao final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo e sobre o comunismo. Obtendo ampla divulgação midiática e estratégias de marketing, as concepções de Fukuyama o posicionou entre os maiores ideólogos neoconservadores dos últimos tempos (Vieira, 1993).

Em primeiro de fevereiro de 1999, após 150 anos de existência, o meio de comunicação marinho constituído de pontos e traços, o Código Morse, ou a “linguagem matemática universal” como se refere o historiador francês Fernando Braudel (1965), que fora criado por Samuel Morse, um retratista de Massachussets (USA), é por fim retirado do cenário mundial e substituído por tecnologias de satélites com capacidade de localizar qualquer embarcação com alguma emergência em alto mar. Alguns países já o haviam desabilitado, mas a França o fez em 1997 com uma mensagem um tanto quanto poética em que dizia: "Atenção a todos. Esta é a nossa última chamada antes do silêncio eterno" (Giddens, 2006).

Um episódio, um momento de transição, ou um rito de passagem para “novos” tempos, configurados por aspirações de “progresso”, e por um vasto conjunto de fenômenos ou paradoxos históricos, de ruptura com o passado, desencadeados por uma multiplicidade de fatores, que puderam ser observados nas décadas que congregaram ou configuraram o início de mais um milênio no percurso de existência da humanidade e de continuidade histórica.

Assim foi que nos anos 2000 se registraram momentos memoráveis na história, com fatos marcantes e eventos determinantes que deflagraram o início de tempos novos e de aspectos diferenciados de organização no modo de viver e existir na escala evolutiva da humanidade, especialmente se observados e analisados sob uma perspectiva global e de globalização, ou pensados sob um complexo de transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas caracterizadas, em princípio, por uma maior participação, mobilização e ação dos sujeitos históricos e da sociedade civil como um todo.

Ressaltando como a tecnologia afetaria diferentes aspectos e setores da sociedade entre os fenômenos, ou eventos, que caracterizaram momentos históricos de transição, o *Bug* do Milênio³² foi emblemático no campo das

³² Na área da Ciência da Computação, o uso do termo “*bug*” que significa inseto, é utilizado para descrever as falhas que os programas de computador (*softwares*) podem sofrer. Como no passado o custo das memórias dos computadores era um tanto alto e objetivando reduzir o uso do espaço de disco, os cientistas em software resolveram escrever a data com apenas dois dígitos. Assim, ao invés de se escrever 1995, se usava apenas 95. O problema estava em digitar 2000 com apenas 00 que já havia sido utilizado para o ano de 1900. Neste caso, a grande preocupação se devia ao uso de computadores para os mais diferentes fins: em sistemas de transportes, de telefonia, bancários, dentre outros. Desse modo, o erro nos programas que se utilizam de datas para realizar cálculos poderia provocar grandes

“novas” tecnologias provocando mais celeuma do que prejuízos, segundo atestaram os debates e noticiários da época. Passado o momento de suspense, as novas TIC's, abreviação usual para o conjunto de tecnologias da informação e comunicação, a Microsoft, empresa líder no avanço tecnológico, apresenta o seu sistema operacional Windows para um mundo se, cada dia mais midiático, também digital.

Por outro lado, no campo da política e relações internacionais, o ataque terrorista em 2001 ao *World Trade Center*, as Torres Gêmeas de Nova York, desencadearam grande conflito entre Estados Unidos e Oriente Médio. Para Erick Hobsbawm (2007, *tradução e grifos nossos*), os atentados em 11 de setembro foram resultantes da influência hegemônica que deixaram os Estados Unidos sem outros instrumentos, senão uma força militar aterradora visando consolidar sua dominância herdada do período que sucedeu a Guerra Fria.

Se não tanto aterrador, mas “espetacular” e também registrado em palco estadunidense, a explosão do ônibus espacial Columbia da Agência Espacial Americana (NASA) no ano de 2003, deixou seus vestígios. Em seu 28º voo, transportando sete tripulantes, o veículo havia decolado do Centro Espacial John Kennedy para uma missão que objetivava realizar pesquisas científicas sobre microgravidade. Em sua reentrada na atmosfera terrestre uma falha técnica o fez desintegrar-se no espaço aéreo do país norte-americano. Momento capturado por canais de TV, milhões de pessoas puderam assistir ao vivo os destroços do Columbia cruzando os céus. Após o ocorrido, as investigações e o relatório produzido por uma comissão sobre o desastre, no qual se concluiu que além do problema técnico, outros aspectos e fatores organizacionais e gerenciais também foram determinantes para o desastre com o ônibus espacial, colocaram a NASA sobre o escrutínio da opinião pública.

Ainda no início do novo milênio, em setembro do ano 2000, a reunião realizada em Nova York pela ONU, com a participação de Chefes de Estado e de Governo de 191 países, reafirmou os propósitos e princípios da Organização e da Carta das Nações Unidas, que toma como base "um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo".

transtornos em diferentes setores da sociedade como em sistemas bancários, telefônicos, de transportes, dentre outras possibilidades (Cavalcante, Sistemas Embarcados, s/d).

Dentre os princípios defendidos pelo documento, em síntese destaca-se o estabelecimento do respeito e da soberania de todos os Estados, prezando por sua integridade territorial e independência política; a igualdade de benefícios e custos gerados pela globalização; a promoção de uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações; além de prezar pelo respeito à natureza alterando os padrões insustentáveis de produção e consumo. Neste sentido, visando colocar em ação estes valores, estabeleceram um conjunto de "objetivos-chave", conhecidos e propagados como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) em cujas metas, dentre as demais, se desdobra, em parceria com a iniciativa privada, "velar para que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, especialmente das tecnologias de informação e comunicação", em uma sociedade que subjaz sob diferentes nomenclaturas com as quais se salientam a introdução, onipresença e mediação tecnológica em diferentes e diversificadas atividades do existir e do viver humano, seja pela guerra ou pela paz (ONU, 2000).

Na contemporaneidade ou em uma sociedade que, para além de nomenclaturas, se tem evidenciado o uso de recursos técnicos e tecnológicos na representação e construção do conhecimento humano, no estabelecimento de novas realidades e de novos paradigmas que também se (re)produzem e se afirmam em diversas fontes de informações simbólicas, produtoras de signos e significados, bem como, em sinais analógicos ou digitais, *in loco* ou geograficamente dispersos pelos continentes terrestres e espaços siderais.

Assim, e mediante tal contexto retrospectivo de ímpares historicidades que legou transformações e mudanças nos mais variados níveis e contextos das existências e organizações humanas, como também, relevantes instrumentos de renovação na composição e utilização de tecnologias na hodiernidade, o que ora importa neste estudo é analisar e entender como processos ou avanços tecnológicos se congregam para compor um momento histórico específico e uma dada organização social cuja ênfase recai sobre paradigmas que abrem e estabelecem novos espaços de comunicação, interação, socialização cultural e ação política. Ou seja, em espaços públicos de comunicação e poder que ignoram distâncias geográficas, reconfiguram conflitos culturais historicamente constituídos, e se fundam no interesse comum

de atores sociais e políticos, de novas praças comerciais e na interoperabilidade de tecnologias e de redes.

Referenciais Teóricos e Objetivos

A formação de redes não é fenômeno recente na história das sociedades humanas. Suas origens, para alguns estudiosos, são assinaladas na literatura desde a formação de redes para fins mercantis e comerciais que antecederam e desencadearam o padrão econômico e cultural denominado globalização nos séculos XV e XVII. Nas civilizações medievais do século XIII, período marcado pela dinâmica da troca, os mercadores das cidades do norte italiano já se espalhavam por toda a Europa configurando importantes redes de comércio para o acúmulo de riquezas, como também grandes redes de contato entre mercados dos arredores rurais ou entre comércios de longas distâncias (Moura, 2010).

Fenômeno que em si, ou isoladamente, não é econômico, político ou cultural, mas que se apresenta como um elemento implicante em todas essas áreas e que assim, pode se tornar protagonista tanto de uma história social, quanto política ou cultural, as reflexões e abordagens analíticas que contribuíram e trouxeram para o campo das ciências sociais, a noção de redes e, respectivamente, o método de Análise das Redes Sociais (ARS) correspondendo a ideia de que “as relações sociais compõem um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nele inseridos” (Ferreira, 2011, p. 210), o termo “rede” ou o seu conceito em ciências sociais e humanas, entendido enquanto um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (Marteleto, 2001) passou a ser utilizado com frequência em inícios do século XX e se tornado de uso comum nas análises da sociedade contemporânea e muito empregado para definir as novas formas de socialização e fluxo informacional dentro da chamada ordem globalizada.

A socióloga Ilse Scherer-Warren (1996), partindo do uso analítico do termo e das mudanças que ocorreram nos anos 1980 cujas características decorreram na redução das atribuições do Estado em atender as demandas

dos cidadãos, subjugando o conceito de cidadania à noção de mercado e de consumo, bem como, das mudanças que decorreram na reestruturação econômica e política dos países impulsionados pelas grandes corporações empresariais em garantia às políticas restritivas do neoliberalismo, e buscando por indicativos ou por uma metodologia que lhe permitisse analisar a organização, atuação e ação de movimentos sociais que contemplam um amplo conjunto de fóruns e de articulações, conectando organizações e entidades populares, ressalta a tendência no formato de redes, adotada pelo seguimento, na construção de seus nexos e empoderamento político. Nestes termos, retrata que há “evidências empíricas de que os movimentos populares e seus mediadores passaram por transformações que vão desde a valorização das organizações de base para o reconhecimento crescente das articulações, intercâmbios e formação de redes” (Scherer-Warren, 1996, p. 9 *apud* Almeida, 2014).

Nos estudos historiográficos, tomando por objetivo a definição do conceito e a análise de redes aplicado à investigação e a disciplina histórica, bem como, o potencial deste tipo de análise para o historiador das áreas econômica e social, a historiadora Catia Antunes resgata e esclarece que a conceituação do termo "redes" e seus pressupostos teóricos são "fruto de um longo processo de diálogo e de debate interdisciplinar entre antropólogos, sociólogos, historiadores e economistas, enunciado como 'análise social de redes'" e iniciado por investigadores alemães ligados pelo movimento da Gestalt no qual se considera que nas relações interpessoais os indivíduos reagem por estímulos e que a multiplicidade das interações conduz os sujeitos para a definição de uma identidade individual ou coletiva, consistiu a questão que atraiu a atenção dos historiadores que se utilizam em seus estudos da abordagem de redes como um instrumento de análise (Antunes, 2012, p. 11-12 *apud* Almeida, 2014).

Sob tais perspectivas, e sobre possibilidades repousadas na estrutura técnica e uso jamais imaginado das redes de computadores, para fins de agrupamento e interação cultural, geração de novos ambientes de sociabilidade, como as comunidades e as redes virtuais que afetaram os meios e os modos de se viver, comunicar, interagir social e culturalmente, participar e agir politicamente seja individual, coletiva ou institucionalmente, o conceito de

“rede” vem sendo discutido e aplicado com diversas e diferentes finalidades, intenções, contextos e níveis da vida em sociedade, tendo em vista que sua concretização tem e vem alterando significativamente os rumos da política, da economia, da cultura e, conseqüentemente, a história do mundo.

Neste sentido, tomando dos princípios elementares e da abrangência que o fenômeno alcança no mundo como um todo e em diferentes perspectivas da ação humana o objetivo principal, ou o foco, deste estudo consiste em analisar e aprofundar a reflexão sobre os efeitos e transformações sociais que se vêm registrando na história da humanidade provocadas pelas possibilidades de organização social que se baseia em comunicação e informação, prima pelo uso de tecnologias digitais ou virtuais, adota a formação de redes sociais em novas formas de interação, comunicação, ação social, mobilização civil, e que indicam um salutar processo de renovação da realidade social, cultural, econômica e política das nações. Do mesmo modo, busca desmistificar teorias e a abordagem de redes na análise e compreensão das complexas relações sociais e da sociedade, e sua aplicabilidade enquanto instrumento de pesquisa, de estudo e de construção de parâmetros que contribuíram para a efetividade de ações coletivas, mobilizações culturais e políticas em rede.

Assim, ou considerando a multi ou a transdisciplinariedade do tema, buscará identificar a noção de cultura e demais vertentes que se aplicam aos espaços de interação abertos pelas redes sociais e transformação das sociabilidades, ou o que daí se presume; como também mapear iniciativas de implementação de plataformas eletrônicas ou de redes sociais para fins de mobilização social, cultural e política dos indivíduos, ou seja, do que tem sido denominado de ativismo em rede ou de *ciberativismo*.

Hipótese e Metodologia

Tomando como princípio preliminar de que a história, enquanto disciplina, também se constrói no entendimento de que o outro, o semelhante, pensa, age, ou adota comportamento que difere do “nós”, caracteristicamente pautado pela eminência ou na vivência de novas, ou distintas realidades sociais e históricas, bem como, de que o estudo que ora se apresenta abarca uma pauta abrangente e interdisciplinar, ao se considerar os impactos que o

uso de ferramentas tecnológicas em rede geram nos indivíduos e na sociedade, em diferentes dimensões, corroborada pela observação de que, na maioria das vezes, redes sociais esboçam e representam ensejos pessoais, morfologias sociais, interesses políticos e sinergias culturais a hipótese que, em princípio, justifica a realização e o que se procura pontuar com estes estudos, consistiu na existência e mediação tecnológica na formação de novas ou renovadas arenas públicas de interação social, troca cultural e de maior efetividade cidadã e exercício da cidadania nos contextos e cenários políticos dos estados e nações.

Em linhas gerais, o que se propõe é a busca por respostas para uma questão ampla que se desdobra e se delimita em auferir como plataformas eletrônicas de redes sociais se constituíram ou se consolidaram como instrumentos de maior sinergia nas trocas comunitárias colaborativas, de maior autonomia na consecução de objetivos e projetos comuns, fortalecendo canais de comunicação com os poderes públicos.

Do mesmo modo, ou a partir de tais pressupostos, quais foram os efeitos e transformações históricas, culturais e materiais que estas redes virtuais foram capazes de causar na práxis social e quais os desdobramentos nas relações de poder daí decorrentes em uma realidade social que, em breve visão histórica, tende a reforçar o relevante papel que a geração, disseminação e aplicação efetiva da informação, aliada ao impacto da evolução e inovações tecnológicas com a marcante influência dos novos sistemas de comunicação, nos quais se destacam as redes de computadores.

De redes imateriais que passam a desempenhar fator decisivo nos setores econômicos, social, cultural e político das nações, resultando num mundo em franca e concretizada globalização, no qual as corporações mundiais integradas em "rede" consolidam novas dinâmicas locais, regionais e globais cujo impacto se sobressai sobre os meios e os modos de produção e distribuição de riquezas, sobre as relações humanas, sobre os significados concedidos a cultura e, não menos latente, sobre as estratégias de implementação e ação política que simbolizam a transição, caracterizam a emergência de dinâmicas diferenciadas e de novas condições históricas à produtividade e criatividade humanas.

Em desdobramentos, e em objeto da presente pesquisa, pelos quais se pressupõe a existência da participação e ação social (individual ou coletiva) suportada por atributos ou relações entre variáveis técnicas e entre atores sociais que assumem “laços” em prol de objetivos comuns, compartilham de mesmos valores e ideais, e que tem originado fenômenos na sociedade contemporânea, tais como o ativismo e militância digital em rede, recém-denominados de *ciberativismo* ou *cibermilitância*.

Sendo assim, para a elucidação de tais fenômenos, que contextualizam a emergência própria das “recém” tecnologias supracitadas, que imprimem maior velocidade aos fluxos de informação e considerando, em termos gerais, uma temática com desafios que transitam entre diversas áreas do conhecimento científico, haja vista as constantes transformações sociais advindas, em boa medida, dos avanços em tecnologia, e em especial das que tiveram origem no desenvolvimento da informática, esta proposta de pesquisa e trabalho de estudo prima pelo consenso na integração de conceitos teóricos e de ferramentas de suporte analítico que possibilitem o estudo da história a partir de uma perspectiva de cruzamento com a existência e presença, mesmo que intangível³³, de tecnologias ou sistemas de informação eletrônicos e a (in)constante composição de redes na sociedade.

Neste sentido, tomará como caminho metodológico procedimentos que orientaram para uma (a) breve revisão da literatura e das fontes bibliográficas que sinalizem para processos de produção ou inovação do conhecimento e que apontem para elementos de mudança ou de transição social e histórica; (b) buscando tratar, mesmo que circunscritamente, dos impactos que se sobressaem sobre os meios e os modos de produção e distribuição de riquezas, sobre as relações humanas, sobre os diferentes significados, novas denominações concedidas e dinâmicas propiciadas à cultura; (c) para o entendimento da metodologia de análise de redes sociais no estudo de fenômenos sociais, culturais e políticos na contemporaneidade, bem como, (d) para o mapeamento de sistemas de informação ou plataformas eletrônicas, implementados e ou constituídos enquanto espaços de mobilização social, ação e socialização político-cultural.

³³ Nestes termos: o que não pode ser percebida pelos sentidos; impalpável; imaterial.

Ademais, e em perspectiva sugestiva acerca de possíveis parâmetros para a construção deste campo metodológico de estudo atentar-se-á, em um primeiro momento, para critérios apontados pelo historiador Nicolau Sevcenko (2011) quando avalia que em decorrência do ritmo das mudanças e inovações tecnológicas em curso, se deve considerar que:

[...] valores de longa duração como participação democrática nas discussões e decisões que dizem respeito a todos, distribuição equitativa dos recursos e oportunidades gerados pelas transformações tecnológicas, luta contra todas as formas de injustiça, violência e preservação dos recursos naturais, (*sejam*) os critérios para que se possa julgar criticamente o presente, com sentido histórico e senso de responsabilidade em relação ao futuro (Sevcenko, 2011, p.19-20 *apud* Almeida, 2014, *grifos nossos*).

Sob tal perspectiva, ainda haverá de considerar o que tão acuradamente atenta o historiador francês Fernand Braudel (1965) quando trata da longa duração e da crise geral que afligiram, nos idos anos de 1950, as “ciências do homem, esmagadas pelos próprios progressos”, advertindo que:

É preciso que, quando desta tomada em comum de técnicas e conhecimentos, cada um dos participantes não permaneça limitado no seu trabalho particular, cego ou surdo, como no passado, ao que dizem, escrevem, ou pensam os outros! E' ainda preciso que a união das ciências sociais seja completa, que não sejam negligenciadas as mais antigas em benefício das mais novas, capazes de tanto prometer, quanto de realizar. [...] Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem (Braudel, 1965, pp. 262-263).

Assim, tomando como parâmetro tais pressupostos, em um primeiro momento a pesquisa consistirá em revisão sistematizada da literatura que resulte em maiores reflexões e discussões sobre a temática, e que imprima maior aprofundamento e entendimento do fenômeno com base em estudos preexistentes.

Em um segundo momento, o mapeamento de ativismo em rede visa analisar a existência de plataformas ou redes digitais configuradas por atores sociais para suas manifestações considerando, nesta perspectiva, aspectos fundamentais como identificação (origem), finalidade (objetivos ou causa), estrutura (atores, nós e recursos técnicos) e dinamicidade (fluxos de

informação e padrão de interconexões), dentre outros aspectos que porventura possam melhor ilustrar ou se destaque no decorrer e realização destes estudos.

Estrutura do trabalho e Público afim

Procurando contemplar o complexo histórico e social, político e cultural científico e tecnológico que o tema suscita, grosso modo, desconsiderando subdivisões a estrutura, pela qual se imagine tornar inteligível o todo, encontra-se apresentado na forma a seguir descrita:

Em linhas gerais, no primeiro capítulo **Da Era da informação à Sociedade em Conexão**, se tratará de processos que impliquem inovação, no sentido em que a tecnologia pertença ao setor flexível de reconhecimento que provoque renovação do passado e legitime o presente. Em outras palavras, abordará processos de transição ou elementos constitutivos e históricos de mudança de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação e daí para uma sociedade em franca e acelerada conectividade.

Em uma dada e breve visão histórica de organização social, cuja denominação tende a reforçar o relevante papel que a geração, disseminação e aplicação efetiva da informação, aliada ao impacto da evolução e inovações tecnológicas com a marcante influência dos novos sistemas de comunicação, nos quais se destacam as redes de computadores, que passam a desempenhar e imprimem fatores decisivos nos setores econômicos, social, cultural e político das nações, resultando num mundo em franca e concretizada globalização, no qual as corporações mundiais integradas em "rede" consolidam-se com novas dinâmicas globais, regionais e locais, neste segundo capítulo intitulado **As Mutações Culturais: do Analógico ao Digital** se buscará tratar, mesmo que circunscritamente, dos impactos que se sobressaem sobre os meios e os modos de produção e distribuição de riquezas, sobre as relações humanas, sobre os diferentes significados, novas denominações concedidas e dinâmicas propiciadas à cultura.

Considerando que na atual fase do fenômeno denominado globalização que provoca grande fracionamento dos poderes político, cultural e econômico pelo qual ainda se pode "afirmar que a fragmentação cultural é consequência

da pulverização dos demais poderes, de processos dialéticos, interdependentes, que conduzem á relativização de culturas, umas em face das outras”, os conflitos políticos e culturais da atualidade são aspectos dessa dinâmica (Seixas, 2008, *grifos nossos*), no terceiro capítulo nomeado **Arenas públicas em rede**, pretende-se apresentar resultado de mapeamento que exemplifique atividade em rede, manifesta e efetivada por atores sociais, ou sujeitos históricos, tomando como parâmetros aspectos fundamentais como identificação (origem), finalidade (objetivos ou causa), estrutura (atores, nós e recursos técnicos) e dinamicidade (fluxos de informação e padrão de interconexões).

Com isto, espera-se abrir novas “janelas” para o registro histórico da passagem dos tempos, bem como, para o entendimento das realidades passadas e vivenciadas pela humanidade, tanto em tempos idos, quanto na contemporaneidade, em cujo público, almeja-se alcançar uma parcela atenta de cidadãos comuns, pesquisadores e curiosos, estudantes e aprendizes, sujeitos sociais, “integrados ou apocalípticos” (Eco, 1964).

CAPÍTULO I

Entre passados-presentes: da Era da informação à Sociedade em Conexão

Sob perspectivas retóricas de testemunho e de singulares concepções narrativas, poucos poderão discordar do historiador britânico Eric Hobsbawm (1998) quando este exprime a possibilidade de que a humanidade tenha assistido os sinais e vivenciado os sintomas interligados das abrangentes transformações sociais e culturais decorrentes de desenvolvimentos econômicos e tecnocientíficos que tiveram desfechos na década de 1950, em princípio, provocados por avanços científicos e tecnológicos que se operaram logo após a Segunda Guerra Mundial e, quando também se iniciam e ganham força processos de inovação.

O vocábulo, ou a palavra inovação, derivada do latim *innovatio* e que, em *vias de regra*, tanto pode ser, como também é entendida enquanto sinônimo de invenção, novidade ou renovação de algo que designe uma idéia, um método, uma tecnologia, ou qualquer outra iniciativa que crie o novo e que modifique ou reinvente antigos padrões, modelos ou antigas tradições. Um conceito que implica diferentes e inumeráveis leituras que melhor se correlacione com a introdução de um novo processo que implique mudança ou transformação de uma dada circunstância ou de uma determinada situação.

O Manual de Oslo, documento produzido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1997), elaborado em comum acordo com o primeiro artigo da Convenção firmada em Paris em dezembro de 1960 e que passou a vigorar em setembro de 1961, apresenta uma visão sistêmica concentrando inovação no centro da mudança econômica, tomando como foco uma nova concepção do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950)³⁴.

³⁴ Considerado o profeta da inovação, Schumpeter foi um renomado economista austríaco que viveu entre 1883 e 1950. Conhecido como um dos economistas mais influentes do século XX se destacou por suas contribuições para a teoria econômica, especialmente em áreas como a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Autor da obra "Capitalismo, Socialismo e Democracia", desenvolveu e introduziu o conceito de "destruição criativa", se

Neste sentido, tendo como base a teoria *neo-schumpeteriana*, quando esta sugere que “inovações radicais provocam grandes mudanças no mundo, enquanto inovações *incrementais* preenchem continuamente o processo de mudança”, elenca alguns tipos de inovações propostas pelo estudioso e que, em tese, se constituem:

[...] na introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produto existente; inovação de processo que seja novidade para uma indústria; abertura de um novo mercado; desenvolvimento de novas fontes de suprimento de matéria-prima ou outros insumos; mudanças na organização industrial (OCDE, 1997, p.32).

Neste lastro de mudança e inovação, ainda sob o documento em pauta, novas tecnologias competem e até mesmo substituem as convencionais, em processos de difusão que abarcam o aprimoramento tanto de novas, quanto de tecnologias tradicionais (OCDE, 1997, p. 33).

Ary Plonski, doutor e professor em Engenharia de Produção, debatendo sobre tais processos concebe, em um primeiro momento, que inovação é a “*criação de novas realidades*”, ou seja, segundo expressa:

[...] Em primeiro lugar, ao ser criação ela é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado de fazer existir algo que não havia e, por extensão, também de dar novo feitiço ou utilidade a algo que já existia. Ao ser também entendida como processo, a inovação deixa de ser percebida como fruto exclusivo de lampejos de inventividade ou engenhosidade, que certamente são bem-vindos e importantes. Ela passa a ser compreendida como um conjunto estruturado de ações ou operações visando a um resultado e, portanto, a inovação é propensa a ser estimulada, promovida e gerida. É, por conseguinte, um campo pluridisciplinar fértil para aplicação de conhecimentos e práticas de administração, direito, economia, engenharia, medicina e psicologia, entre outras. Em segundo lugar, ao enfatizar como resultado do processo de criação a existência de novas realidades evidencia-se tanto a amplitude das possibilidades ensejadas pela percepção contemporânea da inovação como a complexidade da sua efetivação (Plonski, 2017, p. 7).

referindo ao processo de inovação que destrói estruturas econômicas e sociais pré-existentes criando, desse modo, novas oportunidades para os empreendedores. Dentre seus escritos, em sua obra mais célebre publicada em 1911 e intitulada "Teoria do Desenvolvimento Econômico", apresenta a inovação como um processo de “destruição criativa” e o conceito de ciclo econômico. Intitulada “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, obra publicada em 1942, discute inovação e empreendedorismo na sociedade capitalista (ROSAS, 2023).

Sobre tal percepção e complexidade de efetivação, o estudioso resgata que, se apenas há duas décadas a inovação estava correlacionada ao setor secundário da economia com a difusão de produtos industrializados intensivos em tecnologia, decorrentes de mudança nos processos de produção, atualmente se tornou “*objeto de desejo*”³⁵ não somente do setor econômico, como também de diferentes setores da sociedade incluindo-se, nesse contexto, diferentes esferas do poder governamental em busca de inovações para a gestão pública que possibilitem atender os interesses da cidadania, com contenção de recursos e evidente redução da confiança em governantes. Uma complexidade decorrente de mudanças interdependentes que protelam a criação de novas realidades transformadoras. Assim, e para ilustrar tal contexto, revive quadros constitutivos da computação embarcada³⁶ e da comunicação mediada por dispositivos eletrônicos:

³⁵ Em termos gerais considera-se, com o psicanalista francês Jacques Lacan (1901- 1981), que objetos de desejo se referem a algo inatingível e por vezes inalcançável. Em sua análise, na busca em compreender o desejo, se faz preciso considerar alguns "significantes", a exemplo de "gozo", "alienação", "fantasia", dentre outros elementos que podem ser aqueles suscitados pela proibição. Em vocábulo alemão o desejo, grafado "*begierde*", significa em português cobiça, anseio ou um desejo veemente (Lacan, 2016). O cientista social brasileiro Breno Santos, em seus estudos sobre consumo irá resgatar que, segundo os pressupostos do que se tem denominado de cultura do consumo, será "a partir da modernidade ocidental que o consumo configura-se como o principal meio de efetivação da liberdade, realização pessoal e felicidade de indivíduos e coletividades, constituindo-se como elemento primordial para a compreensão da vida moderna [...]". Do mesmo modo, também irá sustentar que "de uma perspectiva histórica, as mudanças registradas na esfera do consumo tendem a ser interpretadas como resultados de mudanças mais abrangentes ocorridas no campo da cultura, marcada pela emergência de fenômenos como o individualismo, racionalismo e liberalismo, e são a marca indelével da modernidade ocidental no século XVIII". Assim, embasando-se nos estudos do sociólogo britânico Colin Campbell (2001), também irá ressaltar que: "a criação incessante de novas necessidades, marca indelével do consumismo moderno é, portanto, o resultado direto do poder imaginativo e do prazer auto ilusório que emergem a partir do hedonismo moderno. O prazer decorre da atividade de devanear acordado, do sonhar acordado com um objeto ou experiência, e a consumação deste objeto de desejo ou simplesmente a superposição de diferentes objetos de desejo que não raro ocorre no mesmo intervalo de tempo, fazem com que o indivíduo esteja permanentemente construindo sonhos, fazendo com os objetos de prazer sejam constantemente antecipados e reeditados, de modo que o hedonista moderno vive muito mais em seus devaneios do que propriamente na realidade, vivendo constantemente em seus anseios, o que permite compreender o estado permanente de insaciabilidade que marca o consumidor moderno, sempre em busca do novo" (Campbell, 2001 *apud* Santos, 2017, p. 308-309).

³⁶ "Sistema embarcado é um sistema micro processado, onde o conjunto é totalmente encapsulado e dedicado ao sistema que deve controlá-lo. [...] Na década de 60 surgiu o primeiro sistema embarcado reconhecido, durante o desenvolvimento do Projeto Apollo (conjunto de missões espaciais da Nasa para enviar o homem à Lua). Esse sistema era o Apollo Guidance Computer (usado para coletar e fornecer informações sobre voos, além de controlar automaticamente todas as funções de navegação), desenvolvido por Charles Stark Draper (1901 - 1987), criador do primeiro sistema embarcado, no MIT. O primeiro sistema embarcado de produção em massa foi o computador guia do míssil nuclear LGM-30 Míssil Minuteman, lançado em 1961 pelos EUA. Ele possuía um disco rígido para a memória principal

Um exemplo é o prazo decorrido entre as primeiras trocas de mensagens por meio eletrônico entre pesquisadores, que ocorreram em meados da década de 1960, graças aos avanços da computação compartilhada, e a disseminação do correio eletrônico, que ocorreu apenas a partir de 1996. Essa inovação, hoje tão presente no cotidiano da população em geral, requereu uma combinação de fatores, alguns de cunho tecnológico e outros não. Entre eles estão a cessação de restrições legais que incidiam sobre o transporte de informação comercial na internet e a consolidação de protocolos de transmissão de mensagens, tais como o *Simple Mail Transfer Protocol* (SMTP) e o *Post Office Protocol* (POP). Outra ilustração eloquente do longo intervalo entre invenção e inovação é propiciada pela chamada Inteligência Artificial. De maneira simplificada, trata-se da busca de mimetização por equipamento e dispositivos de capacidades mentais humanas, entre as quais a interpretação de vastas quantidades de dados, a solução de problemas complexos e a aprendizagem. Hoje decantada pelo seu potencial de criar novas realidades, ela foi formulada já há seis décadas, notadamente no âmbito de um projeto de pesquisa que foi realizado nos idos de 1956 (Solomonoff, [20--]). Todavia, apenas nos dias atuais a Inteligência Artificial começa a frutificar, por exemplo, ao estar embarcada em veículos autônomos (Plonski, 2017, pp. 7- 8).

Em outro exemplo ilustrativo e pitoresco de inovações “radicais e incrementais” para a criação de novas realidades, traz a relevância de um meio de transporte, ou um veículo de propulsão humana, extremamente popular, conhecido como bicicleta, tão em moda e em voga, no mundo atual. Em suas palavras, discorre:

Veja-se o caso da bicicleta, artefato cuja versão pioneira data de julho de 1817, portanto exatos duzentos anos antes da redação do presente artigo. Mudanças técnicas e de design incrementais sucessivas no artefato em si se associaram a alterações gradativas nos costumes da sociedade, a reformulações no traçado das vias urbanas e à modernização tecnológica dos sistemas auxiliares, como os de controle do tráfego. Esse processo, por sua vez, “pegou carona” nos movimentos contemporâneos de exaltação da atividade física e de reconhecimento da importância de se mitigar as pegadas de carbono dos meios de transporte. É a convergência de todos esses fatores que explica por que as bicicletas, agora com o apelido carinhoso de “magrelas”, puderam se tornar um instrumento tão popular de mobilidade urbana e lazer, que é utilizado praticamente por todos os segmentos de moradores. A história da bicicleta mostra a importância da consideração do caráter sociotécnico do processo de inovação e a necessidade de confluência sistêmica de mutações em diversos campos para que se consiga efetivamente criar novas realidades. Essa constatação traz à arena da inovação as contribuições de um elenco de disciplinas adicionais às que foram

e era usado para controlar a orientação e estabilidade do foguete" (Cavalcante, Sistemas Embarcados, s/d.).

nominadas anteriormente, tais como arquitetura, ciências sociais, comunicação, filosofia, geografia e história (Plonski, 2017, p. 3).

Em história, especialmente em “sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente, a inovação pode acontecer de dois modos”, pontua o historiador Eric Hobsbawm (1998) quando trata sobre o sentido do passado, cumprindo esclarecer que “uma dominação total do passado excluiria todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade humana que não reconheça nenhuma delas”. Sob estes aspectos, ou sobre os modos como a inovação pode acontecer destaca que em primeiro lugar:

[...] o que é definido oficialmente como "passado" é e deve ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado. Em toda sociedade, a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias. Mas sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não participam do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade. A inovação pode ocorrer nesses interstícios, desde que não afete automaticamente o sistema e, portanto, não se oponha automaticamente à barreira: “Não é desse jeito que as coisas sempre foram feitas”. Seria interessante investigar que tipos de atividades tendem a permanecer assim relativamente flexíveis, além daquelas que permanecem negligenciáveis em um dado momento, mas podem se mostrar diferentes numa ocasião posterior. Pode-se sugerir que, ficando as outras coisas como estão, a tecnologia no sentido mais amplo pertença ao setor flexível, e a organização social e a ideologia ou sistema de valores, ao setor inflexível (Hobsbawm, 1998, p. 23).

Sobre tais circunstâncias, como ainda discorre o historiador, considerando que mesmo em um “passado social formalizado” e evidentemente mais rígido, que fixa o padrão e normas para o presente, não se exclui a possibilidade que haja alguma flexibilidade ou inovação de fato, mesmo que, ou quando, poderosos e rígidos sistemas tradicionais reformulem a “inovação como não-inovação” (Hobsbawm, 1998). Neste caso, complementa:

Em tais sociedades, também é possível a inovação consciente e radical, mas pode-se supor que existam apenas poucas maneiras de legitimá-las. Ela pode ser disfarçada ou redescoberta de alguma parte do passado erroneamente esquecida ou abandonada, ou pela invenção de um princípio anti-histórico de força moral superior

prescrevendo a destruição do presente/pressão. [...] A dificuldade de historiadores e antropólogos é que todos os casos registrados de tal legitimação primitiva de grandes inovações sociais ocorrem, quase por definição, quando sociedades tradicionais são lançadas em um contexto de mudança social mais ou menos drástica, ou seja, quando a rígida estrutura normativa do passado é tensionada até o ponto de ruptura e pode ser então incapaz de funcionar "adequadamente". Embora mudança e inovação que surgem por imposição e importação de fora, aparentemente desvinculadas de forças sociais internas, não precisem necessariamente afetar o sistema de ideias que uma comunidade mantém acerca da novidade - já que a questão de sua legitimidade é resolvida por *force majeure* - em tais ocasiões, mesmo a sociedade extremamente tradicionalista deve chegar a algum tipo de acordo com a inovação circundante e inovadora. É claro que ela pode rejeitá-la *in toto*, e dela se afastar, embora essa solução raramente seja viável durante longos períodos (Hobsbawm, 1998, p. 24).

Tomando, portanto, dos interstícios a que se refere o historiador, dentre inúmeras e diferentes possibilidades de abordar a temática opta-se, neste capítulo, por enfatizar alguns elementos que permitam pensar, numa perspectiva histórica pela qual se possa perceber diferentes fatores, inovações ou momentos, que viabilizaram processos de transições, ou mudanças que, se não inauguraram ou modelaram novos tempos, geraram novas terminologias para as formas de registro e organização das sociedades. Do mesmo modo, tratará de processos de transição que impliquem renovação ou inovação do passado, no sentido em que a tecnologia pertença ao setor flexível de reconhecimento que provoque renovação do passado e legitime o presente; de elementos constitutivos e históricos de mudança de uma sociedade industrial para uma era da informação.

1.1. Cibernética e Inteligência Artificial

Nobert Wiener (1894-1964), matemático estadunidense que atuou como professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em prefácio de reconhecida obra de sua autoria intitulada "Cibernética e Sociedade - O uso humano de seres humanos", se vivenciou, também registrou que os primeiros momentos do século XX, não somente notabilizaram o fim de um período de cem anos, mas demarcaram o início de um tempo em que houvera efetiva percepção de que, antes mesmo que se processasse uma "transição política de um século dominado pela paz para um século de guerra", sugere que talvez

tenha sido na Ciência que tal percepção tenha primeiro se operado, muito embora, independente do que tenha afetado a Ciência, também tenha provocado a constatada existência da acentuada ruptura entre as "artes e a literatura nos séculos XIX e XX" (Winner, 1954, p. 9).

Assim, sob tal perspectiva, irá observar que, se na concepção Física de Newton os processos físicos estavam sujeitos a leis rígidas, isso deixou de prevalecer sendo Boltzmann na Alemanha e Gibbs³⁷ nos Estados Unidos, os responsáveis por tal quebra de paradigma ao introduzir a estatística na Física. Em linhas gerais, conclui que:

A inovação de Gibbs foi a de considerar não um mundo, mas todos os mundos que sejam respostas possíveis a um grupo limitado de perguntas referentes ao nosso meio ambiente. Sua noção fundamental dizia respeito à extensão em que as respostas que possamos dar a perguntas acerca de um grupo de mundos são prováveis em meio a um grupo maior de mundos [...] No universo de Gibbs, a ordem é o menos provável e o caos o mais provável. Todavia, enquanto o universo como um todo, se de fato existe um universo íntegro, tende a deteriorar-se, existem enclaves locais cuja direção parece ser o oposto à do universo em geral e nos quais há uma tendência limitada e temporária ao incremento da organização. A vida encontra seu *habitat* em alguns desses enclaves. Foi com esse ponto de vista em seu âmago que a nova ciência da Cibernética principiou a desenvolver-se (Wiener, 1954, p. 11-12).

Portanto, como pontua e procura explicar Wiener que, ao ser impactado pelo ponto de vista de Gibbs na vida moderna, especialmente em relação às mudanças que provocou na Ciência ativa, bem como, nas alterações que suscitou para com a vida em geral, os capítulos dessa sua obra além de conter "elementos de descrição técnica, também contempla um componente filosófico que diz respeito ao modo por que reagimos ao mundo com que nos defrontamos, e o modo por que deveríamos reagir" (Wiener, 1954, p. 11).

Contudo, é recordando que no ano de 1948 havia publicado um livro sob o título de Cibernética, em cuja definição coloca na mesma "classe

³⁷ Físico austríaco, **Ludwing Eduard Boltzmann** (1844-1906) ficou conhecido pelo seu trabalho no campo da termodinâmica estatística, ramo da Física que une as propriedades macroscópicas e microscópicas da matéria, interpretando e demonstrando atomicamente alguns princípios da termodinâmica. **Josiah Williard Gibbs** (1839-1903) foi um cientista americano que legou importantes contribuições na física, química e na matemática, especialmente sobre as questões da entropia e da inserção da estatística probabilística na Física (Unicamp, 2016).

comunicação e controle”, faz entender que comunicação tem relação próxima com entropia³⁸, ou seja:

Quando me comunico com outra pessoa, transmito-lhe uma mensagem, e quando ela, por sua vez, se comunica comigo, replica com uma mensagem conexa, que contém informação que lhe é originariamente acessível, e não a mim. Quando comando as ações de outra pessoa, comunico-lhe uma mensagem, e embora tal mensagem esteja no modo imperativo, a técnica de comunicação não difere da de uma mensagem de fato. Ademais, para o meu comando ser eficaz, tenho de tomar conhecimento de quaisquer mensagens vindas de tal pessoa que me possam indicar ter sido a ordem entendida e obedecida (Wiener, 1954, p. 14).

Para Wiener, o princípio que sustenta a tese desta sua obra parte do entendimento de que “a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha”, presumindo e esclarecendo que:

[...] no futuro desenvolvimento dessas mensagens e facilidades de comunicação, as mensagens entre o homem e as máquinas, entre as máquinas e o homem, e entre a máquina e a máquina, estão destinadas a desempenhar papel cada vez mais importante. Quando dou uma ordem a uma máquina, a situação não difere essencialmente da que surge quando dou uma ordem a uma pessoa. Por outras palavras, tanto quanto alcança minha consciência, estou ciente da ordem emitida e do sinal de aquiescência recebido de volta. Para mim, pessoalmente, o fato de o sinal, em seus estágios intermediários, ter passado por uma máquina em vez de por uma pessoa, é irrelevante, e em nenhum caso altera significativamente minha relação com o sinal (Wiener, 1954, p. 14).

Neste sentido, reconhecendo haver diferenças tanto nas mensagens, quanto problemas de comando, não somente entre um organismo vivo e uma máquina, como também no interior de classes mais restrita de seres, tende a explicar que:

O propósito da Cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem, de fato, a haver-nos com o problema do controle e da comunicação em geral, e a descobrir o repertório de técnicas e ideias adequadas para classificar-lhe as manifestações específicas sob a rubrica de certos conceitos (Wiener, 1954, p. 15).

³⁸ Em linhas gerais o termo, na área de gerenciamento de tecnologias da informação (TI), diz respeito ao nível de desorganização do sistema.

Dentre estes conceitos, ressalta que informação é o termo que indica o conteúdo daquilo que o ser humano troca com o mundo exterior para ele se ajustar e nele ser percebido, ou seja:

O processo de receber e utilizar informação é o processo de nosso ajuste às contingências do meio ambiente e de nosso efetivo viver nesse meio ambiente. As necessidades e a complexidade da vida moderna fazem, a este processo de informação, exigências maiores do que nunca, e nossa imprensa, nossos museus, nossos laboratórios científicos, nossas universidades, nossas bibliotecas e nossos compêndios estão obrigados a atender às necessidades de tal processo, sob pena de malograr em seus escopos. Dessarte, comunicação e controle fazem parte da essência da vida interior do homem, mesmo que pertençam à sua vida em sociedade (Wiener, 1954, p. 15-16).

Isto posto, em síntese se depreende que, nesta extensa e detalhada obra, o matemático Nobert Wiener (1954) ao forjar o termo e o conceito de Cibernética, uma ciência de natureza interdisciplinar, procurou abarcar os campos teóricos que envolvem comando, controle e transmissão da informação quer seja em seres vivos, ou em máquinas.

Entretanto, será discutindo como o “caráter comunicativo do homem e o da máquina incidem um sobre o outro”, no cenário da primeira e segunda Revolução Industrial, que irá observar:

Uma outra vez, na História, a máquina incidiu sobre a cultura humana com um efeito do maior ímpeto. Esse impacto anterior é conhecido por Revolução Industrial e envolvia a máquina tão somente como uma alternativa para o músculo humano (Wiener, 1954, p. 127).

Esquadrinhando as transformações que as “novas” tecnologias de informação e comunicação imputaram às relações humanas, à percepção de mundo e aos processos sociais e culturais mais recentemente, os pesquisadores brasileiros Marta Mourão Kanashiro e Rafael Evangelista (2013)³⁹ resgatam que a cibernética se popularizou, simultaneamente, em dois sentidos:

³⁹ Respectivamente: socióloga e pesquisadora da Rede Latinoamericana de Estudos em Vigilância (LAVITS); pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

[...] como um ramo interdisciplinar do conhecimento científico, de influência determinante tanto para as ciências naturais quanto para as humanidades; e como veio principal de alimentação de uma nova utopia, a da comunicação (Breton, 1995), que pautou o imaginário da segunda metade do século XX e do ainda nascente século XXI (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 58).

Para estes estudiosos, a importância da cibernética, tanto desde seu nascimento, quanto sua posterior renovação pode estar relacionada como resultado de duas “crises distintas, ou dois momentos marcantes num amplo processo de transformação”, quais sejam:

[...] o choque da humanidade com os horrores das duas grandes guerras – e, por que não? com o medo permanente da volta de algo pior com a ameaça nuclear; e a falta de alternativas ao capitalismo e à crise de consciência com o comunismo de modelo soviético, cujo colapso torna-se evidente em 1989, mas que carrega um sentimento de desilusão desde 1968 (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 58).

Assim, em 1989, tão-logo caia o Muro de Berlim, segundo resgatam os autores, nos anos de 1990 a utopia que aflora é de uma sociedade da comunicação, em consenso com o neoliberalismo. Neste cenário, ou novo contexto um “novo gás vem das assombrosas novas tecnologias de informação e comunicação, dos computadores pessoais ligados em rede, que agora ocupam o lugar de eletrodoméstico popular” (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 59).

Sob tal narrativa, fazem lembrar que a cibernética tem essa utópica origem histórica relacionada à realização de encontros entre intelectuais de diferentes disciplinas logo após a Segunda Guerra Mundial. Tais encontros têm início em 1946, fruto de um esforço coletivo que contava com a participação dos pais da cibernética como o próprio Nobert Wiener e John Von Neuman, e mais ainda de destacados antropólogos de apelo popular, a exemplo de Margareth Mead e Gregory Bateson (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 60).

Os encontros foram promovidos por uma organização filantrópica dedicada a questões médicas, mas o contexto era muito semelhante ao que, precedentemente, reuniu cientistas de diferentes origens em torno do Projeto Manhattan em cujo objetivo visava a quebra de “barreiras disciplinares de

modo que melhor pudesse contribuir com um tipo de reconstrução que se livrasse da barbárie e não mais com a vitória dos Aliados”. Desse modo, buscava-se com estas conferências, uma metateoria que “pudesse ser aplicada tanto às ciências sociais quanto às ciências naturais” (Barbrook, 2009, p. 79 *apud* Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 61).

Ao abordar a obra de Norbert Wiener, Kanashiro e Evangelista rememoram que:

Duas obras de Norbert Wiener, *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine* (1948) e *The Human Use of Human Beings* (1950), são produzidas sob a influência de seu trabalho como matemático durante a Segunda Guerra e dessa interação interdisciplinar das Conferências Macy. O exame atento delas pode nos oferecer pistas sobre as ideias fundamentais da cibernética. Misto de reflexão técnica com indagações filosóficas, elas marcariam, segundo Breton, a construção de um projeto utópico, mesmo que não explicitamente formulado. É incrível como ao se refletir e explicitar os conceitos de Wiener se “reconhecem” certos pilares da sociedade da comunicação (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 61).

No campo da utilidade técnica, segundo os autores, a notável contribuição de Norbert Wiener, até então um matemático trabalhando no MIT envolvido em um projeto militar, foi o desenvolvimento do conceito de *feedback* e sua aplicação na construção de mecanismos de defesa anti-área:

O conceito de *feedback* é chave na construção do projeto utópico. Dada a velocidade crescente dos aviões, era preciso melhorar a precisão das baterias antiaéreas de forma que, ao tentar atingir[61] uma aeronave em movimento, o soldado operador da máquina fosse capaz de prever as futuras posições do alvo. Para isso, Wiener desenvolveu uma solução capaz de automatizar a correção da pontaria do atirador. A ideia de *feedback*, retroalimentação informada sobre o posicionamento dos aviões e a capacidade de fazer previsões sobre seu posicionamento futuro, marcava como as máquinas poderiam ser inteligentes utilizando de processos de comunicação. Ao reunir essas informações de histórico do posicionamento passado do objeto em sua trajetória, num ciclo de estímulo e resposta, a técnica de Wiener tornava possível à máquina prever o movimento. Barbrook aponta como Wiener extrapola isso para campos mais amplos: “Wiener argumentou que essa teoria mestra descrevia todas as formas de comportamento intencional. Seja em humanos, seja em máquinas, havia interação contínua entre informação e ação. As mesmas equações matemáticas poderiam ser usadas para analisar o impacto no mundo tanto de organismos vivos quanto de sistemas tecnológicos” (Barbrook, 2009, p. 80 *apud* Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 62).

Contemplando demais aspectos da obra de Nobert Wiener, atentam ainda os pesquisadores, que uma profunda análise de sua obra poderá mostrar como seus escritos vão além sugerindo um novo molde de sociedade, baseada em comunicação e de raízes iluministas, bem como, sugerindo “um outro modelo de homem”, derivado da “comparação e simbiose do homem com as máquinas comunicantes”. Nestes termos, discorrem que:

[...] um homem com três características definidoras: sua existência dada por ser um ser social, feito de comunicação; sua transparência, ausência de interior; e a apologia da racionalidade, a valorização de processos mentais – em especial os baseados no cálculo – em detrimento da existência corporal. O homem wieneriano não se define pela sua humanidade, mas por ser um ser social e é a sua capacidade de se comunicar que assim o define. Todo ser dotado dessa capacidade com complexidade similar ganha o mesmo estatuto. “A identidade física do indivíduo não reside na matéria do qual ele se compõe”, diz Wiener. E sonha que seria “instrutivo considerar o que aconteceria se nós transmitíssemos todo o modelo do corpo humano, com suas lembranças e todas as suas trocas com o ambiente, de modo que um receptor instrumental hipotético pudesse reorganizar convenientemente os processos preexistentes no corpo e no espírito.” (Breton, 1995 *apud* Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 62-63).

Neste caso, “máquinas e humanos podem estar na mesma chave” e o conceito de *feedback* evitaria a entropia, ou seja, com a “retroalimentação se a desorganização, a perda de energia atuante em um sistema fechado”. Sob tais concepções, ou perspectivas, concluem que:

Essa redefinição do homem, encabeçada por Wiener, mas tributária a um conjunto de intelectuais da cibernética, tem por consequência lógica um novo modelo de sociedade. Uma visão da humanidade igualada entre si – e a certas máquinas - pela sua capacidade comunicativa; transparente pautada pelos seus atos (e não por algum interior metafísico); e passível de atuar mais racionalmente quanto mais dados possuir. Isso permite projetar uma sociedade não fundamentada no conflito, mas na busca de um consenso dado pela abundância da comunicação e da informação. O inimigo dessa sociedade não está num outro essencialmente diferente ou impossível de se alcançar via troca de informações, está na falta de comunicação. “Seu único inimigo não é humano: é o 'ruído', a entropia, inimigo que tem influência, que ameaça até mesmo a dominar o mundo e que somente a 'livre circulação de informações' poderá conter.” (Breton, 1995 *apud* Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 63).

Sob um tal contexto, de um novo modelo de sociedade e uma visão igualitária de humanidade, mediada tecnologicamente pela capacidade das máquinas, bem como, pelo manancial comunicativo e de informação, retratam que:

Não é à toa que o famoso “Raça e História”, do antropólogo Claude Lévi-Strauss, feito sob encomenda da Unesco na luta do pós-guerra contra o racismo, afirma o valor da diversidade pela via da tolerância - como exercício racionalizado -, pelo contato e comunicação. Ao afastar a determinação biológica na diferenciação das culturas e afirmar a convivência possível com a diversidade como algo a ser estimulado, evoca-se as possibilidades de mudança pelo contato, ainda que preservada a diferenciação entre os grupos - diferenciação que, inclusive, beneficia-se desse contato. Na sociedade cibernética, entretanto, a mediação do contato é realizada, de preferência, por máquinas. No horizonte está o fim do Estado-nação, abrindo-se espaço para um Estado mundial tecnicizado, praticamente invisível. É o pleno exercício da comunicação sem ruídos que permite isso, que leva a um sistema em equilíbrio (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 64).

Todavia, e mesmo sendo Nobert Wiener o maior protagonista em face a construção de um “projeto utópico”, dois outros personagens ou “pais ancestrais” da cibernética também podem esclarecer a construção de tal processo ou contexto histórico, é o que ainda se propõem abordar Kanashiro e Evangelista (2013).

Assim, segundo relatam, o matemático inglês Alan Turing (1912-1954) foi decisivo na construção da criptografia⁴⁰ para a utilização dos sistemas de comunicação. Contudo, sua contribuição de maior influência foi o teste batizado com seu próprio nome. Em vista disso:

Impressionado com os progressos na construção de máquinas de calcular, Turing vislumbrou que as máquinas poderiam, no futuro, atingir um estágio de “livre arbítrio”, seria a criação da inteligência artificial. E elaborou um teste – idiossincrático (nos termos de Barbrook) baseado na imitação, para definir esse momento. Nele, um observador tenta distinguir qual, entre dois agentes, é uma máquina, por meio de interação por via textual, em uma conversa sobre tópicos amplos. A racionalização de Turing é que a inteligência só é demonstrável via comportamento e que, se a máquina fosse capaz de passar no teste obedecendo a esses critérios, ela reuniria as condições suficientes para ser considerada inteligente. Não é difícil ler, nessa indagação sobre um ser pensante, alguém de mesma natureza que o homem de Wiener: o teste não é dado por algo

⁴⁰ Em linhas gerais, pode-se entender criptografia como uma forma de traduzir dados, no formato texto simples (não criptografados), para o formato texto cifrado (criptografado).

inerente ao ser, mas por uma capacidade imitativa e baseada na comunicação (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 64-65).

No entanto, como ainda discorrem, nas “aproximações entre máquinas e pensantes, ou não”:

[...] cabe ainda citar a contribuição de John von Neumann, um ciberneticista mais próximo do pensamento militar dos EUA. Logo após a Segunda Guerra, Wiener passou a manifestar aversão ao uso militar do conhecimento científico, mostrando-se contrário à corrida armamentista e temeroso da ameaça nuclear. Segundo Barbrook (2009), isso teria aberto espaço para von Neumann, suas pesquisas apoiadas pelo complexo militar que davam um véu racional na expansão da produção de armas da Guerra Fria, e sua teoria dos jogos – que referendava egoísmo o capitalista maximizador do lucro como ação racional. John von Neumann⁴¹ foi catapultado à posição de pai da cibernética. “Assim como computadores, indivíduos seriam processadores de informação que responderiam a ordens dadas por seus programadores. [...] Ao invés do computador imitar um humano com êxito, esse novo teste de Turing seria confirmado quando humanos fossem indistinguíveis de computadores (Kanashiro; Evangelista, 2013, p. 65).

Paul Strathern, professor britânico de filosofia e matemática, e um prestigiado autor de biografias dentre as quais, a do matemático britânico pioneiro da Ciência da Computação com o desenvolvimento do computador, e o responsável por decifrar os códigos da Enigma, a máquina de criptografia usada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, em sua obra intitulada a “Alan Turing e o computador em 90 minutos”, argumenta e registra que:

Mesmo antes que o primeiro computador fosse desenvolvido, conhecíamos seus limites teóricos. Sabíamos o que ele poderia computar. E quando os primeiros computadores ainda estavam sendo montados, a qualidade potencial de sua capacidade já era compreendida: eles poderiam desenvolver sua própria inteligência artificial. Um homem foi responsável por ambas estas ideias — seu nome era Alan Turing. Um sujeito excêntrico, que acabou por ver a si mesmo como uma espécie de computador, Turing trabalhou também na máquina de calcular Colossus que decifrou os códigos Enigmados alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Como Arquimedes, Turing foi obrigado a abandonar uma brilhante carreira como matemático para tentar salvar seu país. Arquimedes fracassou e foi morto por um soldado romano. Turing teve êxito e a pátria agradecida o processou por homossexualidade. Turing foi amplamente esquecido

⁴¹ A expressão, mais atual e igualmente bastante popular, dessas aproximações de von Neumann entre máquinas e humanos e a vida como informação, está em biólogos como Richard Dawkins, em sua obra O Gene Egoísta (1976).

após sua morte prematura, mas agora está sendo cada vez mais reconhecido como a principal figura na história do computador. [...] mas, o interesse mais ardente de Turing se voltava para a lógica matemática (Strathern, 2000, p. 7; 17).

Dentre diferentes estudos que tem “imortalizado” autor e obra, Lúcia Santaella, pesquisadora brasileira e livre docente em Ciências da Comunicação, em parceria com os doutores em Comunicação e Semiótica, Daniel Melo Ribeiro e Geane Alzamora, se propondo pensar a inteligência artificial, a cultura e os desafios impostos à criatividade recordam que, em 1950, Alan Turing ao publicar o artigo *Computing Machinery and Intelligence*, lançava ao mundo uma questão pertinente: “Podem as máquinas pensar?” (Copeland, 2004, p. 441 *apud* Santaella, 2023).

Com tal questionamento, ressaltam estes pesquisadores que Alan Turing, buscando desvendar como uma mente artificial resolveria problemas matemáticos, além de realizar descobertas na área da criptografia, utilizadas em práticas de espionagem na Segunda Guerra Mundial, criou e desenvolveu um modelo computacional que inspirou a invenção dos computadores, a então denominada “Máquina de Turing”, problematizando uma das questões filosóficas mais duradouras, atraindo-as para a lógica, a matemática e a cibernética (Santaella, 2023).

Assim, quanto à indagação ou a possibilidade lançada pelo matemático, pela qual espreita a possibilidade de que as “máquinas possam pensar”, argumentam estes estudiosos que a questão passa por uma reflexão que envolve a linguagem, isto é, mesmo que seja inegável o poder das máquinas em processar e aprimorar algoritmos, ainda não é possível para a inteligência artificial atribuir significados para os comandos que processa. E isto significa que computadores manipulam símbolos - *ou signos* - sem, contudo, perceber o que significam. Não por menos, as ferramentas com base em inteligência artificial que mais impressionam os humanos são as que têm maior capacidade em simular sistemas de linguagem humana, em especial, a linguagem verbal. Neste aspecto, o Teste de Turing, um modelo de verificação, concebido pelo próprio Alan Turing, visava identificar se as máquinas teriam capacidade para enganar os seres humanos (Teixeira, 2015; Hutson, 2021 *apud* Santaella, 2023, *grifos nossos*).

Em obra publicada pela Unesco, na qual procura discutir a relação entre inteligência artificial e cultura, especialmente na América Latina e Caribe (ALC), Lúcia Santaella avalia que o impacto da IA sobre a cultura é de grandes proporções, cujos desafios e implicações se apresentam na hegemonia que as grandes empresas de dados, as denominadas *big techs*⁴², desempenham sobre o funcionamento da cultura global e que repercute fortemente na ALC. Em contrapartida, no Norte Global, observa-se uma crescente mobilização de IA que se manifesta nas cadeias criativas e de valor alternativas, acarretando para a ALC mais um desafio que se soma ao primeiro, ou seja, “o risco de aprofundamento de uma brecha digital entre Norte e Sul Global” (Santaella, 2021).

Sobre tal contexto, discorre Santaella que, desde os anos 2000 a Unesco tem se tornado mais vigilante, mais alerta à natureza contínua, mutável e flexível da cultura, delineada de modo que possa abranger a “multiplicidade de novas formas de expressões culturais em um mundo cada vez mais permeado pelas tecnologias digitais”; em que também se observa uma veloz e crescente expansão de redes sociais, de produção e distribuição de dados, proliferação de recursos multimidiáticos⁴³, ao dispor de usuários que provocaram, e *tem provocado*, “um gigantesco impacto em todos os setores da sociedade, inclusive no setor cultural e criativo” (Unesco, 2005; 2017 *apud* Santaella, 2021, *grifos nossos*).

Observando que na atual realidade, há um potencial aumento e disponibilidade de dados em volumosas dimensões, a denominada *big data*⁴⁴, que sustentam as grandes plataformas ou empresas de tecnologia, as *big techs*, bem como, a multiplicação de plataformas transmidiáticas⁴⁵, difusão de

⁴² Empresas do ramo de tecnologia, em sua maioria com origens ou relacionadas ao Vale do Silício, e que tem dominado o mercado na área, a exemplo do Google, Amazon, Microsoft, Facebook, Instagram, Youtube, Spotify, Netflix, Twitter (atual SpaceX), dentre outras.

⁴³ Em síntese, multimídia se refere à combinação de diferentes formas de mídia, como texto, áudio, vídeo, imagens e animações, de modo que a informação possa ser transmitida de forma mais rica e atrativa.

⁴⁴ Em termos gerais, *big data* pode ser definida e entendida como uma área do conhecimento que busca analisar, tratar e extrair informação de um grande volume de informações.

⁴⁵ Por plataforma se entende a combinação de uso de uma determinada mídia com um, ou outros tipos, de tecnologia. Transmídia, ou narrativa transmídia, termo cunhado pelo norte-americano e estudioso dos meios de comunicação Henry Jenkins (2008), "refere-se a um processo pelo qual um produto midiático, como um filme, transita para um game, ou pelo qual uma telenovela, produzida para ser veiculada na TV, transita ainda pelas diversas telas dos

aplicativos e “simbioses” com a inteligência artificial, considera que não podem ser minimizadas, ou desprezadas “a complexidade das questões contemporâneas provocadas pela IA em todos os campos da produção e das atividades humanas”. Sendo assim:

Tem sido galopante a explosão das novas tendências de *Machine Learning* (ML, Aprendizagem de Máquina) e *Deep Learning* (DL, Aprendizagem Profunda) que ocorreu nos últimos oito anos. Não obstante esses avanços, estamos apenas na fase da IA fraca, assim chamada porque ainda não ultrapassou o limiar da inteligência humana, enquanto a IA forte corresponderia ao momento em que avançará para além das possibilidades da inteligência humana (Chalmers, 2010 *apud* Santaella, 2021, p. 7).

Em vista disso, e mediante as desafiadoras mudanças paradigmáticas das dinâmicas culturais instauradas pela IA e suas consequências, especialmente, na América Latina e Caribe (ALC), a autora busca salientar a lógica de funcionamento das grandes plataformas, quais impactos podem causar tanto na sociedade quanto na cultura, e o que tudo isso pode significar para as sociedades na atualidade considerando, neste cenário, a “superconcentração dos dados monitorados pela IA”. Do mesmo modo, ao discutir as implicações desse cenário para o Sul Global no horizonte da ALC, quando constata a “brecha digital e criativa que tende a se aprofundar entre o Norte e o Sul Global”, apresenta em suas conclusões algumas recomendações visando estratégias para o enfrentamento dos desafios e riscos apontados que podem funcionar como um alerta aos setores público, privado e sociedade civil da ALC e que, em síntese, se apresentam relacionados com:

A ausência da cultura nos documentos e relatórios oficiais sobre IA: É preciso lamentar essa ausência, quando se sabe que, nos últimos anos, tem prevalecido uma lógica inteiramente nova de automatização que incide em todas as etapas dos ciclos da cultura – criação, produção, disseminação e consumo, instaurando focos visíveis de desenvolvimento na economia criativa e na cadeia de valor da cultura; **IA nos ciclos e domínios da cultura:** a necessidade de incorporação da herança cultural e da memória na dinâmica dos ciclos culturais, pois as questões relativas aos arquivos passaram a desempenhar papéis de grande relevância no contexto digital: sem dados digitalizados, não há aplicações possíveis de IA. Ademais, a presença do arquivamento garante a preservação da memória de criação e produção; **Criação e produção:** A etapa da criação sempre se notabilizou pelo pioneirismo no uso de tecnologias

dispositivos móveis, além de sites, como o Youtube, e redes sociais, como o Facebook e o Twitter, dentre outros" (BRASIL, 2016).

digitais emergentes para seus processos criadores e, com a IA, não é diferente. A gigantesca criação produção, difusão e consumo diários de textos, imagens, vídeos e sons nas plataformas *on-line* funcionam como substratos para o crescimento de criações que utilizam a IA. Ademais, esse crescimento é, muitas vezes, municiado por programas de código aberto (*open source*), assim como pelo baixo custo das plataformas computacionais; **Disseminação e consumo:** A distribuição dos bens culturais hoje ultrapassa quaisquer limites de tempo e espaço. Além disso, tornou-se corriqueira a expressão “produssumo” para indicar a dissipação digital das fronteiras, antes bem delimitadas, entre produção e consumo. Nesse sentido, a automatização de procedimentos permitidos pela IA aproxima ainda mais esses dois polos dos ciclos da cultura. **A cultura nas plataformas Centralizadoras:** A despeito das oportunidades trazidas pelo uso de IA nos setores culturais e criativos, há inúmeros desafios a serem considerados nesse cenário, sobretudo em virtude da superconcentração de dados monitorados pela IA sob o poder das grandes plataformas. Contando com a tecnologia móvel firmemente estabelecida como forma dominante de acesso, participação e compartilhamento na Internet, a ascensão das plataformas globais, alimentadas pelo big data e dominadas pelos algoritmos de IA, tem sido espantosa nos últimos anos. Por meio de dados e metadados, a lógica algorítmica conquista todas as indústrias, independentemente do formato dos bens envolvidos, sejam eles digitais ou analógicos (Santaella, 2021, p. 8-11).

Por fim, em sua avaliação sobre as “oportunidades trazidas pela IA aos setores culturais e criativos”, dirá que:

Ainda que a inclusão de ferramentas de IA em todos os ciclos e domínios da produção cultural seja recente, fica evidente sua tendência a crescer e se multiplicar. Considerando os impactos específicos da inteligência artificial na cultura, há pelo menos três aspectos a serem retomados. O primeiro são as mudanças na criação e na produção cultural com o uso de Machine Learning e Deep Learning⁴⁶, a fim de promover a criação de bens de valor extraordinário em diversas linguagens e domínios culturais. O segundo diz respeito à possibilidade de que o crescimento de tais manifestações e seus modelos de negócio alternativos que possam gerar um contraponto necessário à lógica produtivista das grandes empresas de tecnologia. O terceiro refere-se ao fato de que os dados culturais alimentam a inteligência artificial, ou seja, os algoritmos são treinados a partir de expressões culturais, como imagens, músicas, textos e vídeos, com a cultura utilizada como input (Santaella, 2021, p. 14; 18).

⁴⁶ Em consenso, entende-se que *machine learning* diz respeito ao uso de algoritmos para organizar dados, reconhecer padrões e fazer com que computadores possam aprender, enquanto que o *deep learning* é a parte do aprendizado de máquina que, por meio de algoritmos de alto nível, reproduz a rede neural do cérebro humano.

Portanto, nos agoras do tempo ou nas “ágoras⁴⁷” digitais, já não se trata mais de desenvolver movimentos mecânicos sucessivamente, mas de lidar com informação e processos cognitivos artificiais, com “inteligência” de máquina e artificial que, até então, competiam apenas à inteligência humana.

1.2 Vale do Silício: Inovação e Ideologia, Cultura e Tecnologia

Assim como uma grande parcela da herança histórica e social apontem e assinalem que transformações contextuais, mutações e variações conceituais vivenciadas pela humanidade em sociedade, desde a Revolução Industrial do século XVIII foram, em princípio, originadas e provocadas por adventos científicos, inovações da técnica, desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias, legítimo e plausível se faz considerar e reconhecer que revoluções subsequentes têm emergido do universo técnico e de inovações tecnológicas que implicaram em novos conceitos e diferenciados procedimentos para as relações sociais e humanas de produção econômica e política, para a criação artística e cultural, formação educacional e profissional. Para novos saberes e fazeres, estilos de vida, de organização e associação entre indivíduos sob um mesmo regime de tempo, ou de historicidades⁴⁸, que implicaram na “criação de novas realidades”, em parte concretizadas por inovações da técnica e impulsos da tecnologia.

Sob tais princípios, o meio de inovação que imprimiu a dinâmica da transformação tecnológica, com a primeira Revolução das Tecnologias da Informação, que se instalou em 1950 no litoral da Califórnia congregou, nos Estados Unidos da América, múltiplos fatores tanto econômicos, quanto culturais, registra o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999).

Implantado e localizado na Baía de São Francisco, costa oeste dos Estados Unidos da América, reconhecidamente o maior e mais famoso polo de

⁴⁷ Historiadores e demais estudiosos, tem referenciado que nas antigas cidades gregas, o termo se refere a um espaço aberto que servia como ponto de encontro para diversas atividades dos cidadãos.

⁴⁸ Em breve artigo no qual discute a "redefinição da 'memória' e do 'patrimônio' após a Queda do Muro de Berlim em 1989", o historiador francês Francois Hartog concebe "regime de historicidade em duas direções: em uma acepção restrita é a forma como uma sociedade trata seu passado e, em ampla acepção o termo serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana" (Hartog, 2006).

inovação mundial o Vale do Silício, ou *Silicon Valley*⁴⁹, tem sido apontado como o grande catalisador para a diversidade cultural que despertou ideias, sonhos, esperanças, o espírito arrojado e empreendedor daqueles que para lá migraram, provenientes dos mais diferentes ou distantes recantos do mundo. Uma tal diversidade de culturas fundada na ação, ambição e otimismo que possibilitou para muitos a utopia do fazer sem poder, ou o seu contrário.

Seja como for, há uma pluralidade de perspectivas e estudos sobre as origens históricas e culturais do *Silicon Valley*. No entanto, dentre estas, as de maior consenso corroboram que sua história teve início nos anos de 1849 com a Corrida do Ouro⁵⁰ que despertou o empreendedorismo e transformou um pequeno povoado em cidade, com a fundação institucional do atual estado da Califórnia, resultante do expansionismo estadunidense do século XIX. Por este viés histórico a corrida, ou a Febre do Ouro, se provocou embates com as populações indígenas se efetivando na vitória militar dos Estados Unidos sobre o México, resultou na consequente e nefasta apropriação de seu território, sendo os índios que habitavam aquela região subordinados ao regime jurídico e militar dos invasores que se originou, também provocou e propiciou um longo e intenso período de guerras e hostilidades entre aqueles povos originários⁵¹ e seus opressores.

⁴⁹ Colaborador regular do jornal *Electronic News*, Don Hoefler ao escrever uma reportagem sobre a crescente indústria de chips de computador no norte da Califórnia nomeou o Vale com a manchete intitulada "Vale do Silício, Estados Unidos" para a capa daquela edição em janeiro de 1971 (O'mara, 2019, p. 131).

⁵⁰ Em 1850, a vitória militar dos EUA sobre o México, resultou na apropriação do território mexicano e sua vinculação a federação estadunidense originando o estado da Califórnia. Motivados pelo ouro e convencidos pela sanha de riqueza fácil e rápida, uma geração de migrantes (aventureiros denominados colonos ou *settlers*) abandonavam suas raízes e se lançavam a difíceis travessias visando arriscar a sorte em um empreendimento de risco, carregando consigo o conceito ou a ideia de que a Califórnia "era um território inóspito e estéril em suas velhas formas sociais e que caberia aos colonos a missão civilizatória de 'transformar caos em ordem e selvageria em civilização'" (Madley, B., 2016 *apud* Ceolin, 2021, p. 395).

⁵¹ Com a intensificação das atividades em torno do ouro californiano, radicalizaram-se as hostilidades agressão ofensa rivalidade contra os povos indígenas da região, tidos como suportes da fome, da peste e do terror, isto é, como proprietários indignos e passivos de parcelas de terra tão promissoras em termos de capitalização. Entre 1846 e 1873, a população indígena da Califórnia foi quase toda ela dizimada ao ser reduzida em aproximadamente 80%, passando de cerca de 150,000 para pouco mais de 30,000 pessoas³⁹⁶. Tamanha redução populacional se deu em função da difusão de processos sistemáticos de extermínio, expressos nos recorrentes raptos e incursões homicidas seguidas de expropriações, na exploração do trabalho forçado, nas doenças difundidas e nas guerras arbitrarias (Ceolin, 2021).

Assim, e após o quase extermínio das populações indígenas da região, o precioso e *vil metal*⁵² se provocou a febre, ou a corrida pelo ouro, atraiu para a região de São Francisco, uma imensa e fervilhante legião de ambiciosos aventureiros que, mesmo não alcançando riqueza com a exploração aurífera, tornaram o empreendedorismo uma característica da região e passaram a delinear toda a cultura, além de fundamentar o que muitos tenderam supor ser a “mística existente no Vale do Silício” (Zanon, 2020).

No entanto, não foi tão-somente o movimento de empreendedores um dos principais fatores para a transformação de uma antiga área de cultivo de frutas ao norte da Califórnia a Universidade⁵³ e o Parque Industrial de Stanford⁵⁴ também foram elementos de transformação que tornaram o Vale do Silício o polo de inovação e tecnologia mais famoso da atualidade⁵⁵.

⁵² A expressão “vil metal” surgiu no tempo para classificar toda a desgraça que a busca insana pela fortuna causou a humanidade. Alguns grandes escritores dedicaram boa parte de suas vidas a estudar e escrever sobre o vil metal.

⁵³ Segundo resgata O’Mara: “a universidade no centro deste sonolento rincão foi incomum desde o princípio. Inaugurada em 1891 por Leland Stanford, magnata da *Southern Pacific Railroad*, e sua esposa, Jane, a Universidade de Stanford não era um enclave das artes liberais como Harvard e Yale, fundadas para educar clérigos e nobres alfabetizados. Os Stanfords não eram intelectuais agudos e suas intenções eram pragmáticas: o objetivo da universidade era ‘qualificar seus alunos para o sucesso pessoal e para serem úteis na vida’. Eles admitiam mulheres. As aulas eram gratuitas. Stanford não era um lugar para a elite; era para esforçados da classe trabalhadora como fora o próprio Leland. Era para ser um lugar onde alguém, por mais humilde que fosse, poderia um dia se tornar um magnata também. ‘Introduzimos vocês em pé de igualdade’, disse Jane Stanford aos homens e mulheres da primeira turma que entrou na escola, ‘e esperamos os melhores resultados’” (O’Mara, 2019, p. s/n).

⁵⁴ Tendo por objetivo aproximar e conectar os estudos de tecnologia com a prática, a Universidade foi inaugurada em 1891 por Leland Stanford. Após três anos Frederick Terman, considerado o “pai” do Vale do Silício, inaugurou o Parque industrial de Stanford, objetivando facilitar a entrada de empresas de tecnologia no local, incentivando o empreendedorismo entre os alunos. Com a tecnologia de ponta da região, as empresas passaram a desenvolver equipamentos para a guerra e os Estados Unidos se tornou um dos maiores clientes à época. Também foi nessa época que a NASA foi criada e instalada na região, para impulsionar a corrida espacial contra a Rússia. O vale abriga diversas empresas que são referência mundial em se tratando de empreendedorismo, inovação e tecnologia, a exemplo da Apple por Steve Jobs e Steve Wozniac. A criação inovadora é o que propõem a maior parte das empresas instaladas no Vale do Silício. Abrigando algumas empresas de sucesso mundial, o Vale se ancora no método da tentativa e erro, utilizando falhas para a evolução de projetos e conceitos. O principal é o aprender com os erros e se reerguer rapidamente, da cultura conhecida como “*Failfast*” e “*Learn Faster*” (Sacchitiello, 2023).

⁵⁵ Temas de diversas produções fílmicas e cinematográficas, o recém-lançado documentário *O Dilema das Redes* (2020), dirigido por Jeff Orlowski, contou como protagonistas de seu enredo executivos e ex-funcionários de empresas como o Google, Facebook e Twitter. Tendo como foco os bastidores das gigantes em tecnologia, o documentário expõe o domínio que essas novas mídias exercem no cotidiano da sociedade e como tem influenciando no modo como as pessoas pensam, agem e vivem. Dentre outros aspectos, o documentário também discute o permanente monitoramento que essas redes exercem sobre os usuários, considerando que seus dados são fornecidos e inseridos constantemente nas plataformas. De acordo com o comportamento de seus usuários, o algoritmo configura os conteúdos de interesses de cada

Em recente e detalhada obra intitulada “*The Code: Silicon Valley and the Remaking of America*”⁵⁶ Margareth O’Mara, historiadora norte-americana e ex-secretária de estado do governo Clinton, registra que o Vale não é tão somente um lugar ao norte da Califórnia, mas constitui “uma rede global, uma sensibilidade comercial, um atalho cultural e um *hack*”⁵⁷ político”. Sob tal expectativa, discorre:

A história do Vale diz respeito a empreendedorismo e a governo, a novas e velhas economias, a engenheiros progressistas e a muitos milhares de não técnicos que tornaram possível sua inovação. Mesmo que todos os outros países industrializados tenham tentado de alguma forma imitar sua alquimia empreendedora; mesmo que suas empresas tenham espalhado suas conexões e seu poder disruptivo por todo o mundo, esta é uma história possível apenas nos Estados Unidos. E nasceu de um lugar e uma época particularmente feliz: na Costa Oeste dos Estados Unidos, naquele quarto de século após o fim da Segunda Guerra Mundial, em que grandes oportunidades esperavam algum jovem com as inclinações técnicas, os contatos certos e um senso de aventura (O’mara, 2019, p. s/n).

Perfazendo um período de sete décadas a obra, nas palavras da autora, trata do percurso de como a humanidade chegou a um “mundo devorado por *softwares*”, ou seja:

É a história de sete décadas de como um pequeno vale verdejante da Califórnia que decifrou o código para o sucesso nos negócios, desafiando repetidamente obituários prematuros para ver nascer e renascer uma geração de tecnologia após a outra, tornando-se um lugar que tantos outros ao redor do mundo tentaram e falharam em replicar. É também uma história dos Estados Unidos moderno: de rupturas políticas e ações coletivas, de oportunidades extraordinárias e preconceitos sufocantes, de fábricas fechadas e de pregões em alta, dos salões de mármore de *Washington* e dos cânions de concreto de *Wall Street*. Pois estas, como você verá, estavam entre as muitas coisas que tornaram o Vale do Silício possível — e que foram refeitas por ele (O’mara, 2019, p. s/n).

um, criando uma realidade personalizada que reforça as convicções pessoais de cada indivíduo, a denominada bolha de informação. Ou seja, a humanidade vivencia na atualidade, por intermédio das redes sociais e seus atributos, um momento que se tem registrado e definido, real e virtualmente, como de pós-verdade.

⁵⁶ Em tradução livre O Código: O Vale do Silício e a Reconstrução da América (2019).

⁵⁷ Em português o substantivo equivale a uma gambiarra: uma solução improvisada e criativa para resolver um problema. Na década de 1950, o termo passou a ser utilizado para especificar uma alteração inteligente em alguma máquina.

Assim, como ainda narra O'Mara, “desde o primeiro momento de sua eclosão pública, o Vale do Silício foi inundado por metáforas revolucionárias e antissistemas”:

“Comece sua própria revolução — com um computador pessoal”, dizia um anúncio da nova revista *Personal Computing*, em 1978. “O computador pessoal representa a última chance para aquela relíquia da Revolução Norte-Americana, a maior contribuição de nosso continente para a civilização humana — o empreendedor”, proclamou em 1980 o *InfoWorld*, boletim informativo da indústria de tecnologia (O'mara, 2019, p. s/n).

Para além de metáforas, e por trás da região que abriga grandes empresas de alta tecnologia⁵⁸, o Vale também produz e dissemina ideologia. Para alguns uma ideologia focada na ruptura. Para outros, a exemplo da socióloga francesa-americana Jen Schradie (2017) o Vale, para além de ser “terreno fértil para as empresas que controlam as plataformas mais populares da Internet” é palco para uma ideologia que faz parte de um fundamentalismo de livre mercado pelo qual:

[...] a Internet inevitavelmente produziria formas mais democráticas de participação. Trata-se de um fundamentalismo de mercado livre incorporado na sociedade, nas corporações e outras instituições. E é um fundamentalismo de mercado livre amarrado ao neoliberalismo, já que tanto a Internet quanto a Ideologia do Vale do Silício cresceram simbioticamente com a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas. Certamente, nem todos os que celebram a arquitetura não-hierárquica da Internet se alinham com a agenda neoliberal do capitalismo. Ainda, esta filosofia igualitária da Internet choca com as desigualdades de classe social em uma economia de livre mercado (Schradie, 2017, p. 86).

Para esta socióloga, a questão é quais *pessoas* ou *vozes* são ou fazem parte desta plataforma política *online*, ou de *práticas públicas difundidas*⁵⁹, e

⁵⁸ No território onde se estabeleceu ao longo do século XX um dos principais polos mundial de alta tecnologia eletrônica, corporações tecnológicas e seus respectivos gestores, surgiram e se instalaram a Intel, Apple, Microsoft, Google, Facebook, Uber, Airbnb, dentre outras. Todas elas desenvolvedoras de tecnologias centrais para uma cultura empreendedora e a existência do Vale do Silício (Ceolin, 2021).

⁵⁹ No Brasil, as práticas públicas difundidas se referem ao conjunto de políticas públicas que se constituem como programas, ações e diretrizes implementadas pelo Estado, seja em âmbitos federais, estaduais ou municipais que operam na garantia de direitos, sanem problemas e questões de interesse público, promovendo o bem-estar social. A cientista social brasileira, Suely Deslandes, ao tratar de ativismo digital, descentralização política e participação social na gestão pública, como "mecanismos para o empoderamento da sociedade civil, fortalecendo a participação e a cidadania", dirá que a "dimensão social da descentralização política se traduz

quais são excluídas quando o que se pressupõe e o que se assume amplamente “é que as tecnologias de comunicação digital permitem que os cidadãos comuns participem da política de forma mais fácil, ativa e direta do que em formas tradicionais”. Sob tal pressuposto, recorda que:

O ano de 2006 marcou o alvorecer da difusão maciça de mídias sociais: o Twitter foi lançado, o Google comprou o Youtube; o Facebook tornou-se disponível para o público em geral; e a Time Magazine nomeou "você" como a pessoa do ano para participar desse sistema de produção de conteúdo *on-line*. Isso representava uma transição rumo a práticas públicas difundidas ainda assim classificadas. Contudo, criticamente, essas práticas digitais públicas também se tornaram conectadas a instituições corporativas e da sociedade civil, habilitadas pelas mãos do Estado neoliberal. [...] desde então muitos movimentos políticos abraçaram e celebraram as tecnologias digitais, desde os protestos antiglobalização até a Primavera Árabe. Muitas empresas de tecnologia tornaram-se as mais valorizadas no mundo, como a Apple, e os governos, especialmente nos Estados Unidos, mantiveram a economia digital livre de impostos e regulamentos (Schardie, 2017, p. 86-87).

Neste caso, como ainda discorre e discute a autora, o tal pressuposto ou a ideia de participação igualitária, se tornou uma ideologia⁶⁰:

À medida que se tornou incorporada em práticas e instituições difusas de mídias sociais. Isso não quer dizer que todas essas práticas digitais tenham sido não-hierárquicas, apenas que o

na participação social na gestão pública, num conjunto de formas e recursos de capacitação de grupos para decidirem sobre problemas da agenda pública, permitindo a expressão da vontade coletiva (ou de coletivos) nos espaços de tomada de decisão, na fiscalização e controle social dos serviços e projetos da gestão pública". Neste sentido, e focando no papel do ativismo oriundo das redes sociais, observa que o ativismo oriundos dos ambientes digitais por terem "ampla capacidade de agregação, convocação de massas, atuação nas ruas, [...] favorecem a difusão de políticas públicas, vocalizam distintas demandas da sociedade, inclusive de saúde pública. (Deslands, 2018, p. 3133).

⁶⁰ Em entrevista sobre obra publicada posteriormente, intitulada “A revolução que não houve: como o ativismo digital favorece os conservadores” (em tradução livre), irá apontar que “o sucesso do ativismo digital exige grupos com habilidade e conhecimento de uso da internet, o que remete a uma parcela da sociedade com mais acesso a recursos financeiros”. Em sua análise, “a internet é neutra, similar a outras formas de comunicação como o telefone, rádio ou jornal, quando se pensa na tecnologia de forma genérica”. Assim, irá resgatar que “havia uma ideia, num tempo mais utópico, de que a internet permitiria um movimento político social porque, diferentemente dos jornais, por exemplo, poderia ser feita por muitas pessoas para muitas pessoas, numa comunicação ao mesmo tempo. Mas, como as outras ferramentas, ela exige recursos para gerar conteúdo online”. Neste estudo, também irá identificar que “os grupos com maior infraestrutura tendem a ter um ativismo digital mais persistente”. Ou seja: “o sucesso do ativismo digital exige grupos com habilidade e conhecimento de uso da internet, para criar conteúdo, o que novamente remete a uma parcela da sociedade que tem mais acesso a recursos financeiros”. Assim, questionando-se o “quanto a internet abre portas para uma sociedade mais plural, irá concluir que “desigualdades, ideologias e instituições moldam a participação na nova sociedade da informação” (Schardie, 2019).

uso de mídias sociais tem sido amplamente difundido e que o uso delas está amarrado à crença na participação horizontal (Schardie, 2017, p. 86-87).

Sob uma perspectiva similar, analisando criticamente as metáforas da referida obra a partir de uma abordagem colonial, o sociólogo finlandês Tarvanien (2022) avalia que a obra de O'Mara “apaga a violência sistêmica”⁶¹ que é parte integrante da história e da realidade contemporânea do Vale”, defendendo que “além do vale fechado de inovação reside um vale de expansionismo colonial”. Em sua análise, considera que:

O excepcionalismo americano emerge como o mito fundamental a partir do qual a história do Vale é recontada. O foco individualista e de classe alta de O'Mara – apresentando empresários, governadores e presidentes – também é típico das histórias encerradas do Vale. Às vezes, seguindo a ideia liberal de “diversidade”, ela conta histórias de mulheres e “técnicos” não-brancos. Raça, classe e gênero como categorias analíticas não aparecem na obra de O'Mara. A ideia colonial da fronteira é uma das principais metáforas que encontra um novo lar na narração de O'Mara sobre a expansão da economia digital do século XXI no Vale do Silício. Embora O'Mara observe corretamente que o Vale do Silício considera as metáforas de fronteira “irresistíveis” (p.286) e carrega “muito de John Wayne e muito pouca história dos nativos americanos” (p.287), sua narração do Vale reproduz o fronteirismo branco do Velho Oeste (Slotkin, 1973; Pippin, 2010). Por isso, ela retrata o Vale do Silício como uma “fronteira sem fim”, onde os capitalistas de risco emergem como “convencionais” cowboys resistentes” (p.70) e os empreendedores são “cowboys e cowgirls de alta tecnologia” entrando na “terra

⁶¹ Em recente publicação, a estudiosa mexicana Cecília Coronado, objetivando discutir por que este tipo de violência ocorre dirá que “a violência sistêmica consiste no tratamento agressivo perpetuado e sutilmente infligido aos indivíduos por indivíduos ou grupos. Tal violência, afeta negativamente o desenvolvimento de diferentes esferas sociais”, e por se tratar de “um planejamento racional, não pode ser percebida em sua complexidade, violência sistêmica é o resultado de um planejamento racional, ela não é percebida em sua complexidade nem por aqueles afetados nem por atores externos”. Para tanto, irá argumentar que “o surgimento deste tipo de violência se deve ao contínuo exercício da “razão Instrumental” e do “autoritarismo” (da perspectiva de Theodor Ardon e Horkheimer. (Coronado, 2025, p.1-2). Em Adorno e Horkheimer, quando estes discorrem acerca do conceito de esclarecimento, em trecho que possa ilustrar os princípios de tal tipo de violência, irão discorrer que: “nas primeiras fases do nomadismo, os membros da tribo têm ainda uma parte autônoma nas ações destinadas a influenciar o curso da natureza. Os homens rastreiam a caça, as mulheres cuidam do trabalho que pode ser feito sem um comando rígido. Quanta violência foi necessária antes que as pessoas se acostumassem a uma coordenação tão simples como essa é impossível determinar. Nela, o mundo já está dividido numa esfera do poder e numa esfera profana. Nela, o curso da natureza enquanto eflúvio do mana já está erigido em norma, que exige a submissão. Mas, se o selvagem nômada, apesar de toda a submissão, ainda participava da magia que a limitava e se disfarçava no animal caçado para surpreendê-lo, em períodos posteriores o comércio com os espíritos e a submissão foram divididos pelas diferentes classes da humanidade: o poder está de um lado, a obediência do outro (Adorno; Horkheimer p. 12-13, 1991).

incógnita da consciência”. A afinidade de O'Mara com as metáforas coloniais não são, contudo, nada de novo na imaginação do tecnocapitalismo. Como pesquisas anteriores discutiram, tanto na clássica fronteira colonial-colonial quanto na nova fronteira digital, imagina-se que a inovação e a criatividade pertencem ao cérebro e ao corpo brancos que representam civilização e o futuro em um choque contra a selvageria do passado (Slotkin, 1973; Pellow e Parque, 2002; Thatcher *et al.*, 2016; Kwet, 2019; Nobre e Roberts, 2019; *apud* Tarvainen, 2021).

No entanto, a despeito de metáforas e de que tal modelo de empreendimentos esteja “ofuscado por ideologias”, se por um lado salienta a historiadora norte-americana que:

“Tudo começou com a bomba”. Para cientistas e políticos, a extraordinária mobilização tecnológica da Segunda Guerra Mundial — e sua impressionante e ameaçadora estrela, o Projeto Manhattan — demonstrou o quanto os Estados Unidos poderiam realizar com um investimento maciço do governo em alta tecnologia e nos homens que trabalhavam nela. O investimento de guerra dos Estados Unidos não apenas direcionou a ciência como também catalisou o desenvolvimento de sofisticadas redes de telecomunicações e o primeiro computador totalmente digital - tecnologias que sustentariam a vindoura era da informação (O'mara, 2019, p. s/n).

Por outro, o sociólogo espanhol Manuel Castells manifesta-se considerando que:

[...] o desenvolvimento da Revolução da Tecnologia da Informação contribuiu para a formação dos meios de inovação onde as descobertas e as aplicações interagem e eram testadas em um repetido processo de tentativa e erro: aprendia-se fazendo. Neste caso, a concentração de conhecimentos científicos/tecnológicos, instituições, empresas e mão-de-obra qualificada são as forjas da inovação da Era da Informação (Castells, 1999, p.73-75).

Se sustentada por tecnologias ou forjada na inovação, o historiador inglês Peter Burke irá relembrar e ressaltar que:

Segundo alguns sociólogos, vivemos hoje numa “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos. Segundo alguns economistas, vivemos numa “economia do conhecimento” ou “economia da informação”, marcada pela expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento. O conhecimento também se tomou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social. Historiadores do futuro decerto poderão se referir ao período em torno do ano 2000 como a “era da informação” (Burke, 2000, p.10).

1.3 A Era da informação

“A história da humanidade é habitualmente descrita em termos de eras cujos nomes refletem as etapas de desenvolvimento pelas quais ela passou: a idade da pedra, a idade do bronze, a idade do ferro e assim por diante, de modo a chegar até a era industrial, que estabeleceu os fundamentos de nossa sociedade industrial moderna. Hoje em dia é cada vez mais admitido em geral que ingressamos em uma nova era, uma etapa pós-industrial, em que a capacidade de utilizar a informação se tornou decisiva, não apenas para a produção dos bens, mas também para os esforços que procuram melhorar a qualidade de vida. Essa nova era é cada vez mais denominada por todos de era da informação” (Publicidade da IBM, 1977).

Em artigo intitulado “*A era da Informação: gênese de uma denominação descontrolada*” no qual reproduz a publicidade veiculada em 1977 pela IBM⁶², o teórico e professor Armand Matellart (2001) busca analisar estudos que consolidaram o termo ou o significado de “Era da Informação” na contemporaneidade objetivando, além de retomar análises próprias, averiguar o que denomina de “arqueologia das representações”, a configuração política e ideológica dos anos 1960 e 1970 que conferiu sentido para “O Advento da Sociedade Pós-Industrial”, além de restituir a relação com outros cenários sobre o futuro da sociedade tecnológica que então apareceram à época, por ele considerada rica em neologismos.

Para o estudioso, a obra intitulada “A Era da informação: economia, sociedade e cultura” produzida por Manuel Castells e publicada, primeiramente, no ano de 1998, fez com que uns recordassem e que outros passassem a “circular trabalhos que serviram de degraus para a escalada da noção de ‘era da informação’”. Ainda sobre este momento de retomada temática, resgata que:

Seguindo os passos desse acontecimento editorial, reeditou-se em 1999, precedido de um prólogo inédito contendo 30mil palavras, o livro de Daniel Bell, *O Advento da Sociedade Pós-Industrial (The coming of a Post Industrial Society)*, cuja edição original remontava a 1973 e, a segunda, a 1976. Na capa havia uma frase escrita pelo

⁶² A *Internacional Business Machines Corporation* (em tradução livre Corporação Internacional de Maquinas de Negócios), fundada em junho de 1911 pelos norte-americanos Charles Ranlett Flint (1850–1934) e Thomas Jonh Watson (1874–1956).

sociólogo espanhol: “One of the great seminalworks of the last half century and also ... the next century⁶³” (Matellart, 2001, p. 7-8).

No entanto, o debate sociológico que se trava após a publicação da obra do sociólogo estadunidense Daniel Bell (1973), se gerou dois controversos debates, também promoveu a chegada e o entendimento da denominada “sociedade industrial” sendo que, o primeiro introduzia o entendimento de “sociedade pós-industrial”, e o segundo aludia para a cisão entre capitalismo e comunismo (Mattelart, 2001). Sobre tais controvérsias, esclarece Bell em sua obra:

[...] Marx afirmara, além disso, que a centralização e sua concentração constituiriam entraves para produção de bens, mas nos cem anos que transcorreram depois de O Capital o mundo ocidental presenciou uma explosão da produtividade e um desenvolvimento tecnológico com que nunca sonhou nenhum dos utopistas da época. E foi a própria ambiguidade do caráter das relações sociais e o êxito da tecnologia que concentraram as atenções sobre as "forças" de produção e reviveram o conceito de sociedade industrial como alternativa para a distinção entre capitalismo e socialismo (Bell, 1973, p. 89).

Outro aspecto do referido debate apresentado por Mattelart é o uso da expressão “sociedade de massas”, sobre a qual reproduz as impressões de Daniel Bell quando este pontua:

“Uma das expressões favoritas de nosso tempo [...] é a de sociedade de massa, empregada tanto para exprimir o aspecto passivo da existência e sua mecanização quanto à desapareição dos critérios de julgamento. Esses diferentes empregos da palavra refletem as filosofias reacionárias ou progressistas, porque a expressão, aparentemente apenas descritiva, em realidade é plena em toda uma série de julgamentos sobre a sociedade moderna” (Bell, 1973). Trata-se de um debate tão velho quanto a própria sociedade industrial. Não se encontra seus traços já em Alexis de Tocqueville e Thomas Carlyle? (Mattelart, 2001, p. 8).

Ao final da Segunda Guerra, retoma Matellart, a polêmica foi relançada pela de Escola Frankfurt⁶⁴ sob a “função massificadora da indústria cultural, as

⁶³ “Uma sensacional obra seminal sobre a metade do século passado ... para o próximo século”, em tradução livre.

⁶⁴ Em perspectiva de diálogo, de crítica a realidade social e de estudos que considerem, além de outros elementos, a presença da técnica na sociedade, um novo gênero de teoria crítica tem origem por volta de 1930 quando da fundação do Instituto de Pesquisas Sociais junto a

análises do sociólogo americano e educador David Riesman sobre a multidão solitária⁶⁵ ou, ainda, os ensaios da filósofa política alemã Hannah Arendt (1906-1975) sobre a crise de nosso tempo”. Neste íterim:

A polêmica sobre os efeitos da “cultura de massa”, que põe frente a frente duas concepções da democracia, divide os intelectuais de todas as latitudes de acordo com divisão entre ‘apocalípticos e integrados’ (ECO, 1964). Bell contesta os segundos, críticos da cultura midiática como dispositivo de poder, por reduzirem o debate nos termos do “tudo ou nada” (Matellart, 2001, p. 9).

Entretanto, e sem restrições, para Daniel Bell “o conhecimento técnico ou a ‘administração das coisas’, além de componente necessário, se torna cada vez mais importante para muitos tipos de decisões, incluindo-se as de ordem política, estratégica, ou *tecnológica*” (Bell, 1973, p. 96, *grifos nossos*). Neste caso, a medida ou a métrica da mudança tecnológica reside, como pontua:

Na cisão entre o presente e o passado, a tecnologia representou um dos principais fatores na configuração do tempo social porque, introduzindo um nova métrica e aplainando o nosso controle sobre a natureza, a tecnologia mudou as relações e a nossa maneira de considerar o mundo (Bell, 1973, p. 214).

Aleatória, ou arbitrariamente, para o autor é possível enumerar cinco maneiras mediante as quais a tecnologia forjou tais mudanças. Dentre estas, em decorrência da evolução tecnológica, destaca que:

A revolução nos meios de transporte e de comunicações, consequência da tecnologia, criou novas interdependências

Universidade de Frankfurt. Considerada como a primeira instituição de orientação marxista, a Escola de Frankfurt, como se tornou conhecido o próprio Instituto e a corrente de pensamento a partir de 1950, visava em seus primeiros estudos, a análise da economia capitalista e a história do movimento operário (MATTELLART, 2011, p. 74, apud ALMEIDA, 2014).

⁶⁵ Em sua obra “A multidão solitária”, tenta compreender a formação da classe média norte americana no período pós-guerra, analisando a influência da cultura do consumo na construção das identidades. Desse modo, conceitua três principais modos de constituição do sujeito. O primeiro é o *tradicivo-dirigido*, no qual a pessoa está mediada por um número específico e relativamente pequeno de indivíduos, com os quais tem convívio diário; sua cultura é uma unidade familiar, que espera dela um comportamento pré-aprovado. O tipo seguinte, *introduzido*, é um indivíduo pouco independente, que pode futuramente seguir um curso interno programado por autoridades que se assemelham ao papel dos pais. Por fim, o indivíduo *alter/heterodirigido* tem na família apenas uma pequena parte de um meio social extremamente amplo, no qual aprende a reagir de outras formas além daquelas que absorveu no lar (Riesman, 1995).

econômicas e novas interações sociais. Formaram-se novas redes de relações sociais (sobretudo, houve uma transferência dos laços de parentesco para os profissionais e ocupacionais); as novas densidades, físicas e sociais, passaram a constituir a matriz da ação humana (Bell, 1973, p. 215).

No entanto, como ainda analisa, “a questão de saber o que constitui a acelerada revolução de nossa época é por demais ampla e vaga”, ou seja, segundo conclui:

Evidentemente, trata-se de uma questão em parte tecnológica. Mas também é política porque, pela primeira vez, e falando de um modo geral, estamos presenciando a inclusão de vastas massas de povo na sociedade, processo que envolve a redefinição dos direitos sociais, civis e políticos (Bell, 1973, p. 218).

Em profícua palestra intitulada “Inovação, liberdade e poder na Era da Informação”, proferida em conferência realizada por ocasião do V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, Manuel Castells elenca alguns princípios que caracterizam a atual era da informação. Assim, dentre outros tópicos, destaca-se:

1. A era da informação é nossa era. É um período histórico caracterizado por uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias digitais de informação e comunicação, concomitante, mas não causadora, com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos da atividade humana, e com a interdependência global desta atividade. É um processo de transformação multidimensional que é ao mesmo tempo incluyente e excluyente em função dos valores e interesses dominantes em cada processo, em cada país e em cada organização social.

2. Como todo processo de transformação histórica, a era da informação não determina um curso único da história humana. Suas consequências, suas características dependem do poder de quem se beneficia em cada uma das múltiplas opções que se apresentam, conforme a vontade humana. Mas a ideologia tecnocrática futurológica tenta apresentar a revolução tecnológica como ditando uma única forma de organização social possível, geralmente associada à lei do mercado e ao processo de globalização. Desta forma, a aceitação do extraordinário caráter da revolução tecnológica em curso comportaria a aceitação, no essencial, da proposta segundo a qual a ciência e a tecnologia, utilizadas racionalmente, solucionarão os principais problemas da humanidade. Ainda reconhecendo obstáculos no processo de difusão e desenvolvimento, a crítica aos usos da tecnologia se identifica com a resistência obscurantista à mudança social. A ideologia da bondade tecnológica e a ideologia de uma globalização fundamentalmente orientada pela lei do mercado reforçam uma a outra. Em ambos os casos desaparece a sociedade como processo autônomo de decisão em função dos interesses e

valores de seus membros, submetidos a forças externas do mercado e à tecnologia (Castells *in* Moraes, 2005, p. 225)

Para além das ideologias, mas sob a ótica da observação empírica, realizada por ele próprio, tanto quanto por muitos outros, segundo se expressa, é que atenta para a natureza contraditória da globalização e a disparidade dos percursos da revolução tecnológica, com efeitos e resultados que, relativamente, tem sido apropriados e monopolizados “por países, por classes, por instituições e por organizações”. Nestes termos, também avalia que:

O controle irrestrito de propriedade intelectual se transforma no mecanismo fundamental do controle da riqueza. O momento de eclosão das tecnologias de liberdade, em particular da Internet, mas também do conjunto de tecnologias informáticas de rede, de telecomunicação de banda larga, comunicação móvel e de comunicação distribuída, é também, sob pretexto de terrorismo e pornografia, o momento da obsessão pela segurança, do controlados Estados sobre as comunicações, da ameaça à liberdade de expressão, dentro e fora da Internet, da vigilância eletrônica ubíqua e da invasão sistemática da privacidade por parte de empresas comerciais e agências do governo. O momento da inovação e da criatividade como fontes de mudança tecnológica, enriquecimento cultural e qualidade de vida é também o momento em que muitas corporações restringem a inovação para usufruir de receitas de monopólio e em que a Justiça persegue os jovens que tentam pôr a música em suas vidas embora não seja mercado para os exploradores de artistas. Em ou palavras, mais uma vez na história, a inovação tecnológica, a investigação científica, a criatividade cultural são apropriadas, manipuladas, restringidas pelos interesses e poderes que se interpõem entre os produtos desta criatividade e as pessoas da sociedade de onde surgem. A expropriação do trabalho se estende à das mentes. Sendo assim, uma boa parte, na verdade o essencial, das fontes de inovação e de criação, não surgiu do investimento das corporações ou das instruções das burocracias, mas sim do impulso criador e da generosidade pessoal dos inovadores. Um breve lembrete de alguns processos de inovação tecnológica e cultural permite refletir concretamente sobre o debate que estamos propondo (Castells *in* Moraes, 2005, p. 225-226).

Dentre outros princípios, nos quais ele discorre sobre o desenvolvimento, arquitetura e aplicações da Internet, *software* livre, linguagens de códigos e tipologia da propriedade intelectual, no tópico em que trata sobre Liberdade, sociedade e tecnologia, irá discorrer e considerar que:

A informação é poder. A comunicação é contrapoder. E a capacidade de mudar o fluxo de informação a partir da capacidade autônoma de comunicação, reforçada mediante as tecnologias digitais de comunicação, realça substancialmente a autonomia da sociedade com respeito aos poderes estabelecidos. [...] O que quer dizer que a

re-apropriação por parte da sociedade do fruto de sua criatividade conta agora com meios poderosos: Internet, redes globais de comunicação, acesso à informação em código aberto, processos de cooperação múltipla, comunicação móvel, multimodal e ubíqua. E tudo isso a serviço de interesses e valores que são debatidos, modificados e decididos com autonomia pelos atores sociais. Os criadores, os oprimidos, os empreendedores, os que sentem a vida podem compartilhar suas práticas. Em outras palavras, convergem no mesmo movimento a tecnologia *cool*, a política *cool* e a sociedade legal. E essa convergência deve chegar à análise social e cultural, e à capacidade de integrar a compreensão da tecnologia nos debates políticos mais avançados. É chegada a hora, por exemplo, de o Brasil evoluir do positivismo de Auguste Comte à teoria da complexidade e escrever um nova máxima em sua bandeira: caos e progresso (Castells *in*: Moraes, 2005, p. 231).

No Brasil, mesmo em meio ao caos, ainda nos anos 2000, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o Programa Sociedade da Informação⁶⁶ no Brasil – Livro Verde, organizado pelo cientista da computação e pesquisador brasileiro Tadao Takahashi, partindo do princípio de que:

O advento Sociedade de Informação é o fundamento de novas formas de organização e de produção em escala mundial redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. [...] Sua finalidade substantiva é lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade (Takahashi, 2000, p.5).

⁶⁶ Ao final da década de 1960, a Organização das Nações Unidas (ONU) vê as tecnologias da informação e comunicação como vetores para o crescimento econômico e social. Em 1970, com o uso de computadores e o desenvolvimento das redes de comunicação, surgem reais possibilidades na formação de redes que imprimem maior circulação e velocidade na transmissão da informação. Disto decorre que, independente do termo ou conceito que se use, observa-se que as iniciativas pioneiras para a constituição da Sociedade da Informação foram tomadas no contexto da criação e expansão da internet nos Estados Unidos da América (EUA), durante o período que se popularizou como Guerra Fria. A partir de então, e principalmente, na década de 1990, programas e iniciativas norte americanas impulsionaram o uso da expressão sociedade da informação. Nas duas décadas posteriores o Brasil, dentre outros países, criaram “planos nacionais de capacitação tecnológica e de produção doméstica de bens e serviços em informática, como potenciais atalhos rumo ao desenvolvimento da Sociedade da Informação”. Assim, o Programa Sociedade da Informação no país foi o resultado de amplo debate promovido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, realizado no ano de 1996, no qual estiveram envolvidos intelectuais, especialistas e técnicos das mais variadas formações. Organizados em grupos de trabalho (GT's) e em temas que abrangiam: Administração Pública e Ações Empresariais; Conteúdo e Identidade Cultural; Cooperação Internacional; Divulgação à Sociedade; Educação; Infraestrutura de Redes e Backbones, Integração e Regionalização; Pesquisa e Desenvolvimento; Planejamento de Alto Desempenho e Trabalho (Takahashi, 2000).

Concentrado em um único objetivo e considerando o envolvimento e a divisão de responsabilidade entre governos, organizações privadas e a sociedade civil para a concretude de suas proposições, em linhas gerais, o programa visava:

“Integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologia de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir com o mercado global” (Takahashi, 2000, p.15.).

Assim, e considerando que cada país, região, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente pelo novo paradigma técnico-científico-informacional da Sociedade da Informação, especialmente em “função das condições de acesso à informação, base de conhecimentos e da capacidade de aprender e inovar”, no Livro Verde são elencadas algumas prioridades rumo à sociedade da informação, dentre os quais se destacam “A universalização do acesso: combatendo desigualdades e promovendo a cidadania”; Educação e aprendizado ao longo da vida: desenvolvendo competência”; “Valorização de conteúdos e identidade cultural” e “Desenvolvimento sustentável: a preservação do futuro”, em cujas linhas de ação, em síntese, ressaltem-se: a promoção da universalização e de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet, fomentando projetos que promovam cidadania; apoio ao aprendizado, em educação continuada ou à distância, baseados em Internet e reformas curriculares visando o uso de tecnologias de informação e comunicação em atividades pedagógicas e educacionais; geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural nacional, fomento à esquemas de digitalização para preservação artística, cultural e histórica de natureza científica e tecnológica, bem como, em tecnologias para aplicação em projetos de relevância cultural (Takahashi, 2000)⁶⁷.

⁶⁷ No entanto, se houvera, ainda persistem muitos desafios dentre outros, o analfabetismo funcional que, perante o imperativo tecnológico, se converte em analfabetismo digital. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): no total, eram 9,6 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, sendo que 55,3% (5,3 milhões) delas viviam no Nordeste do país e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso: nov./2023

Para além das fronteiras *brasilis*, ou da desterritorialização e virtualização dos espaços físicos-materiais-concretos, novos paradigmas configurados por tecnologias de informação e comunicação, no qual a Internet possui estrelato principal na *infovia*⁶⁸ da fama, alteraram significativos relacionamentos, se sociais, culturais, políticos, econômicos e afins que migram ou transitam, sem maiores dificuldades, do real para o virtual, ou o seu reverso. Uma tal revolução de câmbio tecnológico, alavancada pela microeletrônica, entre as décadas de 1950 e 1960, que se consolida na década de 1970 como palco principal de um novo paradigma, inicialmente estabelecido nos Estados Unidos da América, e que rapidamente se alastrou e se difundiu pelo mundo como um todo, para se consolidar o que desde então alcançou fama mundial, ou se denominou, como a Era da Informação em vias de regra, batizada como “era digital”, “era da internet”, ou cognominada a “era das solidões interativas”⁶⁹.

Todavia, afora batismos e cognomes, há que se observar que a imersão em uma dada realidade, mesmo que virtual, na qual se celebra o avanço tecnológico, toda realização técnica conforma uma mentalidade ou uma ideologia. Neste caso:

Quando o instrumento técnico parece ganhar autonomia, como se dispusesse de vida própria, independente, nasce uma tecnologia [...] Bem mais do que simplesmente um produto (uma conquista técnica à qual se agrega um benefício afetivo), uma tecnologia provém do conhecimento científico e logo passa a fazer parte da cultura, impregnando o imaginário social pelo qual dada cultura se explicita (Polistuck e Trinta, 2003, s/p).

Impregnando o imaginário social, para O'mara, "quando inventamos o computador pessoal, inventamos um novo tipo de bicicleta", enquanto que para o pioneiro e visionário da computação Steve Jobs, "Computadores são como bicicletas para nossa mente", a questão que se pode formular é até onde a tecnologia poderá levar a humanidade, considerando que, na atual “era da informação ou do conhecimento: a economia, a sociedade e a cultura estão

⁶⁸ Em linhas gerais são redes de banda larga, ou rede de comunicação, com alta capacidade para transportar dados, voz e imagens.

⁶⁹ Respectivamente: Castells, 2001; Rosenzweig, 2011; Wolton, 2003.

sendo estudadas como uma sociedade em rede” como, dentre outros teóricos, postula e supõe o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999).

Avaliando a questão por um ângulo similar de análise, o historiador da cultura Peter Burke, ao ser indagado “como se poderia utilizar uma abordagem cultural nas relações de produção e no processo de encontro de novas tecnologias no trabalho”, dirá que por não ter conhecimento suficiente sobre tecnologia que o habilite para dar uma resposta séria sobre tal controvérsia, utilizando-se da mesma metáfora observa que: “Bicicletas foram importadas para muitos países, ferrovias construídas pelos britânicos na Índia como no Brasil, mas eu me pergunto se adaptações locais foram necessárias ou não” (Corrêa *et. all*, 2022).

CAPÍTULO II

As Mutações Culturais: do Analógico ao Digital

Além da crise energética decorrente dos sucessivos aumentos de preços decretados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) coma conseqüente valorização do supracitado combustível fóssil nos primeiros anos da década de 1970, e que mostrou ao mundo a incapacidade humana em usufruir e administrar conscientemente o uso de fontes naturais de energia, gerando impactos⁷⁰ na comunidade internacional e diferentes debates e estudos sobre o consumismo⁷¹ que dominava a sociedade, uma outra crise, de têmpera teórica, abalava os pilares do Conhecimento Científico, dentre os quais, a “ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2002).

Sob esta alínea de crise teórica, José D´Assunção Barros (2010), historiador e musicólogo brasileiro tecendo, ou entretecendo, algumas considerações sobre o cenário de crise historiográfica irá observar, em princípio, que um número considerável de historiadores da historiografia, bem como, sociólogos e filósofos da história, especialmente a partir do século XX,

⁷⁰ Como um primeiro impacto os Estados Unidos rompem, em 1971, com o sistema financeiro de Bretton Woods. Fato que demonstrou a fragilidade do poder hegemônico estadunidense e uma interdependência maior da economia mundial, seguido pela própria crise do petróleo em 1973, quando os países árabes membros da OPEP resolvem aumentar drasticamente o preço do barril do petróleo, causando crise econômica e inflexão na política em escala mundial.

⁷¹ A apropriação do estudo do consumo para o propósito de autodifamação do moderno ou do ocidental enquanto superficial e enganado tem somado ao que chamei “a pobreza da moralidade”, em um paralelo com a crítica de Thompson (1978) a Althusser, em seu A Pobreza da Teoria. Influenciado pela ascensão do estruturalismo (Lévi-Strauss, 1972) e pela aplicação da semiótica às mercadorias (Barthes, 1973), o estudo do consumo foi revolucionado por dois livros publicados em 1979. Douglas (Douglas e Isherwood, 1979) advogou uma abordagem dos bens como um sistema de comunicação numa analogia com a linguagem (mas em aspectos críticos também distintos dela). Uma vez que os bens de consumo são pensados como um sistema simbólico, isso abre a possibilidade para de algumas formas “ler” a própria sociedade através do padrão formado entre os bens. (Miller, 2007). “As desigualdades sociais aumentaram na crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 60. O progresso aconteceu às custas da ‘deteriorização ecológica’ da ‘padronização do desejo de consumo’ e da ‘tecnologização da vida cotidiana’ e no ‘desemprego em massa’, pois ‘os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços’. O que proporcionou tudo isso foi a substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia” (Hobsbawm, 1995, p. 256-262).

havia direcionado atenção e procurado administrar as incertezas frente às crises historiográficas. Em sua perspectiva, apoiando-se no entendimento de seus pares, observava haver aqueles em que:

[...] o tema da “crise da História” tem sido uma constante há já dois séculos, como é o caso do historiador francês Gérard Noiriel (1950), que sustenta esta afirmação em seu importante ensaio de 1996 intitulado *Sobre a Crise da História*. Diante de crises e imaginários de crises que se renovam a partir de múltiplas formas e sob contextos diversificados, Noiriel pergunta-se pelas “razões que têm levado um crescente número de historiadores a falar de crise da disciplina em um momento no qual seu prestígio encontra-se particularmente elevado” (Cunha, 2007, p.47 *apud* D’Assunção Barros, 2010, p. 134).

Imaginadas ou não, e independente do momento de prestígio, a crise da disciplina dos anos de 1980 que perdura até os dias atuais sem elucidações, considerando o ano em que tece suas considerações, teve seus marcos mais representativos entre os anos de 1979 e 1989. Neste sentido, resgata que em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard publicaria “A Condição Pós-Moderna”, obra em que trataria da “crise das metanarrativas”, ou seja, do declínio da crença de que a História poderia conduzir a um destino glorioso, como o triunfo da Razão, previsto desde o Iluminismo, ou ao anunciado reino da igualdade social propagado pelo Socialismo (D’Assunção Barros, 2010). Neste caso, como ainda corrobora, se por um lado:

[...] a perda de esperanças ou convicções em um sentido da História – em um ‘telos’, para utilizar uma linguagem mais historiográfica – levaria todo um conjunto de historiadores a criticar modelos teleológicos da História” (D’Assunção Barros, 2010, p. 133).

Por outro, a ocorrência de diferenciados eventos históricos e historiográficos, como a queda do muro de Berlim, que põe fim ao período de consolidação do socialismo real, conduzindo pensadores e distintos teóricos, a exemplo do filósofo e economista político nipo-estadunidense Francis Fukuyama, decretarem o “fim da história”, é também nos meios historiográficos, mais especificamente no campo do Materialismo Histórico, quando o bem sucedido modelo estrutural-serial da Escola dos *Annales*, praticado entre meados dos anos 1940 e 1970, já não apresentava explicações satisfatórias à historiografia, conduz os *Annalistas* a publicarem em sua revista um editorial

em que declararam a “percepção de uma crise na História” (D’Assunção Barros, 2010).

Conquanto, considerando características próprias em que, nos anos de 1970 a 1980, a Crise da Razão Histórica não esteve restrita tão-somente à disciplina, mas, diametralmente relacionada a uma crise mais ampla que, se abarcava o conjunto das Ciências Humanas, também alcançava amplamente o conjunto de disciplinas que compunham o Conhecimento Científico inaugurando, em sua avaliação, “uma nova fase mundial de grandes mudanças econômicas, políticas, culturais e tecnológicas”, em que, sob o novo contexto global, diversos autores teriam sido levados a indagar se nas últimas décadas a humanidade já não estaria vivendo em uma nova era, totalmente diversa de tempos idos. Assim, ao ilustrar tais prerrogativas, avalia que:

[...] 1968 e 1989 seriam as suas datas mais emblemáticas, mas os anos 1970, com sua reversão econômica a partir da Crise do Petróleo, e os anos 1990, com a extensão da internet e outros recursos informáticos a um universo muito amplo de usuários, certamente teriam consubstanciado processos que contribuem para delinear o novo período. As características desta nova era, se pudermos chamá-la assim, incluem desde a acelerada informatização até o incremento do trabalho no setor terciário, desde o consumo exacerbado e multidiversificado até a expansão das grandes corporações internacionais, e desde a globalização até o estabelecimento de uma nova ordem mundial não mais ancorada na bipolarização da Guerra Fria (D’Assunção Barros, 2010, p. 135-136).

No entanto, e mesmo que as características do novo período tenham sido em princípio, esclarecidas, a questão que ainda se sobressai, se formula numa possível denominação para este novo período se detendo, ou divagando, sobre qual nomenclatura estariam sendo analisadas ou compreendidas as organizações sociais humanas na contemporaneidade, se expressa e indaga:

Estariamos vivendo uma fase do “Capitalismo Tardio”, tal como propuseram Ernest Mandel (1972) e depois Fredric Jameson (1984)? Vivemos presentemente a Sociedade Pós-Industrial, tal como propõe Domenico de Masi no livro de mesmo nome (1985), ou, antes dele, Alain Touraine (1969), Daniel Bell (1973) e Arrigo Colombo (1978)? Estarão as sociedades contemporâneas já redefinidas sob o signo da Condição Pós-Moderna, tal como propôs em 1979 Jean-François Lyotard?; ou seria chegada, depois da revolução agrícola e da revolução industrial, a hora e a vez de uma “Terceira Onda”, tal como anuncia Alvin Toffler (1995), reinterpretando aspectos relacionados à revolução informacional que também seriam tangenciados por

Manuel Castells em sua antevisão de uma Sociedade em Rede⁷² (1996)? (D'Assunção Barros, 2010, p. 136).

Independente de autorias, análises ou terminologias o fato é que, dos “problemas que têm afetado a historiografia contemporânea”, e não somente esse campo do conhecimento, como praticamente todas as instâncias de análises, experiências e existências da vida em sociedade, o que também reconhece e avalia, quando elege a importância dos estudos do crítico literário e teórico político norte-americano Fredric Jameson (1934-2024), é que muitos desses problemas estão relacionados com:

[...] a extraordinária expansão tecnológica e comunicacional que passara a se tornar a principal fonte de lucro e inovação sob o contexto do predomínio empresarial das corporações multinacionais e o concomitante deslocamento do trabalho industrial para o universo de baixos salários dos países periféricos (D'Assunção Barros, 2010, p. 137).

Sob um viés similar, histórico-social de análise, pelo qual também irá contemplar os anos de 1970 como um marco no qual as “rupturas sociais” que se instalaram a partir de então, estejam vastamente combinadas a um complexo social designado por distintas denominações teóricas que contemplam “pós-modernidade, pós-industrial, modernidade tardia, modernidade reflexiva ou sociedade da informação e do conhecimento”, a socióloga brasileira Maria Teresa Kerbauy, irá considerar que:

A crescente importância da informação e comunicação entre seres humanos e entre estes e as máquinas provocadas pelos avanços tecnológicos trouxe inúmeros debates para a compreensão das mudanças que as sociedades contemporâneas sofreram. As reflexões sobre a sociedade pós-industrial (Bell, 1977), a sociedade pós-capitalista (Drucker, 1999); a sociedade em rede e informacional (Castells, 1999); a sociedade da informação (Wertheim, 2000) e a era do conhecimento (Lévy, 2003) traduzem estes debates. No centro destas discussões está a ideia de que a ciência e a técnica, como forças produtivas destituíram o trabalho de sua capacidade de gerar valor, substituindo as atividades materiais do homem por atividades intelectuais e não mercantis (Kerbauy, 2010, p. 58).

⁷² O conceito de “sociedade em rede” é utilizado em sociologia para especificar uma sociedade organizada por um sistema de comunicação mediado por tecnologias de informação. O termo foi cunhado em 1991, por Jan Van Dijck, professor holandês de sociologia e ciências da comunicação em sua obra *“The Network Society”*, se popularizando em 1996 com o sociólogo espanhol Manuel Castells, em sua obra *“The Rise of network Society”*, a primeira da trilogia denominada *“The Information Age”*, publicada em 1996 (Faleiros Jr.; Moura, 2019).

Sob tais princípios, ainda irá observar que a obra, do também sociólogo Manuel Castells (2001), foi responsável por introduzir decisivamente no meio intelectual o debate sobre sociedade da informação, ao analisar o papel da revolução tecnológica nas transformações do mundo contemporâneo. No entanto, como irá recordar, a concepção foi introduzida por Daniel Bell em sua obra *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, publicada no ano de 1973, na qual considera serem a “ciência e a técnica forças produtivas predominantes”, e a sociedade sustentada “na informação e em ideologias supérfluas” (Kerbauy, 2010).

Desse modo, em uma dada e breve visão histórica de organização social, cuja denominação tende a reforçar o relevante papel que a geração, disseminação e aplicação efetiva da informação, aliada ao impacto da evolução e inovações tecnológicas, com a marcante influência dos “novos” sistemas de comunicação, dentre os quais se destacam as redes de computadores, que passam a desempenhar e imprimem fatores decisivos nos setores econômicos, social, cultural e político das nações, resultando num mundo em franca e concretizada globalização, no qual as corporações mundiais integradas em “rede” consolidam-se com novas dinâmicas globais, regionais e locais, o capítulo buscará tratar, mesmo que circunscritamente, dos impactos que se sobressaem sobre os meios e os modos de produção e distribuição de riquezas, sobre as relações humanas, sobre os diferentes significados, novas denominações concedidas e dinâmicas propiciadas à cultura, material ou imaterial, digital ou virtual.

2.1 Crises Teóricas e Cultura de Massas

É ainda sob o “clima” de crise teórica, quando trata da longa duração na História e nas Ciências Sociais, que o historiador francês Fernand Braudel (1965) se, em princípio, observa que “a história - talvez a menos estruturada das ciências do homem - aceita todas as lições de sua múltipla vigilância e esforça-se por repercuti-las”, tende a se alongar e esclarecer, na defesa de uma maior aproximação entre as “ciências do homem” ser preciso, na tomada comum de técnicas e conhecimentos que:

[...] cada um dos participantes não permaneça limitado no seu trabalho particular, cego ou surdo, como no passado, ao que dizem, escrevem, ou pensam os outros! E' ainda preciso que a união das ciências sociais seja completa, que não sejam negligenciadas as mais antigas em benefício das mais novas, capazes de tanto prometer, quanto de realizar (Braudel, 1965, p. 261).

Por este viés de entendimento e procurando esclarecer, perante as demais ciências sociais, o “momento” de crise que a história atravessou, se delonga em discorrer que:

A respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decurso destes últimos vinte ou trinta anos, as outras ciências sociais estão muito mal informadas, e sua tendência é de desconhecer, além dos trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social em que a história é boa auxiliar, e sempre hábil fornecedora: esta duração social, estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social (Braudel, 1965, p. 262).

Portanto, é tratando da tendência secular e aproximando-se da história de longa duração, como também da palavra “estrutura”, que economistas e observadores sociais terão que ainda considerar a sujeição geográfica pela qual as mesmas permanências, ou sobrevivências, são verificadas no imenso domínio da cultura (Braudel, 1965).

Sob os mesmos “ares” de crise, Hannah Arendt (1998), filósofa alemã, se propondo analisar a crise da cultura, e mais especificamente a “cultura de massa⁷³”, observa que enquanto preocupação de intelectuais o fenômeno é

⁷³ O historiador francês Jaques Leggof (1975) fará lembrar que "quem melhor descreveu e explicou a modernidade como 'cultura de massas' foi o sociólogo Edgar Morin, fazendo-a "nascer nos Estados Unidos dos anos 50 do século XX e espalhar-se em seguida na sociedade ocidental", a definindo como "as massas populares urbanas e de uma parte dos campos acedem a novos *standards* de vida: entram progressivamente no universo do bem-estar, da [pg. 195] distração, do consumo, que até então era exclusivo das classes burguesas". Sob um tal contexto, observa que "as transformações quantitativas (elevação do poder de compra, substituição progressiva do esforço do homem pelo trabalho da máquina, aumento do tempo de descanso) operam uma lenta metamorfose qualitativa: os problemas da vida individual, privada, os problemas da realização de uma vida pessoal, põem-se com insistência, não só no plano das classes burguesas, mas da nova grande camada salarial em desenvolvimento" E complementa: Morin entende que a principal novidade está no tratamento que a cultura de massas impõe à relação real-imaginário. Esta cultura, "grande construtora de mitos" (o amor, a felicidade, o bem-estar, o descanso, etc.) não funciona só do real para o imaginário, mas também no sentido inverso: "Ela não é só evasão, é também e contraditoriamente: integração" [*ibid.*]. Finalmente, o século XX projetou a modernidade no passado, em épocas ou sociedades que não tinham consciência de modernidade ou tinham definido a sua modernidade de outro modo (Leggof, 1975, pp. 19-21).

relativamente novo e que o termo em si, tem sua origem e correlação com outro termo não muito remoto, quer seja, “sociedade de massas”. Desse modo, esclarece quê, o que subjaz em todas as discussões sobre o tema é que, em se tratando de cultura de massas, obviamente, trata-se da cultura de uma “sociedade de massas”.

Nestes termos, um dos aspectos introdutórios de sua análise, para o qual direciona especial atenção, reside no fato de que, se ainda há poucos anos os termos eram utilizados com forte senso de reprovação, implicando em uma sociedade de massas ser considerada uma forma depravada de sociedade e a cultura de massa consistir na contradição de termos, tornaram-se, pois, respeitáveis e objeto intelectual de estudos e projetos de pesquisa. Com base em Harold Rosenberg, escritor e filósofo americano, salienta:

[...] é 'adicionar ao *kitsch*⁷⁴ uma dimensão intelectual'. Essa 'intelectualização do *kitsch* é justificada com base em que a sociedade de massas, gostemos ou não, irá continuar conosco no futuro previsível; por conseguinte, sua “cultura”, a “cultura popular [não pode] ser relegada ao populacho” (Arendt, 1998, p. 249, *grifos nossos*).

No entanto, para a filósofa, o cerne da questão residia em verificar se "a relação entre sociedade de massas e cultura de massas seria idêntica à relação anteriormente existente entre sociedade e cultura", haja vista que o problema central reside no conflituoso "relacionamento entre sociedade e cultura". Sobre tal questão, irá recordar que o movimento da arte moderna e a insurgência do artista contra a sociedade, não especificamente da emergente sociedade de massas, cujo intuito estava em que todos se tornassem cômicos do conflituoso relacionamento e para que se tenha prudência mediante a

⁷⁴ Introduzindo a compreensão sobre o termo Aline Stefânia Zim, doutora em Arquitetura e Urbanismo, esclarece que: “a história da burguesia moderna pode ser recontada a partir do surgimento do *kitsch*. [...] O termo tem um sentido depreciativo desde a sua aparição, por volta de 1860, na Alemanha. Trazia a ideia, inicialmente, de tomar por verdadeiro algo que era falsificado. [...] O conceito é de difícil definição porque o *kitsch* é por natureza excêntrico, está fora do centro no sistema das artes. Ele não pertence ao belo, nem ao feio, mas está suspenso entre eles, olhando em direção ao centro. Sintetiza o mecanismo psicológico da alienação do homem pelos objetos que o cercam, o que desencadeia uma certa psicopatologia da vida cotidiana. Representa, por outro lado, o acesso à cultura e às artes pelo fenômeno da reprodutibilidade técnica, que embasou a cultura de massas desde o século XX” (Zim, 2019, pp. 89, 90).

aspiração de críticos da cultura de massas por uma "Idade de Ouro de uma sociedade boa e bem-educada". Sobre tal aspiração, observa:

Essa aspiração é hoje em dia muito mais difundida na América do que na Europa pelo simples motivo de que a América, embora suficientemente familiarizada com o filisteísmo ignorante dos *nouveaux-riches*, tem apenas um conhecimento superficial do filisteísmo cultural e educado, igualmente irritante, da sociedade europeia, onde a cultura adquiriu um valor de esnobismo e onde tornou-se questão de *status* ser educado o suficiente para apreciar a cultura [...] (Arendt, 1998, p. 249-250).

Para além de status, e se posicionando no sentido de que a sociedade de massas apenas se sobressai “quando a massa da população incorpora-se a sociedade” avalia que, se a sociedade, com o conceito de “boa sociedade”, compunha-se de pessoas com poder aquisitivo e tempo para o lazer e para a cultura:

[...] a sociedade de massas indica, com efeito, um novo estado de coisas no qual a massa da população foi a tal ponto liberada do fardo de trabalho fisicamente extenuante que passou a dispor também de lazer de sobra para a 'cultura'. Sociedade de massas e cultura de massas parecem ser, assim, fenômenos inter-relacionados, porém seu denominador comum não é a massa, mas a sociedade na qual também as massas foram incorporadas (Arendt, 1998, p. 250).

Sobre tal perspectiva, localizando histórica e conceitualmente o termo e a própria sociedade de massas, a autora rememora que o mesmo foi precedido tanto pelo termo quanto pela própria sociedade, e que este último, no entanto, não é mais velho que a época moderna. Neste intervalo, destaca o estado de solidão do homem da massa, detectado pela psicologia das multidões, que diz respeito, dentre outras características, a sua inadaptabilidade, egocentrismo e alienação do mundo, surgidas na “boa sociedade”, e que numericamente, ainda não se tratava da sociedade de massas. Melhor caracterizando este homem da massa, retrata Arendt:

O verdadeiro precursor do moderno homem da massa é esse indivíduo que foi definido e de fato descoberto por aqueles que, como Rousseau no século XVIII ou John Stuart Mill no século XIX, se encontraram em rebelião declarada contra a sociedade. Desde então,

a estória de um conflito entre a sociedade e seus indivíduos⁷⁵ tem-se repetido com frequência, tanto na realidade como na ficção; o indivíduo moderno - e agora não mais tão moderno - constitui parte integrante da sociedade contra a qual ele procura se afirmar e que tira sempre o melhor de si (Arendt, 1998, p. 250-251).

Entretanto, esclarece que o real interesse da discussão não reside nesta relação de conflito entre o subjetivismo do indivíduo, ou do artista com a sociedade, mas sim sobre o que acontece com a cultura nas desiguais condições da sociedade e da sociedade de massas. Sobre este argumento, a autora aponta o filisteísmo⁷⁶, como uma primeira questão e que, em um primeiro momento fora empregado pelo escritor alemão Clemens von Brentano (1778-1842), destinava-se a representar uma mentalidade na qual todas as coisas possuíam utilidade e valor material, e dessa forma desconsiderava objetos e ocupações tidas como inúteis e, neste caso, relacionados à cultura e à arte (Arendt, 1998).

Uma segunda questão, além do filisteísmo, como ainda aponta, está em seu oposto, no momento mesmo em que a sociedade passou a interessar-se por valores culturais, ou seja, passou a monopolizar a 'cultura' em nome de objetivos pessoais, dentre os quais, posição social e *status*, que demandou em luta entre as classes médias e a aristocracia europeia, sobre a qual observa:

Nessa luta por posição social a cultura começou a desempenhar enorme papel como uma das armas, se não a mais apropriada, para progredir socialmente e para 'educar-se', ascendendo das regiões inferiores, onde a realidade estaria situada, para as regiões superiores e supra-renais, onde o belo e o espírito estariam em seu elemento. Essa fuga da realidade por intermédio da arte e da cultura é importante não só por ter conferido à fisionomia do filisteísmo

⁷⁵ Sobre esta relação de conflito entre a sociedade e os seus indivíduos, a autora destaca a existência de uma importante diferença entre os estágios iniciais da sociedade e da sociedade de massas, no que respeita a situação do indivíduo. Essa situação consistiu no fato de que para subsistir às pressões da sociedade, restrita a determinadas classes, os indivíduos buscavam dentro da população estratos para além da sociedade e para onde pudessem escapar, aderindo a partidos revolucionários compostos por indivíduos que não eram admitidos na sociedade, mas que apresentavam traços de humanidade extintos na própria sociedade, ou de outra forma, a grupos que esta mesma sociedade nunca recolheu em si. Ainda sobre a condição desta relação, observa: "Boa parte do desespero dos indivíduos submetidos às condições da sociedade de massas se deve ao fato de hoje estarem estas vias de escape fechadas, já que a sociedade incorporou todos os estratos da população" (Arendt, 1998, p. 251-252).

⁷⁶ Na filosofia e na estética o termo pejorativo, descreve os costumes, os hábitos, o caráter e o modo de pensar de um filisteu (indivíduo pertencente a um povo antigo que habitava a Síria, Cananeia). Em sentido figurado pessoa vulgar de mentalidade estreita, homem agigantado e desajeitado, brutamontes.

educado ou cultivado suas feições mais características, como ter sido, outrossim, provavelmente o fator decisivo na rebelião do artista contra seus novos protetores (Arendt, 1998, p. 254).

Mas a questão em si não reside apenas na valorização da cultura com a ascensão do filisteísmo “educado”, é o que também esclarece Hannah Arendt, quando assevera:

Não há dúvida de que está aqui em jogo muito mais que o estado psicológico do artista; é o status objetivo do mundo cultural, que, na medida em que contém coisas tangíveis - livros e pinturas, estátuas, edifícios e música - compreende e testemunha todo o passado registrado de países, nações, por fim, da humanidade. Como tais, o único critério não-social e autêntico para o julgamento desses objetos especificamente culturais é sua permanência e mesmo sua eventual imortalidade. Somente o que durará através dos séculos pode se pretender em última instância como objeto cultural (Arendt, 1998, p. 254-255).

Em sua crítica sobre a valorização ou desvalorização de objetos culturais no seio social e no costume da tradição, sem maior distinção entre América e Europa, a autora aponta que:

Talvez a principal diferença entre a sociedade e a sociedade de massas esteja em que a sociedade sentia necessidade de cultura, valorizava e desvalorizava objetos culturais ao transformá-los em mercadorias e usava e abusava deles em proveito de seus fins mesquinhos, porém não os “consumia”. [...] A sociedade de massas, ao contrário, não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos oferecidos pela indústria de diversões são consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo. [...] visto não querer cultura, porém apenas divertimento, a sociedade de massas provavelmente é uma ameaça à cultura menor que o filisteísmo da boa sociedade (Arendt, 1998, p.257-259).

Entretanto, no reconhecimento do entretenimento e da diversão como necessidade vital da vida biológica, Hannah Arendt (1998) observa que, mesmo mediante a força de produção da indústria de diversões, a cultura estaria menos ameaçada por aqueles que ocupam o tempo livre com entretenimento, do que por aqueles que a utilizam com artimanhas educacionais e como forma de ascensão social.

Uma condição singular que a filósofa coloca para a existência da cultura de massas está no instante em que a sociedade de massas apossa-se dos

objetos culturais, colocando em risco sua existência dentro do próprio processo vital da sociedade. Uma condição similar de ameaça para a cultura em si está, segundo observa, na concepção de que objetos e coisas seculares, produzidos no passado ou no presente, venham a ser tomados apenas como funcionais para este mesmo processo vital da sociedade. Um exemplo posto pela autora, acerca desta noção de funcionalidade de tais objetos, diz respeito à construção e existência de catedrais:

As catedrais foram construídas *ad maiorem gloriam Dei*; embora, como construções, sirvam decerto às necessidades da comunidade, sua elaborada beleza jamais pode ser explicada por tais necessidades, que poderiam ter sido servidas igualmente por outro edifício qualquer (Arendt, 1998, p. 260-261).

Acerca da funcionalidade e durabilidade de tais objetos, Hannah Arendt os distingue em “objetos de uso” e “objetos de arte”. E para tomá-los em sua função mediante o processo vital consumidor da sociedade e condição de existência e sobrevivência, observa:

Somente quando essa sobrevivência é assegurada falamos de cultura, e somente quando nos confrontamos com coisas que existem independentemente de todas as referências utilitárias e funcionais e cuja qualidade continua sempre a mesma, falamos de obras de arte (Arendt, 1998, p. 263).

No entanto, em que pese o apreço e o consumo de objetos culturais na sociedade, e mais especificamente, na sociedade de massas, o fato de que a sociedade, essencialmente de consumo, não emprega as “horas de lazer para o próprio aprimoramento ou aquisição de maior *status* social”, mas na atitude do consumo, finda por levar à ruína tudo àquilo em que toca (Arendt, 1998, 264).

Em um segundo momento desta sua discussão, ainda esclarece Arendt que, mesmo mantendo uma íntima relação, cultura e arte não são efetivamente, a mesma coisa, com especial distinção para o seu relacionamento com a política. Isto posto, apresenta o seu conceito de cultura, sobre o qual também expressa a relação do homem com a natureza.

A cultura - palavra e conceito - é de origem romana. A palavra 'cultura' origina-se de *colere* - cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar - e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar natureza à dominação do homem (Arendt, 1998, p. 265).

O conceito de cultura, como retrata, emergiu primeiramente dentre um povo agricultor, e as conotações artísticas das possíveis conexões com esta cultura estava no relacionamento do povo latino com a natureza; se bem que a grande arte e poesia romana derivaram da herança grega, que os romanos souberam como preservar. A essa reverência dos romanos para com o testemunho do passado e preservação do legado grego, como expressa, se deve a continuidade de nossa tradição e de onde se depreendeu o nosso conceito cultura, ou seja:

[...] cultura no sentido de tornar a natureza um lugar habitável para as pessoas e cultura no sentido de cuidar dos monumentos do passado ainda hoje determinam o conteúdo e o significado que temos em mente ao falarmos de cultura. [...] compreendemos por cultura a atitude para com, ou melhor, o modo de relacionamento prescrito pelas civilizações com respeito às menos úteis e mais mundanas das coisas, as obras de artistas, poetas, músicos, filósofos e daí por diante (Arendt, 1998, p. 265-267).

Dessa tradição greco-romana advém, conforme alega, o “amor à sabedoria e à beleza” e que seus limites são determinados pela polis, ou como pensavam os gregos, pela política. Sobre as bases desta formação e das tradições culturais de “amor à beleza”, de onde emanam as faculdades do discernimento e da discriminação imiscuídas na capacidade humana do gosto⁷⁷, levanta dois questionamentos centrais da relação com a política: - se

⁷⁷ A autora esclarece que, não havendo uma palavra melhor que transparecesse os "elementos discriminadores, discernidores e ajuizadores de um amor ativo à beleza, utilizou-se da palavra 'gosto". Justificando, portando, o uso da palavra que para ela expressa a cultura como atividade única, buscou apoio na Crítica do Juízo Estético, de Kant. Nele está contido uma análise do belo, do ponto de vista do espectador ajuizante, e toma o fenômeno do gosto como uma conexão ativa com o que é belo. Do mesmo modo esclarece que, para uma compreensão mais acurada da faculdade do juízo, e por que ela se faz uma atividade mais política do que teórica, torna-se necessário rever o que constantemente se toma como a Filosofia Política de Kant, ou a Crítica da Razão Prática, que trata da faculdade legislativa da razão. Esse princípio da legislatura, como esclarece Hannah Arendt, age de tal maneira que o “princípio da tua ação possa se tornar uma lei universal” e que se traduz no “princípio da harmonia com o próprio eu”,

esse amora beleza tem algo a ver com política; e de outro modo colocado: - 'Pertenceria o gosto à classe das faculdades políticas?' (Arendt, p. 267-268).

Para compreender estas questões observa que se faz necessário recordar o anteriormente dito, ou seja, ter o discernimento de que cultura e arte não são a mesma coisa. Partindo de tal discernimento, recorda que, tanto no mundo grego ou romano, os mesmos homens que partilhavam do “amor ao belo e a cultura da mente”, eram os mesmos que nutriam profundo descrédito aos artistas e artesãos. Se os romanos utilizavam o termo filisteísmo para denominar o homem de mente utilitarista, no mundo grego o termo era 'banáusico'. E é deste cenário, que a autora depreende:

A desconfiança e efetivo desprezo pelos artistas surgiram de considerações políticas: a fabricação de coisas, incluindo a produção de arte, não pertence ao âmbito das atividades políticas põe-se, até, em oposição a elas. O principal motivo da desconfiança em todas as formas de fabricação é que esta é utilitária por sua própria natureza. A fabricação, mas não a ação ou a fala, sempre implica meios e fins; de fato, a categoria meios e fins obtém sua legitimidade da esfera do fazer e do fabricar, em que um claramente reconhecível, o produto final, determina e organiza tudo que desempenha um papel no processo [...] (Arendt, 1998, p. 269).

Diante desta postura de desconfiança, e em concordância com os gregos, ainda irá atentar que o filisteísmo não ameaçava apenas no campo da política; ameaçava também a própria cultura, alterando a mentalidade do que lhes deu existência:

descoberto por Sócrates na sentença de Platão que preconiza: "Como sou um, para mim é melhor discordar de todos que estar em discórdia comigo mesmo". Desta sentença advém que tanto a "Ética ocidental, como a Lógica, assentadas no acordo com a própria consciência e no axioma da contradição, respectivamente, se fundamentaram". Contudo, alega a autora, Kant insistiu na Crítica do Juízo em uma forma diversa de pensar. Para ele, não era o bastante concordar apenas com o próprio eu, mas em contrário, ser capaz de “pensar no lugar de todas as demais pessoas”, o que denominou de “mentalidade alargada”. Pondo-se de acordo com a Crítica do Juízo de Kant, sobre a faculdade de julgar, ainda acrescenta que: “a capacidade para julgar é uma faculdade especificamente política, exatamente no sentido denotado por Kant, a saber, a faculdade de ver as coisas não apenas do próprio ponto de vista, mas na perspectiva de todos aqueles que porventura estejam presentes; que o juízo pode ser uma das faculdades fundamentais do homem enquanto ser político na medida em que lhe permite se orientar em um domínio público, no mundo comum: a compreensão disso é virtualmente tão antiga como a experiência política articulada. Indo mais além, e ainda referindo-se a Kant, Hannah Arendt acrescenta: “o que, porém, é completamente inédito e até surpreendentemente novo nas proposições de Kant da Crítica do Juízo é ter ele descoberto esse fenômeno, em toda sua grandeza, precisamente ao examinar o fenômeno do gosto e, portanto, a única espécie de juízos que, visto dizerem respeito meramente a questões estéticas, sempre se supôs fazerem além da esfera política, assim como do domínio da razão (Arendt, 1998, p. 273-276).

Em outras palavras, a maior ameaça à existência da obra acabada emerge precisamente da mentalidade que a fez existir. Disso se segue que os padrões e regras que devem prevalecer necessariamente ao se erigir, construir e decorar o mundo de coisas em que nos locomovemos perdem sua validade e se tornam positivamente perigosos ao serem aplicados ao próprio mundo acabado (Arendt, 1998, p. 269).

Dessa relação de conflito entre política e arte, e da presença da mentalidade de fabricação no âmbito político, avalia ter havido mudança de ênfase e sobre o tema considera que:

Somos hoje em dia mais propensos a crer que o âmbito da política e a participação ativa nos negócios públicos origina o filisteísmo e obsta o desenvolvimento de um espírito cultivado que considere as coisas em seu verdadeiro valor, sem refletir em sua função e utilidade (Arendt, 1998, p. 271).

Em relação à presença do artista no âmbito da política, um outro problema emerge, como o percebe a autora, considerando que este reside também no fato de que:

A atividade do artista e do artífice é, pois, sujeito a condições muito diversas das que envolvem as atividades políticas, e é perfeitamente compreensível que o artista, tão logo comece a dirigir sua mente a coisas políticas, deva sentir a mesma desconfiança, pelo âmbito especialmente político e sua publicidade, que a polis experimentava face à mentalidade e condições de fabricação (Arendt, 1998, p. 271).

Outra situação do mesmo conflito, entre arte e política, Hannah Arendt também o percebe na produção artística e seus produtos, ou seja, 'nas próprias coisas que precisam encontrar seu lugar no mundo', e em seu pensar defende que:

Essas coisas, obviamente, partilham com os 'produtos' políticos, palavras e atos, a qualidade de requererem algum espaço público onde possam aparecer e ser vistas; elas só podem realizar seu ser próprio, que é a aparição, em um mundo comum a todos; no encobrimento da vida privada e da posse privada, objetos de arte não podem atingir sua própria validade inerente; é forçoso, pelo contrário, que sejam protegidos da possessividade de indivíduos - por isso, não importa que proteção assumam a forma de colocá-los em locais sagrados, em tempos e igrejas, ou entregá-los ao cuidado de museus e de zeladores de monumentos, posto que o lugar onde os colocamos seja característico de nossa 'cultura', isto é, nosso modo de comunicação com eles (Arendt, 1998, p. 272).

Partindo deste contexto, a autora presume que arte e política se inter-relacionam e apresentaram dependência entre si por meio da cultura; e que a beleza no fluir das atividades humanas e experiências políticas é a manifesta condição de imperecibilidade que confere imortalidade à grandeza da vida no mundo humano, e que imprime ao mundo público a *cultura animi*, que tem como base a preservação de um “mundo de aparências cujo critério próprio é a beleza” (Arendt, 1998, p. 272-273).

Ademais, acerca do fenômeno do gosto anteriormente referenciado, Hannah Arendt comunga da ideia de que o "gosto julga o mundo em sua aparência e temporalidade", e que seu interesse pelo mundo é “desinteressado”, visto como "objeto primário, e não o homem, nem a vida do homem, nem seu eu". Sob tal aspecto, ainda evidencia que “visto não serem forçosos no sentido em que fatos demonstráveis ou verdade racionalmente provada forcem acordo, os julgamentos de gosto são considerados arbitrários, no sentido de serem persuasivos como em opiniões políticas; ou como as relações dos cidadãos da polis grega que em sua forma de falarem uns aos outros, excluía a violência física e a coerção pela verdade”. Por sobre este julgamento do gosto, que se apresenta como atividade intermediária entre cultura e atividade política do homem, propõe que:

Cultura e política, neste caso, pertencem à mesma categoria porque não é o conhecimento ou a verdade o que está em jogo, mas sim o julgamento e a decisão, a judiciosa troca de opiniões sobre a esfera da vida pública e do mundo comum e a decisão quanto ao modo de ação a adotar nele além do modo como deverá parecer doravante e que espécie de coisas nele hão de surgir (Arendt, 1998, p. 277).

Dentre outros aspectos do gosto revelado pela autora, um primeiro reside nas relações de identidade e afinidade entre as pessoas e que estabelecem o sentimento de pertinência entre os grupos e, um segundo, concebe que o gosto não julga tão somente a qualidade, pois esta se encontra para além de discussões e decisões de juízo. Nestes termos, acresce e esclarece que:

Se pensamos nessa acepção de pertinência em termos políticos, somos tentados a enxergar no gosto essencialmente um princípio de

aristocrático de organização. Sua importância política, contudo, é talvez de maior alcance e ao mesmo tempo mais profunda. Sempre que os indivíduos julgam as coisas do mundo que lhes são comuns, há implícitas em seus juízos mais que essas mesmas coisas. Por seu modo de julgar, a pessoa revela também algo de si mesma, que pessoa ela é, e tal revelação, que é involuntária, ganha tanto mais em validade quanto se liberou das idiossincrasias meramente individuais. Ora, é precisamente o domínio do agir e do falar, isto é, o domínio político em termos de atividades, aquele no qual essa qualidade pessoal se põe em evidência em público, no qual o “quem fulano é” se manifesta mais que as qualidades e talentos individuais que ele possa possuir. A esse respeito, o domínio político novamente se opõe ao domínio no qual vivem e fazem seu trabalho o artista e o fabricante e no qual, em última instância, o que importa é a qualidade, os talentos do fabricante e a qualidade das coisas que ele fabrica. [...] O gosto enquanto uma atividade da mente realmente culta - cultura animi - somente vem à cena quando a consciência-qualidade se acha amplamente difundida, o verdadeiramente belo sendo facilmente reconhecível; é que o gosto discrimina e decide entre qualidades. (...) O gosto humaniza o mundo do belo ao não ser por ele engolfado: cuida do belo à sua própria maneira 'pessoal' e produz assim uma “cultura”. (...) o gosto é a capacidade política que verdadeiramente humaniza o belo e cria uma cultura (Arendt, 1998, p. 278-279).

Por fim, de sua crítica à cultura, concluirá Hannah Arendt que:

O humanismo é o resultado da cultura animi, de uma atitude que sabe como preservar, admirar e cuidar das coisas do mundo. Ele tem, como tal, a tarefa de servir de árbitro e mediador entre as atividades puramente políticas e puramente fabris, que se opõem umas às outras de um sem-número de modos. Enquanto humanistas, podemos nos elevar acima desses conflitos entre o político e o artista, do mesmo modo como nós podemos elevar em liberdade acima das especialidades que todos aprendemos e exercemos. Podemos elevar-nos acima da especialização e do filisteísmo de toda natureza na proporção em que aprendamos como exercitar livremente nosso gosto. (...) De qualquer maneira, podemos recordar aquilo que os romanos - o primeiro povo a encarar seriamente a cultura, à nossa maneira - pensavam dever ser uma pessoa culta: alguém que soubesse como escolher sua companhia entre homens, entre coisas e entre pensamentos, tanto no presente quanto no passado (Arendt, 1998, p. 280 - 281).

Disto decorre que, a crise da cultura de Hannah Arendt, reflete mudanças no comportamento humano, bem como, no mundo contemporâneo, considerando que, o processo de transição de uma sociedade “cultura” para uma sociedade de massas, e conseqüentemente, de uma cultura “cultura” para uma cultura de massas, deixa suas marcas enquanto uma quebra da tradição e um novo fenômeno que busca por significados novos para a existência,

experiência e vivência humanas em uma realidade que não se constrói simplesmente, mas a partir das relações pessoais, sociais, políticas, culturais.

2.2 A nova História Cultural

Na introdução da coletânea *Novos Domínios da História*, em tópico intitulado "A 'nova história cultural': um pé em cada mundo?", o historiador brasileiro *Ciro Flamarion Cardoso* (2012), ao tratar da influência existente na década de 1960, da então denominada história social (ou econômico-social), mesmo que houvesse predomínio quantitativo do que se definia como “história tradicional” observa que, dentre outros argumentos, caracteristicamente “a esfera social e econômica formava uma estrutura objetiva, autônoma, cujo funcionamento produz significados intrínsecos: a esfera do mental e do cultural consiste em representações do ser social” (Cardoso, 2012, p. 15).

Sob tal argumentação, ainda irá observar que nos anos de 1980, ao tornar maleáveis as convicções nas conexões determinantes entre o “contexto social e a consciência”, os historiadores associados à história social, passaram a falar de “uma autonomia relativa da cultura, ou do imaginário”, como também:

[...] da política (posto que, desde a década precedente, ocorrera uma retomada de importância de parte de uma história política já não “tradicional”, mas sim atualizada pelos vínculos estabelecidos com a ciência política). Acredita-se em um papel mais ativo dos indivíduos na formação dos significados, e uma nova conceituação das relações sociais insiste na historicização da experiência (E. P. Thompson), mais do que em seus vínculos com uma estrutura abstrata de classes, por exemplo. Roger Chartier ressalta a noção de “representação coletiva”, e ocorre uma retificação do objetivismo social, tornando-o menos unilateralmente causal do que no passado (Cardoso, 2012, p. 15-16).

Assim, entre 1988 e 1989, a “terceira geração” dos *Annales*, considerando o que lhe era peculiar, ao publicar dois editoriais em sua revista assinalaram o que se popularizou como “*tourna critique*” ou “virada crítica” que se centrava na tendência ou orientação teórica e historiográfica da revista.

Nas palavras do historiador francês *Gérard Noiriel* (1997), transcrita e reproduzida por Cardoso:

Tal “virada crítica” tinha elementos semelhantes à “virada linguística” pós-estruturalista e pós-moderna, mas também apresentava especificidades importantes, sendo que a mais relevante foi que os historiadores franceses da “virada crítica” sempre relutaram em abandonar de todo o *desideratum* de uma análise científica social e interdisciplinar em história em favor de outra que fosse eminentemente discursiva. Também se preocuparam em preservar a integridade da história considerada ciência social do tempo; até então, os *Annales* haviam encarado a pluralidade de especializações e temáticas históricas como um enriquecimento, mas agora começavam a preocupar-se com a ameaça de uma explosão irremediável da disciplina (Noiriel, 1997, p. 149-162 *apud* Cardoso, 2012, p. 15).

Nestes termos, que implicou em uma total revisão de modelos explicativos, tomando como princípio um perceptível desprazer que privilegiava esclarecimentos advindos da economia ou dos interesses de classe, passaram a enfatizar todo um aparato elucidativo e de valores pelo qual, ou pelos quais, inclinaram-se em considerar que a cultura não é tão somente um simples encargo do material ou do social, haja vista que crenças e rituais praticados pelas pessoas se relacionam diretamente com expectativas e *perspectivas* socioeconômicas e *políticas*, em cujos efeitos e resultados de tais interações advém e resultam em explicações das origens e condutas das relações sociais *humanas* (Cardoso, 2012, *grifos nossos*). Desse modo, como ainda discorre o historiador:

A transformação descrita - mesmo parcial - renova as temáticas; os rendimentos, preços e salários recuam diante das práticas culturais, dos códigos cognitivos, da ordem simbólica; a antropologia torna-se interlocutora privilegiada dos historiadores; e a história total ou holística continua sendo almejada como antes, mas, ao mesmo tempo, é considerada de difícil realização, visto que se multiplicam as temáticas, as fontes, os métodos e os enfoques. Outro fator do recuo do holístico foi uma preferência crescente pelo enfoque micro e pela história do cotidiano, que causou uma espécie de refração da determinação pelo social em que se acreditava anteriormente. Os indivíduos tomam decisões e adotam estratégias que não são passíveis de inferência direta a partir da posição social de cada um deles, e acredita-se agora que a esfera cultural pode operar sobre o econômico-social e recriá-lo, modificá-lo (Cardoso, 2012, p. 16).

Uma tal transformação, como ainda complementa, que conduziram influentes e consideráveis estudiosos, dentre estes os sociólogos Anthony

Giddens e Pierre Bourdieu, sendo este último seguido pelo historiador francês Roger Chartier⁷⁸, quando estes argumentam e declararam ser preciso:

[...] ir além da oposição simples entre objetivismo e subjetivismo, entre “física social” e “fenomenologia social”, entre fisicalismo e psicologismo; *procurar* um equilíbrio, uma integração harmoniosa entre determinação social e autonomia da consciência. Existe sem dúvida um condicionamento material da vida social, mas as condições materiais não afetam a conduta de uma maneira imediata, fazem-no por mediação da cultura e das experiências individuais. As ações da vida social são simbolicamente mediadas. (Cardoso, 2012, p. 17).

Debruçando-se sobre o mesmo contexto que, de certo modo, sinaliza para uma crise na disciplina entre as décadas de 1960 e 1970, o próprio historiador Roger Chartier (1988), em dois similares e singulares estudos, face à insatisfação com a história cultural francesa, em suas duas acepções, história das mentalidades e história serial, se permite uma outra concepção de história cultural.

Em um primeiro momento destes estudos, objetivando “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, se debruça sobre esquemas intelectuais de modo que estes direcionem para a percepção do universo, como também, sobre as figuras pelas quais o presente possa adquirir sentido, e o espaço a ser decifrado, possa se tornar inteligível (Chartier, 1988, p. 16-17).

Desse modo, e após criticar a ideia de uma suposta objetividade das estruturas, definida em oposição à subjetividade das representações, resgata os trabalhos de Marcel Mauss e Émile Durkheim, além de verificar as implicações das ideias de Ernest Cassirer sobre as “formas simbólicas”, defendendo ao final o uso do conceito de representação num sentido historicamente mais determinado (Chartier, 1988, p. 21).

Resguardando a vinculação das “modalidades do agir e do pensar” aos “laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que estes são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas

⁷⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. “Memória e Sociedade”, coord. p/Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. v. 1).

estruturas de poder", e que a leitura passa a constituir um ato concreto, onde a interpretação é determinada por um variado conjunto de aspectos sociais, culturais e institucionais, finaliza esta breve introdução às questões mais delicadas desta vertente de estudos, declarando que conserva uma atitude de "fidelidade crítica" em relação à história cultural dos *Annales* (Chartier, 1988, p. 25; 48).

De modo similar, também será refletindo sobre as inovações e "desafios do presente" postos à escritura da história, procurando recordar as "mutações da disciplina" ao longo de trinta anos e, do mesmo modo, assinalar "as mudanças que a entrada na cultura digital impôs a história de longa duração da cultura escrita", ainda na busca por elucidar uma questão inquietante para historiadores, a de uma "crise da história"⁷⁹, é que irá expor e ressaltar as transformações sofridas pela disciplina (Chartier, 2009, p. 7-9).

Ao iniciar suas reflexões, uma das primeiras questões suscitadas pelo autor, relacionadas com as "dimensões retórica e narrativa da história", originada nas obras de Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau, e que "obrigava historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi, e a explicação histórica que o sustenta", Chartier irá salientar que haja vista a história ter-se "esquivado sua pertinência à classe dos relatos e haver apagado as figuras próprias de sua escritura, proclamando seu cientificismo", o "questionamento dessa epistemologia da coincidência e das construções narrativas de representação do passado, cujas figuras retóricas também são as da ficção, possibilitaram esta reflexão sobre a escritura da história", e caracterizaram os sintomas de crise na disciplina (Chartier, 2009, p. 11-12).

Sob tal perspectiva de reflexão, aponta os escritos de Hayden White, cuja postura advoga que a escrita da história está associada à mesma intenção do "discurso do mito e da ficção" e recorre às concepções de Carlo Gizburg que, contrariamente a posição de Hayden White, ressalta que a "história desde o Renascimento soube elaborar suas técnicas eruditas que lhe permitem separar o verdadeiro do falso". Dentre as concepções de Gizburg, cita a proposta do "paradigma indiciário, da definição de um conceito de objetividade

⁷⁹ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

e as reflexões em torno de estudos de caso, micro-histórias e estudos comparativos”, por meio dos quais defende a “intenção de verdade que constitui o discurso histórico”, como também recorre às posturas de Reinhart Koselleck e Michel de Certeau, cujos trabalhos dedicam-se as “propriedades formais do discurso histórico, colocando-o e diferenciando-o da classe dos relatos”. Desse modo, resumindo Michel de Certeau e apoiando-se nas concepções de Carlo Ginzburg, o autor conclui ao final destas iniciais explicações que, na construção do objeto histórico, “acham-se associados, e não opostos, conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração” (Chartier, 2009, p. 13-16).

Uma questão, também recorrente aos sintomas de crise na disciplina, é apresentada por Chartier quando remete para a problemática da prática historiográfica a partir do “lugar social de onde os historiadores exercem suas atividades”. Para o autor, cada lugar social no qual se produziu o discurso histórico, seja na cidade, no mosteiro, nas redes eruditas e ou nas universidades, “impõe à história não apenas objetos próprios, mas modalidades de trabalho intelectual, formas de escritura, técnicas de prova e de persuasão”. Sob tal concepção, considera que “as determinações que regem a escritura da história remetem mais as práticas estabelecidas pelas 'instituições técnicas da disciplina', que distribuem, de maneira variável conforme a época e o lugar, a hierarquia dos temas, as fontes e as obras” (Chartier, 2009, p.17-20).

Dentre as modalidades do trabalho historiográfico e da relação que as sociedades mantêm com o passado, o autor evidencia as diferenças existentes entre história e memória e entre a história e obras de ficção. Neste sentido, busca esclarecer tais diferenciações, tomando como apoio a obra de Paul Ricoeur, a partir da qual defende que a diferença entre história e memória encontra-se no testemunho do documento e em acontecimentos efetivamente históricos que não são “recordações de ninguém”, bem como, na diferença que opõe reconhecimento e representação do passado, cuja fidelidade com a realidade é o que distingue a história da ficção (Chartier, 2009, p. 21).

Um outro tema de análise do autor, discute os objetivos e os métodos que delimitam a história cultural, a partir de uma perspectiva antropológica, distribuída entre duas famílias de significados. Por cultura, o autor entende como aquilo que:

[...] designa as obras e os gestos que, em uma sociedade dada, se subtraem às urgências do cotidiano e se submetem a um juízo estético ou intelectual e a que aponta as práticas comuns através das quais uma sociedade ou um indivíduo vivem e refletem sobre suas relações com o mundo, com os outros e com eles mesmos (Chartier, 2009, p.34).

Tal entendimento encontra eco nas definições de Carl Schorske e na antropologia simbólica de Clifford Geertz. A singularidade de enfoques é discutida por meio de questões pertinentes relacionadas com as diferentes heranças e tradições da história cultural. Neste sentido, esclarece:

[...] a primeira delas se relaciona com as diferentes articulações entre as obras singulares e as representações comuns, ou seja, o processo pelo qual os leitores, os espectadores ou os ouvintes dão sentido aos textos (ou as imagens) dos quais se apropriam (Chartier, 2009, p.35-36).

Neste caso, segundo pontua, diversas foram as respostas a essa questão, e em especial ao formalismo da Nova Crítica, por haver pensado na produção de significados como "construída na relação direta entre o leitor e os textos". Além da crítica literária, outros enfoques são apontados no texto, como da história do livro e da sociologia cultural, contudo, para o historiador a proposta de uma nova história cultural constitui-se em um desafio:

[...] compreender como as apropriações concretas e as intenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para os quais aponta as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita (Chartier, 2009, p. 43).

Sobre o acalorado debate entre a cultura popular e a cultura erudita, no universo da história cultural, o autor concebe duas perspectivas possíveis de descrição e de interpretação:

[...] o primeiro procura "suprimir a influência etnocêntrica cultural e trata da cultura popular como um sistema simbólico coerente, ordenado segundo uma lógica estrangeira e irreduzível em relação à cultura letrada; o segundo ocupa-se em recordar a força das relações

de dominação e desigualdades do mundo social, e da autonomia e independência da cultura popular, no que concerne a cultura dos dominantes e legitimidade cultural” (Chartier, 2009, p.45).

Acerca destas perspectivas, o autor evidencia a oscilação dos historiadores entre uma produção que apresentam trabalhos, primordialmente 'populares', sobre religião e literatura, contrapondo-se as concepções que a distinguem, censuram e ofuscam. Caracterizando o cenário, Chartier esclarece que tal oposição entre o esplendor e a miséria da cultura popular, não encontra raízes na idade moderna, mas sim entre os historiadores medievais do século XII e no movimento de transição que fez passar “as sociedades ocidentais de uma cultura tradicional, campesina e popular, para uma cultura nacional, homogênea, unificada e solta”. Do mesmo modo, supõe cenário similar de oposição no século XX, quando da “transição de uma cultura comunitária e criadora, para uma cultura das massas imposta pelos meios de comunicação”. Contudo, alega que, mesmo uma “cultura dominada consegue preservar algo de sua coerência simbólica, mesmo que seja diante a força de modelos culturais dominantes, e encontra uma brecha, segundo o pensamento de deCerteau (1990), por onde se insinuam as reformulações, os desvios, as apropriações e as resistências” (Chartier, 2009, p. 45-47).

O principal desafio que se apresenta para a história cultural aponta o autor, está em como pensar a articulação entre os discursos e as práticas. Sobre este aspecto esclarece que:

[...] o 'giro lingüístico', forma adotada para análise e questionamento do impasse, se pauta em duas justificativas centrais: - a de que a língua é um sistema de signos, cujas relações produzem, por si mesmas, significados múltiplos e instáveis, isento de qualquer intenção ou controle subjetivo; e a de que a realidade não é uma referência objetiva externa ao discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem (Chartier, 2009, p. 47-48).

Acerca deste postulado, tomando como referência o que enuncia Baker (1990), o autor esclarece que os interesses e as práticas sociais são o resultado de uma construção simbólica e linguística, situados na ordem do discurso. No entanto, observa que contrariamente a estes postulados e mediante a acessibilidade das práticas antigas, não implica reconhecer a existência de duas lógicas, quer sejam, a que “governa a produção e a

recepção dos discursos e a que rege as condutas e as ações”, mediante as quais os historiadores buscaram apoio na aceção diferenciada apresentada por Foucault (1969) e Bourdieu (1997), entre “formações discursivas” e “sistemas não discursivos” ou entre “sentido prático e razão escolástica”, respectivamente (Chartier, 2009, p.48).

Pertinente também neste debate, para Chartier, é a adoção em história de um objeto fundado no reconhecimento "das práticas e enunciados dos indivíduos ou de comunidades conforme posição que ocupam nas relações de poder, bem como, na apropriação do conceito de representação, a partir releitura dos clássicos das ciências sociais, cujo entendimento revela limites para uma nova história cultural", tanto quanto para uma historiografia contemporânea (Chartier, 2009, p. 49).

Neste sentido, se voltando para questões atuais da historiografia incitando, dentre outros, os seguintes questionamentos: "como construir uma história em escala mundial?", ou ainda, como "conciliar o percurso dos espaços e das culturas com as exigências que regem o conhecimento histórico?", irá afirmar que "a volta a uma história global não pode ser separada da reflexão, como a fez Ricoeur (2000), sobre as variações de escala em história"; ou ainda como avaliam Levi (1985) e Contreiras (1992), cujos recortes micro-históricos permitem analisar os mecanismos de poder que caracterizam uma estrutura sociopolítica localizada no tempo e no espaço, e do mesmo modo, uma condição de acesso a crenças e ritos. Seja qual for a alternativa, de uma história global enquanto figura moderna da velha história ou de uma história comparada, para Chartier, o que "importa é a eleição de um marco de estudo capaz de tornar visível as conexões históricas que relacionaram populações, culturas, economias e poderes, local ou globalmente" (Chartier, 2009, p. 53-57).

Outra reflexão, um tanto quanto mais atual, apresentada no contexto desses ensaios, se refere às mudanças provocadas pela revolução digital, ou pelo "ingresso da história na era da textualidade eletrônica e de novas modalidades de construção, publicação e recepção dos discursos históricos". Neste sentido, Chartier reconhece que a lógica e a técnica da textualidade eletrônica já não é a mesma, linear e dedutiva de um texto em uma página, mas “aberta e fragmentada, e sujeita a multiplicação das ligações

hipertextuais”. Neste universo da textualidade digital, observa que as mudanças na construção e disposição dos recursos próprios da disciplina, como a nota, a referência e a citação, ressaltam a importância das transformações nas operações cognitivas que os recursos do texto eletrônico impõem a produção, organização, certificação e validação dos discursos históricos (Chartier, 2009, p. 59-61).

Sob tal abordagem, também irá considerar que o livro eletrônico possa ser uma possível alternativa para a crise de edição e publicação nas ciências humanas, conquanto observe que “as mudanças na ordem das práticas costumam ser mais lentas que as revoluções das técnicas” (Chartier, 2009, p. 62-63).

Nestes termos, ou em linhas gerais, o historiador Roger Chartier (2009) além de pontuar questões relevantes para a leitura e escrita da história, influenciadas por uma perspectiva de “crise” na disciplina, acentuada pela emergência de novas realidades sociais e históricas, que se caracterizam por períodos de revolução, a revolução digital ou das tecnologias da informação e comunicação, também associa suas causas à construção, publicação e recepção dos discursos históricos em uma época, ou em uma dada cultura, que se convencionou denominar digital em um mundo (re)significado virtual.

Para além de transformações, mas tomada no sentido de imprimir valor ao que antes se encontrava despercebido, ou um reencontro temático, em propalada obra intitulada *O que é História Cultural?*, o historiador inglês Peter Burke (2008) propondo explicar a redescoberta deste campo historiográfico, o que ela é e quais são os afazeres dos historiadores culturais, em um primeiro capítulo de suas reflexões e considerações, antevendo uma segunda perspectiva para ampliação da nova história cultural, propõe a inclusão de “domínios anteriormente deixados de lado, dentre os quais destaca a política, a violência e as emoções”. Em suas palavras, observa:

Política e cultura estão ligados de mais de um modo. Um conjunto de conexões possíveis foi explorado por Schorske em *Viena, fin de siècle*. Outra abordagem pode ser descrita como a política da cultura, indo da publicidade dada às coleções dos governantes, como sinal de sua magnificência e bom gosto, às razões nacionais ou nacionalistas para a fundação de galerias, museus e teatros no século XIX. [...] No entanto, é a cultura da política que merece mais atenção aqui. Seria um equívoco sugerir que os historiadores culturais tenham sempre

ignorado a política, ou que os historiadores políticos tenham deixado a cultura completamente de lado. Havia lugar para a política na história cultural tradicional, inclusive na obra de Burckhardt sobre o Estado renascentista como obra de arte, na de Marc Bloch sobre os poderes curadores atribuídos aos reis da França e da Inglaterra, e nos trabalhos de muitos estudiosos do simbolismo da monarquia — insígnias reais, coroações, funerais ou entradas formais nas cidades (Burke, 2008, p. 7-8).

Assim, para o autor, a “virada cultural” para os estudos simbólicos do comportamento político tanto no presente, quanto no passado, ocorrera há uma geração registrada nas obras de importantes historiadores como americano Murray Edelman (1919-2001) e o irlandês F. S. L. Lyons (1923-1983) corroborando, como faz entender que:

[...] Quando novos termos técnicos entram em uso, normalmente isso é sinal de um deslocamento de interesse ou de abordagem. O conceito de “cultura política” é uma expressão da necessidade de ligar os dois domínios, focalizando as atitudes ou noções políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais essas atitudes são instiladas. Empregada pelos cientistas políticos na década de 1960, a expressão parece ter entrado no discurso dos historiadores ao final da década de 1980, a julgar pelos títulos de livros como *The Political Culture of the Old Regime* (1987), de Keith Baker, seja ela usada para tratar de um país inteiro, ou de um grupo, como o das mulheres (Burke, 2008, p. 91).

Em sua avaliação, ajuíza que os estudos de cultura política, e seu grande número de temas, ainda aguardam pela atenção de historiadores culturais, discorrendo que “os vínculos entre política e mídia mal começam a ser explorados, com estudos sobre a ‘cultura da notícia’”, e que as oportunidades são óbvias em relação aos séculos XIX e XX. No entanto, como constata, ninguém se atreveu a escrever sobre “a antropologia histórica dos parlamentos ou do corpo diplomático moderno e seus rituais” (Burke, 2008, p. 92).

Com inquietação similar delineada por Peter Burke (2008), o historiador francês Jean Sirinelli (1999) ao tratar do processo de renovação da história política e da história cultural, avalia que ambas favorecem uma nova forma de aproximação com os acontecimentos do passado que consiste, para o historiador do político, considerar as representações e as crenças dos

indivíduos quando se pretende o estudo das instituições e vida política [tradução nossa].

Segundo alega, mesmo que do ponto de vista historiográfico possa parecer incongruente realizar tal balanço entre a história política e a história cultural, duas comprovações permitem tal feito. A primeira é o fato de que ambas estão em franco interesse na historiografia, com status equivalentes. A segunda é a de que ambos os ramos da disciplina histórica podem enriquecer-se mutuamente: uma história cultural do político poderá constituir-se em um dos campos mais promissores da história do fim do século, ou do novo século por onde se podem operar grandes aberturas historiográficas (Sirinelli, 1999, *tradução e grifos nossos*).

Neste sentido, de aberturas historiográficas, considerando que na atual fase do fenômeno denominado globalização que provoca grande fracionamento dos poderes político, cultural, econômico pelo qual ainda se pode “afirmar que a fragmentação cultural é consequência da pulverização dos demais poderes, de processos dialéticos, interdependentes, que conduzem à relativização de culturas, umas em face das outras”, os conflitos políticos e culturais da atualidade são aspectos de uma mesma dinâmica (Seixas, 2008, *grifos nossos*), mesmo que poucos ainda se arrisquem a tratar das atuais mídias digitais e dos distintos significados de cultura e de política, bem como da cultura política, que emerge dos espaços virtuais das comunidades e redes sociais que redundaram em “novas” terminologias ou adjetivos para as sociedades humanas, para a cultura, para as práticas, afazeres e poderes das existências em sociedade.

2.3 Cultura digital e Cibercultura

No contexto de uma sociedade consolidada a partir do intenso uso de tecnologias de comunicação multimídia combinadas com diferentes e diversificadas alternativas de comunicação e troca de informações entre uma infinidade de atores sociais, se intensificam os padrões gerais de globalização econômica e cultural, situando o debate dos analistas sociais em torno de suas possibilidades e capacidade em gerar, transformar e transmitir informação e conhecimento, sobre as estratégias de implementação e ação política que

simbolizam a transição, caracterizam a emergência de dinâmicas diferenciadas e de novas condições históricas à produtividade e criatividade humanas, e não menos latente, sobre os significados e sentidos concedidos à cultura.

Dentre os distintos sentidos concedidos à cultura, graças à congregação de outros termos que a especificam como cultura das mídias, cultura digital e cibercultura tem sido os mais propalados, senão os mais relevantes como um modo de combinar socialização, adquirir ou apreender novas sociabilidades por meio de suportes técnicos e dispositivos interativos que conduzem para novas formas de criação, adaptação e de apropriação de símbolos, em um mesmo espaço, denominado ciberespaço.

No entender de Lúcia Santaella (2009), cultura das mídias⁸⁰ diz respeito à difusão e propagação cultural no âmago do cenário contemporâneo, em que informações e comunicação são suportadas e circulam por meios telemáticos⁸¹. Sob o mesmo contexto, incorporando diferentes e diversificadas perspectivas sobre o impacto das tecnologias digitais e das conexões em rede na sociedade, caracteriza o que então se tem denominado como cultura digital.

Dentre diferentes concepções, se por cultura pode-se compreender “teias de significados que o animal humano teceu; um algoritmo etnográfico” (Geertz, 2008, p. 8; 10), por cultura digital se faz possível perceber, conjuntamente com Manuel Castells (2008), quando reflete sobre criatividade e inovação, tratar-se de uma cultura que se caracteriza, em princípio, pela globalização e pela digitalização. Quer seja, pela criatividade e inovação potencializadas pelo recurso técnico da digitalização que implicou no conseqüente aumento do compartilhamento de arquivos digitais, maior manipulação de signos culturais e inevitável ampliação da diversidade cultural

⁸⁰ Uma das possibilidades de análise dos paradigmas contemporâneos, e que também se apresenta relacionada com a evolução de técnicas e ao desenvolvimento de tecnologias, é o estudo histórico dos meios de comunicação e das diferentes mídias que influenciaram e se desenrolaram em sincronia com cenários e contextos de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Partindo deste entendimento, enfatizando o uso e o conceito de mídia, esclarecem os historiadores Asa Briggs e Peter Burke na obra *Uma história Social da Mídia* (2004), que foi tão somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de “mídia” e que, após uma geração, já nos anos de 1950, é que passaram a mencionar uma “revolução da comunicação” (Briggs, Burke, 2004).

⁸¹ Pode-se entender Telemática como o conjunto de tecnologias da informação e da comunicação resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas, etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes). Essa união das referidas áreas possibilitou o processamento de grandes quantidades de dados, em curto espaço de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do planeta (Vargas, 2013).

conduzida, em boa medida, pela formação de novos espaços de ambiência social e cultural como o ciberespaço, o “lugar” onde se efetiva a forma técnica da cultura contemporânea, da cultura digital ou da cibercultura: espaços “reais” de efetivação cultural no qual, segundo analisa o sociólogo André Lemos:

[...] uma verdadeira estética do social cresce sob nossos olhos, alimentada pelas tecnologias do ciberespaço ou apresenta-se como o resultado da convergência entre a sociabilidade contemporânea e as novas tecnologias de base microeletrônica [grifos nossos] (Lemos, 2004, p.15).

No entanto, muito mais do que espaço de tecnologias, cibercultura também é ambiente para a “existência” de entidades e identidades múltiplas, critérios ou sentimentos de pertencimento motivados, em sua maioria, por interesses comuns que concorrem para a formação de grupos definidos como as comunidades virtuais e as “novas” tribos culturais, em suas versões *off* e *online*, “que estipulam seus rituais de iniciação, por meio dos quais o indivíduo passa a ter pertencimento a uma nova comunidade, assumindo posturas e comportamentos relacionados àquela tribo” (Souza; Costa, 2005, p. 109).

Espaço público virtual e antropológico, por onde transitam símbolos e signos culturais, como textos, música, imagens, informações, contatos, conexões, linguagens de softwares e artefatos tecnológicos que estimulam debates infinitos e abordagens interdisciplinares acerca das inumeráveis atividades práticas e culturais em uma sociedade que, influenciada tanto pelo “poder” da técnica quanto pela revolução das tecnologias e ubiquidade das mídias, dentre as várias denominações que já lhe foram auferidas, vem muito a calhar o epíteto de “sociedade do espetáculo”, segundo a terminologia do escritor francês Guy Debord (1931-1994) ⁸².

Sociedade do espetáculo ou da informação em que, inumeráveis manifestações culturais ou eventos rituais, realizados em versões síncronas ou assíncronas, disponíveis e acessíveis em redes de computadores, independente de espaços ou identidades previamente definidas, tanto para incitar e celebrar ingresso, quanto para reforçar pertencimento a determinados

⁸² DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. Buhet-Chastel, 1967.

grupos, comunidades ou tribos, observa-se a realização de eventos com os mais variados motivos ou fins, se culturais ou políticos, comerciais ou de incitação ao consumo como, por exemplo, os “espetáculos esportivos, shows musicais, eventos religiosos ou as manifestações trágicas dos suicídios coletivos” (Souza; Costa, 2005, p. 109). Um leque de atividades socioculturais que se inscrevem, incondicionalmente, à revelia do tempo, dos paradigmas sociais, das relações políticas, transações comerciais e econômicas entre nações, em bancos de dados espalhados mundo a fora.

Assim, se torna possível perceber que em compasso com o progresso e ampliação das esferas de expressão ou de arenas públicas de comunicação que viabilizam novas condições tribais e etnográficas, apropriação de símbolos, ou processos novos de inserção, agregação e de interação social na cultura contemporânea ou na cibercultura, as pessoas (indivíduos, usuários ou cibernautas) acompanhando o progresso das tecnologias de mídia avultam os espaços culturais adquirindo, enriquecendo, (re)significando ou problematizando modelos, formas e signos da cultura, tanto erudita quanto popular. Nas palavras de Pierre Lévy:

Acompanhando o progresso das mídias, os espaços culturais multiplicaram-se e enriqueceram-se: novas formas artísticas, divinas, técnicas, revoluções industriais, revoluções políticas. [...] Os signos da cultura, textos, música, imagens, mundos virtuais, simulações, softwares, moedas, atingem o último estágio da digitalização. Eles tornam-se ubiqüitários na rede - no momento que eles estão em algum lugar, eles estão em toda parte - e interconectando-se em um único tecido multicor, fractal, volátil, inflacionista, que é, de toda forma, o metatexto englobante da cultura humana. Os signos são adquiridos, por intermédio do software, dessa escrita tornada viva; uma potência da ação autônoma de um ambiente numérico que lhe é próprio. [...] A vida em sua completude eleva-se em direção ao virtual, ao infinito [...] (Lévy, 2004, p.11-12).

Ou seja, eleva-se em uma cultura das técnicas e das tecnologias imaginadas que tem como base de construção linguagens de máquina, algoritmos, protocolos e códigos de comunicação. Um arsenal de signos e símbolos que sinalizam para a padronização das relações sociais e do comportamento humano, em termos individuais e coletivos, globais ou transnacionais. Em um processo de mediatização da cultura que reflete a intensidade e a importância que novas tecnologias e recursos de mídia

adquirem na condução dos processos de mudança e transformação social ou das sociedades, na *criação de novas realidades*, bem como, nas muitas formas de produção, circulação, distribuição e aquisição cultural. Uma midiaticização contemporânea da vida, da sociedade, da cultura e da política que tem a Internet como um dos seus principais ícones na recente sociedade de redes e de mídias.

CAPÍTULO III

Arenas públicas em rede

Para além das instabilidades herdadas dos diferentes conflitos que a precederam, a década de 1990, além de testemunhar o fim da Guerra Fria, também será palco para novas discussões e visões acerca da construção do conhecimento que busca, não somente registrar a passagem dos tempos, como também resgatar e compreender as ações dos seres humanos, tanto no tempo quanto no espaço, mesmo que se tenham decretado crise na disciplina e, conseqüentemente, mas um fim para a História.

Sobre tal conjuntura de crise, o historiador Roger Chartier (1994), em artigo publicado sob o título “A história hoje”, inicia suas reflexões pontuando que “tempo de incerteza”, “*epistemological crisis*” e “*tournant critique*” eram os termos que diagnosticavam e inquietavam os últimos anos a escrita da história, e que duas declarações iniciaram uma “ampla reflexão coletiva”, sobre as quais discorrerá que:

De um lado, aquela estampada no editorial do número de março-abril de 1988 da revista *Annales*, que dizia: “Hoje, parece ter chegado o tempo das incertezas. A reclassificação das disciplinas transforma a paisagem científica, questiona as primazias estabelecidas, afeta as vias tradicionais pelas quais circulava a inovação. Os paradigmas dominantes, que se ia buscar nos marxismos ou nos estruturalismos, assim como no uso confiante da quantificação, perdem sua capacidade estruturadora [...]. A história, que havia baseado boa parte de seu dinamismo em uma ambição federativa, não é poupada por essa crise das ciências sociais”. A segunda declaração, inteiramente diferente em suas razões, mas semelhante em suas conclusões, foi feita em 1989 por David Harlan em um artigo da *American Historical Review* que suscitou uma discussão que se prolonga até hoje: “A volta da literatura mergulhou os estudos históricos numa extensa crise epistemológica. Questionou nossa crença num passado fixo e determinável, comprometeu a possibilidade da representação histórica e minou nossa capacidade de nos localizarmos no tempo” (Chartier, 100-101, 1994).

Isto posto, e indagando-se sobre o significado de tais diagnósticos, por ele considerados um tanto “paradoxais”, haja vista julgar que o movimento editorial à época mostrava-se com “vitalidade invejável” e “inventividade

renovada” manifesta, segundo salienta, “na continuidade das grandes obras coletivas, no lançamento de coleções europeias, no aumento do número de traduções, no eco intelectual de algumas obras importantes”, presumindo que os referidos diagnósticos:

[...] denotam, creio, essa grande mutação que representa para a história o desaparecimento dos modelos de compreensão, dos princípios de inteligibilidade que foram de modo geral aceitos pelos historiadores (ou ao menos pela maior parte deles) a partir dos anos 60 (Chartier, 1994, p. 101).

Ao caracterizar tal mutação, faz recordar que a história dominante, restrita a dois projetos pautava-se, em um primeiro momento, no paradigma estruturalista pelo qual se buscava identificar as estruturas e as relações que “comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso, independente das percepções e intenções dos indivíduos”, ocasionado a assertiva de haver “uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores”. Em um segundo momento, ou “exigência”, postulava-se que:

[...] submeter a história aos procedimentos do número e da série ou, melhor dizendo, inscrevê-la num paradigma do conhecimento que Carlo Ginzburg, em artigo célebre, designou como "*galileano*". Tratava-se aí de, graças à quantificação dos fenômenos, à construção de séries e aos procedimentos estatísticos, formular rigorosamente as relações estruturais que eram o objeto próprio da história. Deslocando a fórmula de Galileu em *Il Saggiatore*, o historiador supunha que o mundo social "é escrito em linguagem matemática" e dedicava-se a estabelecer suas leis (Chartier, 1994, p. 101).

Para este historiador, não foram insignificantes os efeitos dessa revolução, por ele consideradas de natureza “estruturalista e ‘galileana’”, ao tempo em que também irá ponderar que foi em decorrência da mesma que a disciplina pode apartar-se de “uma simples cartografia das particularidades ou de um simples inventário, jamais concluído, aliás, de casos ou fatos singulares” podendo, desse modo, recuperar “a ambição que havia fundado no início do século XX a ciência social, especialmente na sua versão sociológica e *durkheimiana*”. Ou seja: “identificar estruturas e regularidades e, portanto,

formular relações gerais”. Sobre tal julgamento, ainda irá argumentar e destacar que:

Ao mesmo tempo, a história se libertava da "*bien maigre idée du réel*" (ideia muito pobre da realidade) - expressão de Michel Foucault - que a havia durante muito tempo habitado, uma vez que ele considerava que os sistemas de relações que organizam o mundo social são tão "reais" quanto os dados materiais, físicos, corporais, percebidos na imediatez da experiência sensível. Essa "nova história" estava portanto fortemente ancorada, para além da diversidade dos objetos, dos territórios e dos costumes, nos mesmos princípios que sustentavam as ambições e as conquistas das outras ciências sociais. Nos últimos dez anos, foram essas certezas, longa e amplamente partilhadas, que foram abaladas. De um lado sensível a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí, resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares (Chartier, 1994, p. 101-102).

Nesses entremeios, dentre outros estudos, o pensamento do teórico social francês Michel Foucault sobre a escrita da história, é retomado pelo filósofo e seu *compatriote* Gilles Deleuze (1925-1995). Nesta perspectiva, a historiadora e professora Renata Garraffoni (2008), buscando discutir a historiografia moderna e diferentes formas de entendimento das arenas romanas e modelos menos excludentes para o estudo dos gladiadores romanos, irá resgatar que:

Em uma entrevista logo após a morte de Michel Foucault, Deleuze (1990) aponta, de maneira sintética, os principais vieses do seu pensamento. Entre as várias considerações que tece, Deleuze menciona o fato de que o pensamento de Foucault seguia vivo, sendo cada vez mais apreciado devido a sua lógica inovadora e profundamente crítica das formas de construir o pensamento ocidental. Para Deleuze, a História faz parte do método de análise empregado por Foucault e sua abordagem rompe com as percepções do século XIX sobre Ciência, questiona o lugar da academia no contexto social moderno e a função do passado no presente. Uma das grandes rupturas do pensamento provocadas por Foucault estaria, segundo Deleuze, no deslocamento proposto na relação passado/presente: se a maioria dos estudiosos do século XIX entendia História como continuidade, como herança, Foucault propôs pensá-la como diferença, como possibilidade de buscar visibilidades e *devires* excluídos dos discursos até então elaborado pelos estudiosos (Garraffoni, 2008, p. 106).

Assim, como ainda discorre a historiadora, o pensamento crítico de Michel Foucault, especialmente em seu julgamento relacionado com as

grandes narrativas e utopias políticas, alcançaram diferentes áreas das ciências humanas, de tal modo que:

[...] renovaram as posições feministas, abriu espaço para as discussões pós-coloniais e as lutas para questionar discursos hegemônicos de poder. De maneira sucinta é possível pensar que suas propostas se desdobraram e forçaram aos intelectuais a refletir sobre as ferramentas conceituais que usam para analisar as diferentes estruturas sociais (Garraffoni, 2008, p. 107).

Em sua proposta de análise, baseando-se nas concepções dos historiadores britânicos Keith Jenkins (2005) e Alun Munslow (2009), quando estes consideram ser a “escrita da História permeada por relações de poder”, irá pautar-se para “explorar como tal abordagem pode ajudar a construir outras leituras acerca do passado romano em geral e dos jogos de gladiadores em específico”. Ou seja, de uma escrita “construída a partir de interesses marcados, sejam eles identitários, étnicos ou ideológicos”, e de como “o presente do estudioso interfere na construção dos modos de olhar a arena romana” (GARRAFFONI, 2008, p. 107). Em outras palavras, como as diferentes maneiras de vasculhar, estudar, descortinar olhares e narrar interferem e influenciam no resgate, reconstrução e escrita, não tão somente do passado, bem como, da história da humanidade, se real, atual e digital, privada ou pública.

Trata-se, antes de mais nada, considerar que na recente fase de organização da sociedade, cujas denominações ilustram o atual estágio valorativo da informação e franca aceleração das redes e conexões que “digitalizam” e estabelecem laços ou heranças culturais entre diferentes aspectos do passado, cujas perspectivas, no presente, se digitalizam, também legitimam novas denominações para fatores, aspectos e fenômenos se históricos, também sociais, tecnológicos e culturais.

Assim, neste capítulo nomeado **Arenas públicas em rede** pretende-se, em princípio, discutir acerca das origens teóricas e constituição do espaço, ou dos espaços públicos, visando apresentar resultado de mapeamento que exemplifique atividade em rede, manifesta e implementada por atores sociais, ou sujeitos históricos, tomando parâmetros e aspectos fundamentais que considerem identificação (origem), finalidade (objetivos ou causa), estrutura

(atores, nós e recursos técnicos) e dinamicidade (fluxos de informação e padrão de interconexões).

Do mesmo modo, busca-se considerar o ritmo das transformações impostas às diversas formas de organização social e de expressão cultural provocadas pela entrada de novas tecnologias nos mais diversos âmbitos da história e espaços de existência humana. Espaços, ou paradigmas, como os ambientes virtuais das redes sociais que têm impactado, incontestavelmente, o comportamento humano, seja na comunicação entre pares, seja no fortalecimento ou enfraquecimento de laços, seja nas ímpares possibilidades de interação e ação social, política, cultural e histórica.

Em espaços que se expressam na intencionalidade das sensações, das emoções e dos significados, compostos por um conjunto híbrido de sistemas de objetos e de ações, como pontua o professor e geógrafo brasileiro Milton Santos (1997) quando concebe que:

O sistema de objeto e suas transformações se apoiam na utilização da técnica desenvolvida durante o processo histórico do homem, em contrapartida, as ações humanas são permeadas por representações simbólicas, ou seja, intencionalidades, sobre os objetos e sobre as próprias pessoas (Santos, 1997, p. 66-67).

É, portanto, no campo das relações sociais, produção, representação ou reprodução simbólica que cabos de fibra óptica, satélites, sistemas integrados de informação e redes eletrônicas de comunicação têm progressivamente se tornado o recurso técnico de transformação das coisas e de intensa mediatização das mediações, interações, intenções e construção cultural de signos e de significados que interferem na criação de tradicionais formas de representação tanto do real, quanto do virtual.

3.1. Arenas públicas: origens, meio e fim

No mundo romano, as arenas ou anfiteatros⁸³, eram construções

⁸³ Em tese e etimologicamente, a palavra arena tem origem no latim e pode ser definida como área central e coberta de areia dos circos onde lutavam os gladiadores e feras, nos tempos romanos. Em sentido *lato*, pode ser entendida como o lugar onde se exibem os artistas circenses; um lugar de contenda ou um campo de discussão (Ferreira, 1969). Dentre outros, o Anfiteatro Flávio foi um dos maiores empreendimentos do Império Romano. Construído pela dinastia da família flaviana, entre 70 a.C e 80 d.C, sua construção teve início no reinado de

arquitetônicas usadas para jogos, espetáculos públicos e representações dramáticas, além de combates entre gladiadores.

Sobre tal mundo, o historiador brasileiro Pedro Paulo Funari (1997), quando coloca para si o desafio de escrever um texto didático⁸⁴ sobre a cidade romana, põe-se em dúvida ao considerar a enorme incumbência consubstanciada na narrativa de que ela perdurou por muitos séculos, ou seja:

[...] desde a humilde fundação da *urbs*, no século oitavo a.C., até a antiguidade tardia, cujos limites cronológicos, ainda que disputados, deveriam incluir as cidades romanas do período constantiniano, como mínimo, no início do quarto século de nossa era (Funari, 1997, p. 6).

Do mesmo modo, ou se referindo à vasta extensão territorial da cidade, se irá afirmar a existência de uma cultura urbana romana na “*pátria primigênia*”, também irá ilustrar e registrar que:

[...] sem dúvida, mas também em regiões variadíssimas, da África do Norte à Bretanha, do Danúbio a Grécia, da Ásia Menor a Mesopotâmia. Houve cidades romanas de língua latina, grega e, muitas mais, *bílingues*, cidades que alternavam o uso do latim ou do grego com vernáculos como o punico, o céltico ou o aramaico (cf. Adams, 1994). Por fim, caberia lembrar que a própria *cultura urbana* podia encontrar-se bem longe, fisicamente, das ruas da cidade, em pleno campo, pois as *uillae rusticae* podiam ter sua *pars urbana* e suas paredes exigir pinturas e, seus pisos, mosaicos com temas tipicamente citadinos, com as *uenationes* ou os *munera gladiatora*, parte dos *urbana ornamenta* da casa de fazenda, demonstrando que havia um verdadeiro *continuum* entre cidade e campo (Purcell, 1996, p.152;171) [...]. (Funari, 1997, p. 6-7).

Vespasiano, sendo finalizado no reinado de seu filho, Tito. Ficou conhecido para a posteridade como Colosseo ou Coliseu, em tradução para o português (Ramos, 2024).

⁸⁴ O professor e historiador brasileiro André Salles, ao tratar do livro didático como fonte histórica irá resgatar, em um primeiro momento, que as pesquisas acadêmicas desenvolvidas na década de 1970 favoreciam temáticas socioeconômicas, em detrimento de temáticas pertinentes à História Cultural. Isto em certa medida, segundo alega, se devia às poucas traduções para o português das pesquisas desenvolvidas sob a concepção da História Cultural, especialmente na Europa. Assim, observa que ainda no século XX, o movimento dos Anales concorreu, tanto para ampliar as temáticas tratadas pelo historiador, quanto favoreceu o conceito de fonte histórica, em princípio incentivados por questões novas. Disto, resultou que os historiadores tenderam a renovar as indagações postas aos registros históricos redefinindo, de certo modo, os afazeres da história. Portanto, sob a influência da História Cultural, o livro didático tanto se tornou objeto de análise, quanto às leituras nele praticadas. Outrossim, irá observar que na atualidade, especificamente na academia, se tornou banal retratar o livro didático como um instrumento educacional de extrema complexidade, haja visto que, enquanto um produto cultural elaborado em uma ocasião, ou época específica, apresente características inesquecíveis do período histórico que retrata (Salles, 2010).

Assim, e além de observar que a temática da urbanidade romana tem sido debatida profusamente por estudiosos de diferentes áreas para além de historiadores, arqueólogos, arquitetos, filólogos, literatos, epigrafistas⁸⁵, dentre outros, propõe tomar como estudo inicial a cidade de Pompeia por ser esta, devido à profusão de evidências arqueológicas materiais (casas, decorações e inscrições parietais⁸⁶) ter originado, há mais de dois séculos, inumeráveis ponderações acerca da vida urbana na Itália antiga (Funari, 1997).

Sob tal contexto histórico e arqueológico, tratando da relação existente entre civilização e barbarismo no antigo mundo greco-romano, irá destacar tanto a construção quanto a existência de arenas nas antigas civilizações, resgatando os estudos do historiador germano-britânico Thomas Wiedemann (1995), quando este identifica civilização e *romanita*⁸⁷, concluindo que neste cenário “a arena não servia apenas como lugar e momento de integração da sociedade romana, separava o romano do não romano de múltiplas maneiras”, destacando que:

A arena era o lugar onde a civilização confrontava a natureza, na forma de feras que representavam um perigo para a humanidade; e onde a justiça social confrontava a má ação, na forma de criminosos, ali executados; e onde o império romano confrontava seus inimigos, na pessoa dos cativos prisioneiros de guerra, mortos ou forçados a combaterem, entre si, até a morte" (Wiedemann, 1995, p. 46 *apud* Funari, 1997, p. 13).

Em também se tratando de antigas civilizações, a pesquisadora Ana Tavares (2023), PhD em Direito, buscando ressaltar “as fontes romanas na concepção de espaço público em Hannah Arendt e a sua validade no mundo moderno”, irá observar que na configuração do espaço público romano, segundo a filósofa, “se projetavam, nitidamente, elementos do espaço privado”, ressaltando-se que:

[...] se a vida em comunidade privada decorria da necessidade, a vida na *civitas*, no espaço público, era uma exigência da liberdade. Se no privado as relações se davam em planos desiguais, no público

⁸⁵ Pessoa que se dedica à epigrafia, ou seja, ao estudo das inscrições antigas.

⁸⁶ No estudo das artes romanas, artes parietais são pinturas e grafites cujos suportes eram paredes, os muros e os tetos (Funari, 1997).

⁸⁷ O termo, de origem latina, se refere ao “conjunto de valores, cultura e hábitos dos romanos” (Funari, 1997).

visava-se à igualdade. Os três elementos que, de plano, se destacam na análise de Hannah Arendt sobre as virtudes da civilização romana retratadas na noção de espaço público são: o caráter sagrado da fundação, a autoridade e a tradição (Tavares, 2023, p. 232).

Tomando, portanto, como tarefa dissertar sobre as respectivas virtudes, a pesquisadora resgata que Hannah Arendt, ao tratar sobre o caráter sagrado da fundação de Roma, na qual destaca o termo *religião* que significa *re-ligare*, ou seja, “ser ligado ao passado, obrigado com o enorme, quase sobre-humano e, por conseguinte o sempre lendário esforço de lançar as fundações, de erigir a pedra angular, de fundar para a eternidade” (Tavares, 2023, p. 232). Portanto, ou conseqüentemente, “no âmago da política romana (...) encontrava-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras”. Do mesmo modo, sobre autoridade e tradição, Arendt também irá retratar que os anciões, o Senado, ou os *patres*⁸⁸ eram os dotados de autoridade, obtida por descendência ou transmissão (tradição), sendo estes considerados responsáveis pela “fundação de todas as coisas futuras; os antepassados chamados pelos romanos de *maiores*” (Tavares, 2023, p. 232-233). Sob tais princípios, ainda observa que, segundo a filósofa alemã:

“A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade do que o poder e a força dos vivos.” (...) “Ao contrário do nosso conceito de crescimento, em que se cresce para o futuro, para os romanos o crescimento dirigia-se no sentido do passado (...)”. É precisamente no reconhecimento da grandeza dos antepassados que a autoridade reveste-se de uma natureza educativa, e a seguinte reflexão de Hannah Arendt visa ao mundo contemporâneo: “politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional se se admite, com os romanos, que, sob todas as circunstâncias, os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente, que eles são os maiores, por definição.” E onde se encontra a autoridade para os romanos? Salienta Hannah Arendt que se o poder está no povo, a *auctoritas*, oriunda de *augere*, de *auspicius*, e que é o aumento do passado, reside no Senado, na forma cristalizada do adágio *cum potestas in populo auctoritas in senatu sit* (Tavares, 2023, p. 234).

Assim, e ainda discorrendo sobre a concepção de espaço público na obra de Hannah Arendt, a pesquisadora também irá destacar, quando aborda a

⁸⁸ Eram os cidadãos que constituíam a aristocracia da Roma Antiga, a elite da sociedade (Tavares, 2023).

concepção do espaço público *agonístico* que, tal concepção não é romana e sim de origem grega, correspondendo ao “local de desempenho e de exibição das qualidades do cidadão”. Do mesmo modo, quando trata do “espaço público como condicionador de comportamentos”, ressalta que:

Referindo-se à natureza pragmática dos romanos, Arendt relembra a transformação da herança grega, no campo da filosofia, e a destinação utilitária dada pelos romanos àquela herança. Desta forma, a filosofia passa a ser valorizada na medida em que é uma “arte de viver” e não uma teoria inaplicável. No seu entender, foram sobretudo Lucrecio e Cícero que transformaram a filosofia grega em algo essencialmente romano – o que significou, entre outras coisas, algo essencialmente prático (Tavares, 2023, p. 235).

Para além das antigas civilizações, nos estudos que buscam resgatar maior entendimento do espaço social ou espaços públicos contemporâneos, o sociólogo francês Daniel Cefaï (2017) faz lembrar que a iniciativa de recolocar o conceito de público na agenda foi responsabilidade do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, em obra que trata das “transformações do princípio de publicidade⁸⁹”, antes mesmo que se produzissem incontáveis pesquisas sobre o “espaço público e sobre a opinião pública”. No entanto, tomando como referência o sociólogo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), irá observar que, aparentemente, a questão do público toma um novo impulso nos Estados Unidos, sendo que as reflexões em torno do que se designa “pragmatismo” obteve maior repercussão nas “ciências sociais e políticas”; enquanto que na França, em decorrência da predileção de um pequeno coletivo de sociólogos para “questões de sociologia dos problemas públicos, e em especial pelo conceito de ‘público’ de John Dewey, data dos anos de 1990. Assim, o conceito de arena pública, começou a ser elaborado no final dos anos 1990” (Cefaï, 2017, p. 187). Sobre tal contexto e prerrogativas, complementa e considera que:

O que estava em jogo era, de um lado, reconectar o estudo dos problemas sociais com a história da filosofia pragmatista e da sociologia de Chicago, mostrando sua importância para uma pesquisa sobre a democracia; de outro, diferenciar-se dos enfoques

⁸⁹ Sua tradução em inglês e os vários comentários que se seguiram lançaram a carreira do conceito de “esfera pública”, acompanharam a renovação da reflexão sobre a sociedade civil, fecundaram um conceito de *contrapúblico* “marginal” ou “subalterno” (Cefaï, 2017, p. 187).

em termos de esfera pública no sentido de Jürgen Habermas, mas também de mercado e de campo, retrabalhando a noção de “público” a partir de John Dewey, Robert E. Park e George H. Mead. Pouco a pouco, foi uma ecologia da experiência e da ação pública que se desenhou, como fundamento de uma democracia centrada na definição e na resolução de problemas públicos. Uma perspectiva pragmatista em contraponto às pesquisas realizadas em ciência política sobre a mudança institucional, o aprendizado evolutivo, a inclusão na agenda e a fábrica das políticas públicas (Ansell, 2011 *apud* Cefaï, 2017, p. 188).

No retrabalho da noção de público, transformações sociais e mudanças culturais, especialmente daquelas decorrentes da evolução ou revolução tecnológica em decorrência do desenvolvimento, implementação e disseminação das redes de comunicação e informação, reunidas sob a denominação de sociais e de natureza digitais que, se tem e vem (inter)conectando tudo e todos indistintamente e provocando mudanças nos moldes da comunicação humana, nas formas e meios de aquisição de informações, também implicaram significativas alterações sobre a formação e concepção de espaço público. Nesta perspectiva Castells (2005), em obra coletiva organizada conjuntamente com o pesquisador e professor português Gustavo Cardoso, resultante de conferência promovida pela presidência da República Portuguesa se, em princípio destaca que a existência do espaço público se faz imprescindível tanto para as cidades quanto para a sociedade, ainda se põe em observar que será interagindo com seu ambiente natural e social que os seres humanos irão criar significado, ao se conectarem com suas redes naturais e com as redes sociais. Assim, e considerando a existência de uma grande mudança na sociabilidade que avalia não ser decorrente da Internet ou das novas tecnologias de comunicação, mas uma mudança específica sustentada pela lógica inerente às redes de comunicação, argumenta que:

Uma característica central da sociedade em rede é a transformação da área da comunicação, incluindo os media. A comunicação constitui o espaço público, ou seja, o espaço cognitivo em que as mentes das pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista através do processamento de sinais da sociedade no seu conjunto. Por outras palavras, enquanto a comunicação interpessoal é uma relação privada, formada pelos actores da interacção, os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores colectivos de informação,

mesmo quando a informação final é processada por cada indivíduo de acordo com as suas próprias características pessoais. É por isso que a estrutura e a dinâmica da comunicação social é essencial na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política (Castells, 2005, p. 22).

Sobre tal lógica, em obra coletiva realizada em parceria com docentes e discentes pós-graduados, o professor e pesquisador brasileiro Alessandro Filla Rosanelli (2019), procurando “compreender a riqueza e a complexidade da pesquisa sobre os fenômenos que emanam do espaço público”, como também reconhecendo que a discussão sobre o tema “nunca esteve tão em voga”, bem como, observando haver inerente complexidade de entendimento da temática, sobre a qual debruçam-se vários estudiosos que levantam diferentes questões, pontua que, dentre as inúmeras tentativas de delinear tal conceito, “a mais frutífera talvez seja a que identifica duas dimensões constitutivas para o espaço público: a material e a imaterial” (ROSANELLI, 2019, p. 8).

Assim, e para além de outras indagações que privilegiam díspares cenários, põe-se em questionar se as “conexões virtuais se conformam como espaço público”. Portanto, e mediante tal questão, tomando como referência os estudos do filósofo político e social espanhol Daniel Innerarity (2010) dirá, em nota introdutória, que:

Os meios de comunicação constituem uma verdadeira mediação universal, fornecem a matéria da nossa realidade. [...] uma pessoa não pode se orientar no espaço público sem aquele saber que obtém por meio da comunicação (Innerarity, 2010, p. 89-90 *apud* Rosanelli; Moraes, 2019, p. 309).

Sobre tal realidade mediada, tende ainda em observar e avaliar que, gradualmente, a midiatização da sociedade originou uma “ambência cultural cujos efeitos reconfiguram a percepção dos indivíduos e suas representações em relação ao tempo e ao espaço vivido – face a face ou na esfera mediada”, tendo em vista que “o contato com o outro e com os lugares envolvem diferentes graus de proximidade, tem-se uma variedade de situações relacionais renovadoras, articuladas numa dinâmica móvel e flexível, que dá forma ao que o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2003) teria definido como territórios-rede”. No que tange a tais territórios-redes, tomando das reflexões da socióloga italiana Milly Buonanno (2004), irá avaliar que “isso só é

possível e favorável – evidentemente além dos movimentos físicos no espaço geográfico – pelas viagens indiretas e pelas práticas simbólicas e imaginárias de movimentos percebidos pela difusão das mídias” (Haesbaert, 2003; Buonanno, 2004, p. 335 *apud* Rosanelli; Moraes, 2019, p. 309).

Em se tratando de redes, o geógrafo, sociólogo e pesquisador alemão Christian Schmid (2012), ao discorrer sobre a teoria da produção do espaço do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1970) dirá, em um primeiro momento que a chave, ou senha, de acesso para sua teoria é a “compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados”, denominados pelo próprio Lefebvre de “formantes ou momentos da produção do espaço”. Sobre tal entendimento, complementa:

Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”. Por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Esta série paralela aponta para uma abordagem dupla do espaço: uma fenomenológica e outra lingüística ou semiótica (Schmid, 2012, p. 91).

Acerca de tais dimensões, o autor também ajuíza que elas existem em “estado de incerteza” na obra de Lefebvre registrando que, se inicialmente ele as introduz como aproximações, ao longo de suas incursões teóricas, também “explora seus intervalos de validade e as modifica”. Deste modo, registra que houvera uma “confusão quase total de opiniões acerca de tais dimensões quando na recepção da teoria”, tendo a discussão em seu entorno alcançado todos os seus princípios ou dimensões, quer sejam: “seu status, sua construção interna e suas interconexões”. Nestes termos, completa:

Meras referências a passagens de seus textos para definir essas dimensões, porém, são insuficientes. O significado das três dimensões se torna claro somente no contexto geral da teoria e pode ser reconstruído somente a partir de toda a obra de Lefebvre. Para entendê-las, há de se começar pela dialética (Schmid, 2012, p. 91).

Isto posto, a partir de tal princípio, irá observar que “a aplicação deste esquema ao espaço pareceria agora inteiramente óbvia”, ou seja, de que a aplicação do esquema denominado “Linguagem e Espaço” ampara-se no

postulado de Lefebvre, quando este insistentemente pondera que “a atividade no espaço estabelece um sistema que corresponde ao sistema de palavras até certo ponto”. Portanto, dentre os postulados da produção do espaço irá destacar e relacionar o esquema da Prática Espacial com a formação de redes no seio da sociedade, destacando que:

[...] este conceito designa a dimensão material da atividade e interação sociais. A classificação espacial significa focar no aspecto da simultaneidade das atividades. A prática espacial, em analogia com a dimensão sintagmática da linguagem, denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades. Em termos concretos, poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca) [...] (Schmid, 2012, p. 97).

Em tratando-se de mídias ou de tecnologias André Lemos, em parceria com Pierry Lévy, e em obra que aborda o futuro da internet (2010), ao discorrerem sobre um novo espaço público, em retrospectiva histórica farão lembrar que:

A filosofia, assim como o conhecimento científico de vocação universal - a geometria demonstrativa, por exemplo - são igualmente ligados à comunicação alfabética. Esses saberes universais pretendem-se independentes de toda tradição cultural particular. [...] A retórica, a arte da comunicação e a base da educação "liberal", floresce nessas redes de cidades comerciantes que foram as brilhantes civilizações urbanas gregas, helenistas, romanas e mulçumanas. É o espírito e a memória desses impérios alfabéticos que a Europa redescobrirá no renascimento. Tornando os textos, os dados numéricos, os desenhos e as cartas disponíveis e mais precisos, a imprensa cria as condições para a revolução da ciência experimental realizada pela Europa moderna. Ela desempenha igualmente um papel capital na constituição das repúblicas das letras da Europa renascentista e clássica, estruturada pela academia e pelas primeiras revistas científicas. Essa elite intelectual constitui a primeira "comunidade virtual" desterritorializada funcionando em tempo quase real. A nova disponibilidade de livros e a aparição da imprensa estabelece a condição para uma imensa abertura dos espíritos. Graças a esse novo meio de comunicação, os europeus foram expostos a uma variedade sem precedentes de informação, ideias e imagens (Lemos, 2010, p. 57-58).

Outrossim, o autor irá resgatar que foi tão somente no século XX que se constituiu um novo espaço de circulação da palavra pública concebido pelos

*mass media*⁹⁰ audiovisuais de massa, se instituindo como um “*mediaspace*”: o “lugar de produção posterior de simulacro de espetacularização da sociedade, segundo Guy Debord (1967)”. Sob tais indícios, arremata que:

O controle da emissão (função social do jornalismo na definição daquilo que é de interesse público) é fundamental para a emergência da noção moderna de cidadania. Da mesma forma, o enfraquecimento dos lugares (ruas, praças, cafés) em prol do espaço midiático cria processos de privatização do espaço público e de crescente publicização midiaticizada do espaço privado (Lemos, 2010, p. 59).

Entretanto, como também retoma que as novas tecnologias de comunicação, a exemplo da microinformática e redes telemáticas, irão expandir esse *mediaspace*, ou espaço de mídias, ainda debate e discorre que será inclusive em meados do século XX que o supracitado espaço midiático se expandirá. Porém, inclina-se em avaliar que distintamente dos *mass media*, “as funções pós-massivas irão criar novas ferramentas de conversação e de disseminação da opinião pública ampliando a própria ideia de esfera pública⁹¹”. Sobre tal contexto mediado por mídias, contempla que:

Assim, com a expansão da televisão, do rádio e dos meios impressos e com a convergência da informática-telecomunicação, o surgimento de redes telemáticas planetárias e paulatina liberação do polo da emissão, criam-se novas condições para a emergência de uma cidadania planetária em uma nova esfera pública mundial (Lemos, 2010, p. 59-60).

Em uma tal cidadania que, disposta em uma nova esfera ou em arenas públicas virtuais, interliga e entrecruza diferentes realidades, estruturas sociais, espaços ou esferas de discussão e debates sobre questões de interesse público nacional, internacional ou transnacional de forma mais interativa, sincronizada, operacionalizada e desimpedida de maiores entraves para atualizados entendimentos ou possibilidades de democracia.

⁹⁰ Os meios de comunicação de massa (rádio, jornal, televisão, e etc.).

⁹¹ Espaço de discussão e debate sobre questões de interesse público.

3.2 Estruturas sociais e Análise de Redes

Em história, conceitos básicos como transição, revolução, representação e estrutura podem colaborar na análise e compreensão de diferentes e distintas realidades. Por estrutura, de modo geral, se entende tratar-se da forma pela qual se articulam partes de um todo, desde as estruturas mais elementares, quanto as mais complexas, revolucionárias, sociais ou de longa duração.

Dentre diferentes concepções e distintos estudiosos, se faz possível destacar as estruturas elementares do parentesco perscrutadas pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), quando este altera todo o entendimento que identifica a família como uma unidade biológica, inserindo as questões e discussões relativos à temática no âmbito da cultura. Nestes termos, o vocábulo “estrutura” em seus argumentos se refere a uma ferramenta essencial ou um paradigma subentendido na compreensão da diversidade cultural e dos sistemas de pensamento presentes nas sociedades humanas; um padrão subjacente que organiza e dá significado às práticas sociais, crenças e mitos de uma determinada cultura (Lévi-Strauss, 1982).

Em contraponto, o antropólogo britânico Radcliffe-Brown (1940) instigado em esclarecer os “afazeres” da Antropologia Social e ocupando-se em investigar as formas de associação entre organismos sociais, tende a esclarecer que, se a Antropologia se incumbe de seres humanos, na Antropologia Social, entendida segundo sua definição, ou seja, como o “estudo da sociedade”, o que há de se “investigar são as formas de associação que se encontram entre seres humanos”. Sob tais preceitos, busca justificar que se utiliza do termo “‘estrutura social’ para denotar essa rede de relações realmente existente”. Sob tais princípios, complementa:

É isto que considero como minha tarefa estudar, se estou trabalhando, não como etnólogo ou psicólogo, mas como antropólogo social. Não quero dizer que o estudo da estrutura social seja toda a Antropologia Social, mas sim que a considero como sendo, num sentido muito importante, a parte mais fundamental da ciência (Radcliffe-Brown, 1940, p.3).

Em vista disso, e considerando que as estruturas sociais são tão reais, quanto os organismos vivos dos fenômenos naturais ainda, ou também, irá considerar que:

Os fenômenos fisiológicos e psicológicos que observamos na vida dos organismos não são simplesmente o resultado da natureza das moléculas ou átomos de que o organismo é construído, mas são o resultado da estrutura em que estes se unem. Assim também, os fenômenos sociais que observamos em qualquer sociedade humana não são o resultado imediato da natureza dos seres humanos individuais, mas são o resultado da estrutura social pela qual eles estão unidos (Radcliffe-Brown, 1940, p.4).

Contudo, e para além de outras definições e sentidos que se imprima ao termo, o historiador Fernand Braudel discutindo a longa duração, faz entender que, se por um lado, os observadores do social associam o vocábulo a “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais” por outro:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (envoltórios no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pense-se na dificuldade de quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo certas sujeições espirituais: os quadros mentais são também prisões de longa duração (Braudel, 1965, p. 268).

Sendo assim, é no contexto da longa duração, ou no “existir” de estruturas, que a Análise de Redes Sociais, ou ARS, pode ser aplicada para analisar diferentes tendências, mudanças ou perspectivas: se históricas, também sociais, culturais, políticas, econômicas, dentre outras que tiveram ou possam ter suas origens ao longo ou com o passar dos tempos.

Entendida enquanto uma abordagem, ou uma metodologia, em princípio trata-se de um conjunto de “técnicas utilizadas para estudar a troca de recursos entre atores (ou seja, indivíduos, grupos ou organizações). Um desses recursos é a informação”, como esclarece a pesquisadora, biblioteconomista e cientista da informação norte-americana Caroline Haythornthwite (1996,

tradução eletrônica). Sob tais princípios, ainda discorre e se delonga em esclarecer que:

Padrões regulares de troca de informações se revelam como redes sociais, com os atores como nós na rede e os relacionamentos de troca de informações como conectores entre os nós. Assim como as estradas estruturam o fluxo de recursos entre cidades, os relacionamentos de troca de informações estruturam o fluxo de informações entre os atores. A análise de redes sociais avalia as oportunidades de informação para indivíduos ou grupos de indivíduos em termos de exposição e controle da informação. Ao conhecer as rotas de troca de informações existentes, os provedores de informação podem agir sobre as oportunidades de informação e fazer mudanças nas rotas de informação para melhorar a prestação de serviços de informação (Haythornthwite, 1996, p. 323, tradução eletrônica).

Assim, ou enquanto um conjunto de técnicas para o estudo da troca de informações, tomando como base os estudos de demais pesquisadores⁹², a cientista também busca elucidar que a “análise de redes sociais concentra-se em padrões de relacionamentos entre atores examinando a disponibilidade e a troca de recursos entre esses atores”, enquanto que:

Os recursos trocados podem ser de vários tipos, incluindo tangíveis, como bens, serviços ou dinheiro, ou intangíveis, como informação, apoio ou influência social. Cada relacionamento se refere a um tipo específico de troca de recursos. Os atores que trocam esses recursos podem ser indivíduos, mas também podem ser organizações ou instituições, como bibliotecas vinculadas em uma rede de empréstimo entre bibliotecas, ou conceitos como assuntos vinculados em um documento de hipertexto (Haythornthwite, 1996, p. 323, tradução eletrônica).

Da mesma forma, ao discorrer que as estruturas de rede podem ser descritas de forma gráfica e matricial as relaciona, ou as compara, com as “redes físicas formadas pelas estradas que estruturam o fluxo de recursos entre cidades”, bem como, com os “relacionamentos que estruturam o fluxo de recursos em ambiente social”. Sobre tais “cenários”, ilustra essas estruturas observando que “vistas de cima, as estradas aparecem como redes de caminhos entre cidades e vilas; as relações sociais aparecem como redes de

⁹² SCOTT, J. Análise de redes sociais: um manual. Sage Publications, Inc., 1991; Wasserman & Faust. Análise de Redes Sociais: Métodos e Aplicações. Nova York, EUA, Cambridge University Press, 1994; WELLMAN & BERKOWITZ, Estruturas sociais: uma abordagem de rede. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

rotas de recursos entre atores principais e secundários da rede”. De tais pressupostos, disserta e argumenta que:

O conceito de estrutura é uma característica familiar em modelos de sociedade. Existem estruturas hierárquicas que descrevem aqueles em autoridade e aqueles sobre os quais exercem autoridade, estruturas de parentesco que descrevem relações parentais e entre irmãos, estruturas organizacionais que descrevem cadeias formais de comando e estruturas informais de troca de informações, estruturas interorganizacionais que vinculam fornecedores a clientes ou prestadores de serviços a clientes, e estruturas sociais como idade, gênero e classe socioeconômica (Haythornthwite, 1996, p. 324, tradução eletrônica).

Nestes termos, ou sobre tal conceito ainda irá discorrer e caracterizar que a análise de redes sociais busca:

[...] derivar a estrutura social empiricamente, com base em relações observadas entre atores, em vez de classificações a priori. Na abordagem típica, no trabalho, os atores são classificados por similaridade de títulos, ocasião, papéis, idade ou associação a organizações, por exemplo, gerentes, médicos, professores, alunos, idosos, pais de crianças em idade escolar, frequentadores de bibliotecas ou membros de grupos ambientais (Haythornthwite, 1996, p. 324, tradução eletrônica).

Para além de tais conceitos e pressupostos, o filósofo e sociólogo colombiano Silvio Higgins (2018), do mesmo modo discutindo o tema da análise de redes sociais, faz lembrar os estudos do também sociólogo norte americano Mark Granovetter (1985), quando este retoma a antiga questão filosófica da “estrutura e da ação que durante décadas ocupou a mente dos mais brilhantes cientistas sociais⁹³” (Higgins, 2018, p. 27).

Sob tais pressupostos, irá resgatar os estudos dos sociólogos americanos Harisson White, Scott Boorman e Ronald Breiger, quando estes ao desenvolverem métodos sociométricos, na década de 1970, marcaram uma “evolução em relação à clássica técnica do sociograma⁹⁴ desenvolvida por Jacob Moreno (1953)”, e quando então a área de estudos passou a ser denominada como análise de redes sociais ou Social Network Analysis. Após tal resgate e detalhada explanação sobre a temática, além de anunciar que “a

⁹³ Lembremos a acirrada discussão de Pierre Bourdieu (1994) contra a linguística estrutural em seu célebre ensaio A teoria da prática.

⁹⁴ O sociograma é um diagrama do mapeamento gráfico das interações preferidas, obtidas através de entrevistas e questionários (Moreno, 1994).

linguagem dos grafos é a ferramenta⁹⁵ fundamental para descrever a morfologia das redes sociais”, ou seja, no caso “da análise de estruturas em redes, a unidade de observação pode estar focada nos nós, no tipo de relações ou na estrutura como um todo” (Higgins, 2018).

3.3 Ativismo em rede e Ciberdemocracia

Ao se retomar a história dos movimentos sociais contemporâneos, e sua consequente apropriação das tecnologias de informação e comunicação empreendida em prol de sua organização, divulgação de ações e reivindicações, se faz possível considerar que, assim como outros segmentos da sociedade, além de apropriar-se dos meios e recursos tecnológicos da comunicação massiva e infovias⁹⁶ da informação, tais movimentos ou mobilizações humanas também assumiram a tendência progressiva em organizar-se, articular-se e relacionar-se em redes. Redes de movimentos sociais, com os mais diversificados fins, mas que articulados têm originado um novo tipo de ativismo⁹⁷, cujas ações diferenciais em relação às militâncias de épocas precedentes apontam para novas formas de ação social, cultural e política, genericamente denominadas de ativismo à distância, digital, em rede ou de *ciberativismo*, para além de originar outras denominações que apontam para a progressiva mediação tecnológica nas problemáticas próprias de nações, países, estados e cidades, justificando e corroborando na origem de termos como *cibercultura*, *cibermilitância*, *cibercidadania* e *ciberdemocracia*⁹⁸.

⁹⁵ Em tratando-se de ferramentas tecnológicas, faz lembrar que “os analistas de rede já desenvolveram programas ordenadores (softwares – *logiciels*) que permitem processar as informações diádicas coletadas: os softwares Pajek (versão 5.04) e Ucinet (versão 6.461).

⁹⁶ Em linhas gerais, ou no *sensu* comum, trata-se de redes de banda larga que se utilizam de modems digitais via linha telefônica, cabo de fibras óticas ou conexões *wireless* via rádio ou satélites, dentre outras possibilidades tecnológicas.

⁹⁷ Filosoficamente o termo diz respeito a “qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa, freq. subordinando sua concepção de verdade e de valor ao sucesso ou pelo menos à possibilidade de êxito na ação; na literatura significa gênero de literatura com conteúdo político, literatura engajada; na política toma o sentido de propaganda a serviço de uma doutrina ideológica, partidária, sindical etc. (Oxford University, 2025). Com a tendência da formação de “redes”, o aparecimento de termos como “ciberdemocracia”, “cibercidadania”, “cibermilitância” e formas de ação social e política a distância, tem sido genericamente denominado como “ativismo em rede”, se bem a existência de outras denominações como “ativismo” e “ativismo digital” (Almeida, 2014).

⁹⁸ O prefixo “*ciber*” presente nestes termos teve sua origem nos estudos de Nobert Winer (vide capítulo 1, tópico 1.1 deste estudo).

Destarte tal miríade de termos consolidados pela evolução das ferramentas tecnológicas, especialmente daquelas que potencializaram os meios e formas de comunicação e ação humanas se, por um lado, libertaram o ativismo do que se caracteriza e se reúne sob a denominação de movimentos sociais, bem como, da noção ou necessidade de corpo presente ou de presencialidade⁹⁹, por outro também ampliaram as possibilidades de estratégias persuasivas que potencializaram a criação de novas formas de agir coletivamente ampliando, do mesmo modo, o alcance das audiências em atitudes, ações, atividades ou atos de protesto.

Sob tais circunstâncias ou princípios, é que, no ano da graça de 2019, um coletivo artístico denominado *Las Tesis*¹⁰⁰, tomou as ruas da capital chilena em protesto mediante a desigualdade e a violência do Estado¹⁰¹ contra as mulheres.

Ao executar a performance *Un Violador en tu camino*¹⁰², realizada em 25 de novembro do mesmo ano, data em que também se celebra o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres¹⁰³ no país, o coletivo composto por quatro professoras e artistas latino-americanas¹⁰⁴ da

⁹⁹ Em linhas gerais, se entende como a qualidade ou estado de estar presente em local ou lugar físico. Entretanto com o avanço das tecnologias de comunicação, o conceito evoluiu e passou a se referir à possibilidade de estar presente, mesmo que em ambiente virtual.

¹⁰⁰ O “coletivo fora criado com a motivação de teatralizar a produção intelectual feminista, e parte de uma lógica interseccional e trans inclusiva, abordando a violência sobre todos os corpos feminilizados marginalizados, além de realizar projetos e intervenções com outros coletivos de mulheres (cis e transgênero) e travestis” (Wieczorek, 2021, p. 78).

¹⁰¹ Nas últimas décadas, o Direito Internacional dos Direitos Humanos proporcionou o marco para a criação de uma sólida base de normas que visam à prevenção, à penalização e à erradicação da violência contra as mulheres. A ampla ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que, em sua Recomendação Geral nº 19, interpreta de modo conclusivo que o direito de viver uma vida livre de violência está implícito e constitui um pressuposto básico indispensável para se poder gozar dos direitos ali contemplados, assim como a Convenção Interamericana para Prevenir, Penalizar e Erradicar a Violência contra a Mulher (conhecida como Convenção de Belém do Pará), são apenas alguns exemplos da magnitude e especificidade das obrigações assumidas pela comunidade internacional sobre essa questão (Gherardi, 2016, p. 130).

¹⁰² Um estropador em seu caminho, em tradução livre.

¹⁰³ A data de 25 de novembro é marcada como o dia internacional de luta pelo fim da violência contra a mulher. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana. Em março de 1999, o 25 de novembro foi reconhecido pelas Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (ONU Mulheres, 2014).

¹⁰⁴ Ao tratar da invisibilização de mulheres populares latino-americanas, os pesquisadores Jean Carlos Moreno e Ana Carolina Zeferino, considerando a sensibilidade do tema e tendo em vista o que já se sabe, ou seja, “o apagamento da história das mulheres, a invisibilização de suas lutas, o silenciamento de suas vozes, e, principalmente, a identidade cunhada pelo ensino de História” que favorece a construção de uma identidade distorcida, ou seja, pelo “espelho do colonizador”, esboçam sua caracterização do que percebem ser “mulheres latino-americanas”.

cidade de Valparaíso, procurava propagar uma percepção do feminismo por intermédio da arte sob o clamor do lema: "A subversão submersa na beleza é revolução"¹⁰⁵.

Analisando e denunciando o machismo¹⁰⁶ por intermédio da arte, do teatro, *collage*¹⁰⁷ ou *performance* de rua, Dafne Valdés, Lea Cárceres, Paula Cometa e Sibila Sotomayor, criaram o coletivo no ano de 2018, inspiradas na antropóloga feminista e escritora argentina Rita Segato¹⁰⁸, ao detectarem e confirmarem que nos espaços educacionais institucionais não havia difusão das teorias acadêmicas feministas¹⁰⁹.

Assim inspiradas, a performance de rua também conhecida e propalada como *El violador eres tú*, fazendo referência ao patriarcado, ao machismo e ao

Ou seja, dirão que: "mulheres populares latino-americanas são todas aquelas que de alguma forma sentem as violências iniciadas no período colonial, nas práticas que permanecem vivas na sociedade sob a colonialidade. Essas mulheres foram, e ainda são submetidas à subalternidade, à marginalidade e, principalmente, ao apagamento e ao esquecimento. Mulheres populares são aquelas que não são contempladas na lógica de poder vigente, ou seja: mulheres da classe trabalhadora e, principalmente, mulheres de ascendência indígena e africana, que além de ter sua força de trabalho explorada e sua liberdade usurpada, ainda lidam com a racialização de seus corpos, que as tira de uma condição de 'gênero feminino' [...]. Essas mulheres têm em suas vidas praticamente todas as violências perpetradas pela modernidade, e lidam com isso cotidianamente" (Moreno; Zeferino, 2022, p. 236).

¹⁰⁵ Em tese de doutoramento, na área da comunicação, intitulada Poéticas de Multidão - autonomias co(labor)ativas em rede, a pesquisadora Isabelle Nogueira dirá que: "entendidas como uma resposta ao capitalismo, as poéticas de multidão são tratadas como um sintoma da sociedade contemporânea. [...] Em multidão - esse novo modo de existir, contrastando com a ideia de povo ou massa - essas poéticas se relacionam na forma de redes colaborativas. [...] e o corpo em suas ações no mundo, produz emergências poéticas, [...] e as novas formas de organização social que estão sendo postas no mundo produz novos modos de construir conhecimento e uma nova posição dos sujeitos" (Nogueira, 2008, p. 20).

¹⁰⁶ Tipo de "preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres, infernizando-as com a finalidade de controlar comportamentos e subjugar sua existência, para que a apropriação do corpo e do trabalho delas seja mais eficaz e lucrativa na sociedade [...]. O machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, possui bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres (Tenório, 2019, p. 8; 9).

¹⁰⁷ A colagem foi desenvolvida por George Braque (1882-1963) pintor e escultor francês e pelo pintor espanhol Pablo Ruiz Picasso (1881-1973) em torno de 1911, ao final da primeira fase do movimento artístico denominado cubismo [...]. Ao implicar materiais e elementos não estritamente pictóricos como papel-jornal, areia, linhas etc., a colagem romperia com o primado da interação simbiótica entre o ótico e o mental, que vinha se afirmando desde o início do modernismo como essencial na pintura (Martins, 2007).

¹⁰⁸ Tem como foco de combate a violência do Estado contra as mulheres, bem como, a do tipo patriarcal e colonial.

¹⁰⁹ Dentre outras, destaca-se: o Empiricismo Feminista, a Teoria do Ponto de Vista Feminista (Feminist Standpoint Theory), o Construcionismo Social, o Feminismo pós-moderno (pós-estruturalista e desconstrucionista). Nomes de referência: Rita Segato e Maria Lugones, socióloga e antropóloga argentinas, respectivamente.

silenciamento do Estado, foi executada em sincronia com os expressivos protestos¹¹⁰ que ocorriam no país chileno naquele ano. Na coreografia, com os olhos vendados, as mulheres cantam¹¹¹:

(Verso 1)

El patriarcado es un juez / Que nos juzga por nacer / Y nuestro castigo / Es la violencia que no ves (2x) /

(Pré-coro)

Es femicidio / Impunidad para mi asesino / Es la desaparición / Es la violación /

(Coro)

Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía (4x) /

El violador eras tú (2x)

(Pré-coro)

Son los pacos / Los jueces / El estado / El Presidente

(Coro)

El estado opresor es un macho violado [2x] /

El violador eras tú [2x] /

(Verso 2)

Duerme tranquila, niña inocente / Sin preocuparte del bandolero / Que por tus sueños, dulce y sonriente / Vela tu amante carabinero /

(Pós-coro)

El violador eres tú (4x).

(Las Tesis, 2019)¹¹².

Em pouco tempo as manifestações, que tiveram seu início em Santiago, a capital chilena, foram reproduzidas em diferentes cidades do mundo por mulheres que realizaram sua versão particular da performance, colocando o *Las Tesis* no cenário mundial. Os vídeos se difundiram, se propagaram e viralizaram rapidamente pelas redes sociais, compartilhados e comentados em distintos países, materializaram e “corporificaram” a formação de uma arena

¹¹⁰ Em outubro de 2019 as manifestações sociais começaram a tomar grandes proporções no Chile, tendo como pauta central o pleito por uma nova constituição nacional, visto que, até aquele momento, ainda estava em vigência no país a Constituição Política de la República do Chile de 1980, oriunda do período da ditadura militar de Augusto Pinochet (1915-2006). Apesar de diversas reformas, um total de 44, a constituição é rejeitada pela população, que vê, através de sua manutenção e da evolução do modelo chileno de reformas econômicas e sociais, uma crescente precarização da saúde, do trabalho e dos direitos civis (Wieczorek, 2021, p. 80).

¹¹¹ Ao longo e ao passar dos tempos, a música tem sido um dos mais profundos, se não o mais complexo, meio de expressão artística e cultural. Seus efeitos, mais poderosos e penetrantes que de outras artes restritas às aparências, alcança as essências (FISCHER, 1983). Com tal poder para despertar uma variedade de emoções e sentimentos humanos, trata-se de uma poderosa ferramenta no 'acordar' das consciências políticas de diferentes camadas sociais que em algum momento, ou situações vivenciadas, buscam por melhores meios de existir e maior liberdade para se expressar.

¹¹² O patriarcado é um juiz / Que nos julga por termos nascido / E nossa punição / É a violência que você não vê / É feminicídio / Impunidade para o meu assassino / É desaparecimento / É estupro / E não foi minha culpa, nem onde eu estava, nem como eu estava vestida / O estuprador era você / O estuprador é você (tradução eletrônica).

pública, aberta, de entrosamento social, sinergia cultural, direito de cidadania, de ação e participação coletiva democrática ou de *ciberdemocracia*.

Ao término da encenação e do vídeo, as mulheres apontam¹¹³ para frente e exclamam “*el estuprador*”¹¹⁴ eres tu”.

Uma versão, ou uma visão alternativa de organização e ação coletiva em redes sociais que, ao desencadear mecanismos de participação, representação e deliberação popular em ambientes cibernéticos, ou como também se convém denominar de ciberespaço ou esfera pública digital, demandam no “aumento da transparência e na multiplicação dos contatos implicando em uma nova velocidade de circulação das ideias e dos comportamentos”, como observam André Lemos e Pierre Lévy (2010). Sob tal perspectiva, ainda avaliam tais estudiosos:

No que diz respeito aos efeitos sobre a democracia, essa transformação da esfera pública me parece afetar positivamente os quanto domínios estritamente interdependentes, que são as capacidades de aquisição de informação, de expressão e de associação e de deliberação dos cidadãos. Em suma, a computação social aumenta as possibilidades de inteligência coletiva e, por sua vez, a potência do "povo". Outro efeito notável dessa mutação da esfera pública, os movimentos de opinião e de ação cidadã atravessam cada vez mais as fronteiras e entram em fase com caráter, ele mesmo planetário, dos problemas ecológicos, econômicos e políticos (Lemos; Lévy, 2010, p. 14).

¹¹³ Ao apontar o dedo e proferir que “o Estado opressor é um macho estuprador”, elas responsabilizam a estrutura estatal como a verdadeira culpada, considerando que por negligenciar o fim da violência contra as comunidades minoritárias, o Estado comete crime de omissão ao permitir que minorias sejam vítimas da precariedade nas ruas, corroborando assim com Federici (2004), Segato (2022), Bourdieu (2012) e inúmeras outras teóricas e teóricos que apontam o dedo para o machismo estrutural, esclarecendo e tirando o peso individual e alocando para o social/coletivo (Butlher, 2018 *apud* Bast, 2023, p. 102).

¹¹⁴ Buscando analisar a cultura de estupro e as suas características sob a perspectiva do sistema de gênero, a bacharel em Direito Clariana Sommacal e a especialista em Ciências Penais Priscila Tagliari, registram que “a terminologia cultura do estupro advém do termo em inglês *Rape Culture*, introduzido pelas ativistas feministas estadunidenses nos anos de 1970, e diz respeito a uma norma incutida no seio social que por meio de um complexo de crenças, incentiva a prática do crime, tolera a violência contra a mulher e atribui a culpa às suas respectivas vítimas (Womens Against Violence Against Women, 2016, tradução nossa; Fletcher, 2010, p. 1, tradução nossa). Por se tratar de um crime estruturado na sociedade, a cultura de estupro opera de maneira sutil e imperceptível aos olhos dos cidadãos, que já normalizam a violência; configurando, assim, uma forma de violência simbólica, que muito embora seja mascarada, possui efeitos reais e materiais na sociedade e principalmente nas vítimas (Lana *et al.*, 2016, p. 164). Nesse ponto, a cultura do estupro perdura no manto das culturas “[...] como um mecanismo de controle historicamente frequente, mas amplamente ignorado, mantido por instituições patriarcais e relações sociais que reforçam a dominação masculina e a subjugação feminina” (Vitto, Gil e Short, 2009 *apud* Brownmiller, 1975, p. 256 *apud* Silva, 2014, p. 133).

No atravessar das fronteiras geográficas e institucionais, novas denominações ou terminologias para o exercício do poder popular frente a emergência e existência das interconexões que tecem “relações entre territórios, entre computadores, entre meios de comunicação, entre documentos, entre dados, entre categorias, entre pessoas, entre grupos e instituições” (Lemos, Lévy, 2010, p. 14), também entrecruzam distâncias e fusos horários nacionais ou transnacionais.

Dentre tais terminologias, a origem do termo *ciberdemocracia*, para além de destacar o potencial das tecnologias e mídias digitais também sugere, ou estabelece uma intensificação e generalização da livre diversidade de ideias e ideais, de saberes e de recursos postos em um espaço aberto à comunicação e à cooperação, ou seja, uma combinação entre liberdade e processos de inteligência coletiva¹¹⁵. Em outras palavras, um espaço de apropriação social das funcionalidades pós-massivas do ciberespaço que possibilitariam o rompimento do discurso hegemônico, dantes expressos e manifestos pelos *mass media*¹¹⁶, com a criação de condições para uma maior relação entre uma comunicação interativa e uma a nova esfera pública mundial (Lemos, Lévy, 2010), em um contexto no qual ou pelo qual:

Diferentemente da plasmação da opinião e do público formados na estrutura infocomunicacional "um-todos" do "*mediaspace*" massivo, as novas mídias digitais e suas funções pós-massivas quebram a hegemonia de um único discurso sobre o que é público, oferecendo como contraponto uma miríade de vozes (opiniões) emergentes. Surge agora novos problemas, mas também oportunidades nessa cacofonia de vozes. Para melhor ou o pior, o fato é que a evolução do espaço midiático criou as condições para uma nova relação entre espaço público e a interação comunicativa (Lemos, Lévy, 2010, p. 60).

Por intermédio desta estrutura informacional e comunicacional, propiciado pelas tecnologias digitais, mídias e redes sociais, o coletivo *Las Tesis*, se entabularam uma arena pública virtual, também inauguraram uma nova esfera pública de debates, onde puderam expor as desigualdades sociais,

¹¹⁵ Segundo afirma Pierre Lévy, criador do termo *ciberdemocracia*, a inteligência coletiva é “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Ela visa ao reconhecimento das habilidades que se distribuem nos indivíduos, a fim de coordená-las para serem usadas em prol da coletividade (Lévy, 2003, p. 28).

¹¹⁶ Mídias de massa.

a discriminação racial, a marginalização e a violência, em escala mundial, vivenciadas coletivamente por mulheres, originalmente, de corpos não-brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE NÓS E AS REDES

Os historiadores tem como claro que o tempo é uma construção histórica, vivenciada por diferentes culturas, nas quais a memória é um fenômeno histórico atual e um elo vivificado, contínua e essencialmente, no presente. Um elo, não somente responsável por crenças, sentimentos e emoções, mas também dotado de razão. Um tempo histórico que busca apreender as mudanças culturais, a complexidade dos eventos técnico-científicos, das organizações e transformações das sociedades humanas, bem como, a essência dos acontecimentos sejam estes, únicos ou singulares, memoráveis ou imemoráveis, individuais ou coletivos. Um tempo cronológico, um mosaico tecido pela complexidade da trajetória humana, entrelaçado pelos fragmentos de diferentes povos, culturas, costumes, crenças, criações. Um baralho de cartas, ou um sistema simbólico, nos quais as peças, ou os signos não se isolam entre si. Eles se entrecruzam, se encaixam, e criam uma imagem, ou uma representação imagética que simboliza e assinala como as civilizações se influenciam, ou se inspiram, ao longo e ao passar dos tempos.

Assim, e para além de fatos, eventos e acontecimentos, especialmente no mundo das décadas dos anos de mil novecentos e cinquenta, setenta e noventa, que demarcaram crises econômicas, descobertas científicas, tensões globais e avanço em tecnologias, se assomaram fenômenos ou vetores prestes a abalar, em nome da razão, passados vividos, presentes vivenciados e futuros em construção. Entre tais vetores, o avanço do capitalismo que colocava em dúvida a si próprio como um fator de 'progresso' prestes a assolar o presente.

Entre progressos, e afora os sistemas socioeconômicos, que tem o neoliberalismo como um expoente do capitalismo, e que mantêm estreita relação com a evolução de técnicas e avanços em tecnologia, em especial daquelas que demandaram em relevante impulso dos meios e modos de comunicação, maior capacidade de produção, tratamento, armazenamento e transmissão da informação, se tornou possível perceber marcos significativos e essenciais tanto na área social, econômica e política, quanto na área cultural.

Dentre avanços em tecnologia, a emergência da Internet, a rede das redes, como um novo meio de comunicação, que esteve associada com afirmações conflitantes sobre a ascensão de novos padrões de interação social

tendo, por um lado, a formação de comunidades virtuais baseadas, sobretudo, em comunicação eletrônica ou *online*, foi interpretada como a culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação de comunidades que estabelecem padrões, ou novos protótipos exclusivos de relacionamentos sociais que pouco a pouco tem, não só intervindo, mas ressignificando os moldes da comunicação, das relações, do contato e convívio humano em ambiente tangível, real, limitado e percebido pelos sentidos. Ou seja, uma mediação tecnológica que têm e vêm afetando diversos ângulos da existência e aspectos das organizações humanas.

Nos domínios do social, uma nova terminologia oficial para a organização das sociedades humanas, o de Sociedade da Informação, que não apenas sugere, como também reconhece, o inevitável avanço científico e desenvolvimento tecnológico no qual se destacam, as tecnologias e redes de informação e comunicação, as tecnologias de inteligência artificial, além das tecnologias de inovação, que tem o Vale do Silício como um dos seus maiores expoentes. Uma sociedade centrada em técnicas, nas quais, ou pelas quais, “novas” ou “atuais” tecnologias têm impresso os ritmos e velocidade aos processos comunicacionais e processamento massivo de informação. Em técnicas, tecnologias e informação sem as quais a sociedade como um todo, doravante, não poderá ser compreendida ou representada, mesmo que incorporem capacidade de transformação decorrente dos usos que se possa imprimir em seu ferramental tecnológico, especialmente se distribuídos ou compartilhados em redes. Em uma sociedade em rede, ou de redes, que se caracteriza ou se define pelo alcance da comunicação, interações sociais, conexão e controle descentralizado e abundância de informação.

Em redes operadas ou operacionalizadas por circuitos eletrônicos, capital informacional, inteligência humana e artificial. Em inteligência artificial que, se por um lado, apresenta vantagens e comodidades para o cotidiano, por outro, também apresenta contratempos e desafios para o existir da humanidade impactando diferentes aspectos da sociedade, nos quais se incluem vieses e preocupações com segurança, desigualdade social, riscos à privacidade, desinformação, dentre outros que requerem estudos aprofundados, cuidadosa e precavida atenção com a qual, estudiosos de diferentes áreas do conhecimento científico, têm se debruçado em desvelar os

impactos da inteligência artificial, haja vista a exuberância e repercussão que seus efeitos têm provocado em tantos e diferentes âmbitos e áreas sociais incluindo-se, dentre os demais, os setores criativos das culturas humanas.

Nas esferas da cultura, sob o impacto das tecnologias de informação, redes de comunicação, e ambientes telemáticos das inteligências artificiais, novos termos ou percepções, a exemplo de cultura midiática, cultura digital e cibercultura, emergiram e têm sido os mais utilizados, ou os mais difundidos, para caracterizar e denominar formas de criação e de mediação tecnológica nos moldes de produção, reprodução ou apropriação de símbolos e disseminação de signos nos espaços de sociabilidade contemporânea cognominados ciberespaciais.

Propalados e amplamente disseminados, tais termos tem sido entendidos como os mais significativos e fundamentais para a compreensão dos novos moldes de sociabilidades que emergem dos ciberespaços abertos pelos meios digitais das tecnologias contemporâneas. Entre outras percepções, ou entendimentos possíveis, o conceito de “sociabilidade virtual”, que retrata o indivíduo não mais como uma pessoa, mas como o usuário, a informação ou a mensagem, mesmo que a comunicação seja composta, estabelecida e mediada por dispositivos eletrônicos e linguagens de máquina que fazem uso e mesclam códigos, símbolos e signos, ressignificando diferentes aspectos e sentidos da cultura humana.

Do mesmo modo, a concepção de comunidades virtuais, como um novo modelo ou padrão de interação social com base em comunicação digital, sendo considerada a responsável pelo processo histórico que rompeu com a vinculação entre localidade e sociabilidade na constituição de coletividades, a partir de novos e seletivos moldes de relações sociais, em substituição aos tradicionais formatos das relações humanas, que tomavam como base os limites territoriais. Comunidades virtualizadas, ou digitais, que tem como parâmetros e métricas a participação, interação e engajamento em eventos e debates “desterritorializados”.

Em um mundo “conectado” cuja sociabilidade, haja vista o potencial tecnológico e influência na sociedade, também têm sido definida como virtual, tomando como princípios os valores e hábitos que surgiram com a tecnicidade da cultura contemporânea. Em uma tal sociabilidade, cujos relacionamentos e

processos interativos entre os símios humanos se opera por meio de plataformas eletrônicas e interfaces digitais que simulam relações, contatos, dinâmicas e práticas reais impactando, incontestemente, comportamentos e antigas tradições culturais.

Uma cultura designada digital, cuja dimensão abarca toda uma complexidade de símbolos e signos que se opera entre os mundos reais e virtuais, entre nós e as redes, em associações ou conexões mediadas por tecnologias e interfaces digitais que simulam o *face a face* do contato presencial, das identidades reais e realidades simuladas, em cujo entendimento, por vezes, expressa os usos que a sociedade imprime ao potencial tecnológico nos diferentes âmbitos da existência em comum e em espaços de poder e arte, como os existentes nos ambientes virtuais e espaços dinâmicos das redes sociais, presentes na virtualidade dos mundos *off* e *online*. Do poder de erguer ou destruir “coisas belas”,¹¹⁷ tanto na arte ou na cultura, quanto nas existentes coletividades ou sociedades humanas.

Em redes sociais, e, portanto, em espaços de poder mediado por recursos computacionais digitais ou virtuais, as mulheres latinoamericanas do coletivo cultural chileno *Las Tesis*, muito mais do que inaugurar uma arena e uma esfera pública para denunciar e se rebelar contra a cultura do estupro que, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgados no ano de 2021, alcançou uma média de “736 milhões de pessoas”. Ou seja, um número expressivo de mulheres que ainda não expuseram ao mundo tal violência fazendo uso dos recursos técnicos e tecnológicos das redes sociais. Uma prática milenar que não ocorre tão somente no âmbito da sexualidade, como também afeta o emocional, o psíquico e o intelectual. Assim, com a performance *El estrupador eres tu*, o coletivo de mulheres executou uma demonstração do poder de alcance das redes sociais, independente da “amnésia” social e “letargia” cultural que traspassa os mundos “real” e virtual, mesmo que hajam tantos avanços e “poder” em tecnologias, inovação, comunicação e informação.

Um poder de alcance que, se por um lado, tornou-se ferramenta e sinônimo de desinformação com a disseminação de inverdades e falsificações,

¹¹⁷ Em alusão à música *Sampa* (1978), de Caetano Emanuel Viana Teles Veloso, ou tão somente do cantor, músico, produtor, arranjador, escritor, brasileiro e baiano Caetano Veloso.

por outro favorecem, ou auferem, publicidade “ilimitada” que amplificam o alcance e a visibilidade de projetos, de propostas individuais ou manifestações políticas e artístico-culturais, independente das pautas, das causas, das temáticas e barreiras geográficas. Auferem, ou abarcam, inimaginável audiência, engajamento e mobilização pública em grande ou larga escala possibilitando que qualquer indivíduo, ou organização civil, possa disseminar uma causa, sensibilizar e mobilizar indivíduos e comunidades, como também pressionar os organismos estatais por mudanças seja, em arenas terrestres, siderais, ou virtuais em redes *ciberespaciais*.

Em redes, ou em mobilizações civis articuladas, que contornam as mídias tradicionais e geram o que se têm denominado *ciberativismo*, em cujos “nós”, o coletivo cultural de mulheres latinoamericanas demonstrou que, se há entre nós mazelas, há muito mais dilemas do que tão somente cultura, diversão e arte, tanto nas esferas, quanto nas arenas públicas das redes sociais, mesmo que concebam a utopia de coletividade e desloquem as adversidades das interações sociais do real para o virtual, ou, o seu inverso.

Por mulheres, relegadas e menosprezadas enquanto sujeito, ou sujeitas de direitos. Mulheres que, nas narrativas historiográficas, foram preteridas, desprivilegiadas e relegadas para um patamar de esquecimento, invisibilidade, emudecimento, insignificância. Mulheres latinoamericanas, ou do mundo como um todo, desumanizadas e silenciadas de seu sofrimento. De um silêncio que abafa e absolve a violência da punição penal. Uma persona, uma presença, uma *effigie* humana projetada socialmente para existir na privatidade, cuja projeção social espelha-se em obediência, em subserviência e que mesmo esquecida, olvidada e destrutada se voltou para a ação coletiva. Para as interações e mobilizações do ativismo digital que se organiza e opera em arenas públicas virtuais.

Em arenas que consolidam não uma, mas diversas arenas públicas de debates nas propaladas redes sociais que, por suas potenciais especificidades, viabilizam o atravessar de fronteiras físicas ou territoriais, materializando questões reais e realidades intangíveis, proporcionadas pela amplitude e célere disseminação de toda e qualquer ideologia ou informação, quer seja real, fictícia, efêmera, duradoura ou fruto de experiências vivenciadas individual ou coletivamente. Fronteiras reais ou virtuais nas quais, ou pelas quais,

adversidades sociais, culturais, políticas e, portanto, históricas, se configuram como eventos ou períodos de curta ou longa duração. O *lócus* “surreal” onde se registram, ou materializam-se, grandes dificuldades, sofrimentos ou desafios que marcam um determinado tempo, uma sociedade, uma cultura e o mundo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

AGUIAR, Ricardo Portella. O Aparato Retórico Tecnológico e os Novos Rumos do Aprendizado. **Revista Jacaré Acadêmico**, nº. 2, Jan/2009. Disponível em <http://www.jacareacademico.com/12.php>. Acesso em: out./2012

ALMEIDA, M. V. **Movimentos Sociais e Participação Política em Redes virtuais de Comunicação e Conhecimento**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, UEM, Maringá, 2014.

ANDERSON, Perry. **O balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARENDT, H. **A condição humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, **1935 - Formação do império americano [recurso eletrônico]: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque** / Luiz Alberto Moniz Bandeira; Jan Knippers Black. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARBOSA, Cairo de Souza. Um verão em Gênova: terceiro mundismo e perspectivas anticoloniais no Terzo Mondo. **Tempo**, Niteroi, Vol. 30 n.3, 2024. *Comunità Mondiale* (1965).

BAST, Aimê Barbosa Martins. **Primavera nas Redes: conexões e lutas no sul global Feminista em #NiUuaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão**. 2023. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023.

BBC World Service . Rodada do Milênio - Protestos marcam encontro da OMC. **BBC World Service**, (nov.,1999). Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_rodad_30.11.htm. Acesso: set./2023.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. Editora Cultrix. São Paulo, 1973.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2002.

BRAUDEL, F. A Longa Duração. In: História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História** - Ano XVI - nº. 62 Abril-Junho, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso de Especialização Educação na Cultura digital**. Tópico V - Transmídia. Portal MEC, 2016. Disponível em:

http://catalogo.educacaonaculturadigital.mec.gov.br/hypermedia_files/live/lingua_gens_do_nosso_tempo/pagina-16.html . Acesso em: 05/07/2025.

BRIGGS, Asa, PETER, Burke. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias; Revisão de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Santos/SP: Editora Filosófica Politeia, 2019.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura Social. *In*: PIERSON, Donald. 1970. **Estudos de organização social – Tomo II: leituras de sociologia e antropologia social**. São Paulo: Martins. p. 156-173.

BURKE, P. **O que é história cultural?**. 2ª edição revista e ampliada. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Zahar, 2008.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**, 1572 (Canto I, 1). Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/camoes2.html>. Acesso em: dez./2015.

CARDOSO, Ciro F. **História e conhecimento: uma abordagem epistemológica**. *In*: VAINFAS, Ronaldo, Cardoso Ciro. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. – (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Inovação, liberdade e poder na era da informação**. *In*: Denis de Moraes (org.) **Sociedade Midiatizada - Conferência realizada no V Fórum Social Mundial - Rio de Janeiro, 2005**.

CASTELLS, Manuel. Creatividad, innovación y cultura digital. Un mapa de sus interacciones. **Revista Telos**. Octubre-Diciembre 2008, Nº 77. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/telos/articulocuaderno.asp?idarticulo=2&ev=77.htm>. Acesso em: ago./2016.

CASTORIADIS, C. **O Fim da Filosofia?**. Disponível em: <http://cyberdemocracia.blogspot.com.br/2011/05/cornelius-castoriadis-o-fim-da.html>. Acesso em: abr/2025.

CAVALCANTE, S. **Curso de Engenharia de Sistemas Embarcados da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**, s/d. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~greco/ese/>. Acesso: set./2024

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 1, pp. 187-213, 2017.

CEOLIN, Arnon M. **Terra arrasada, utopias digitais: história e ideologia no Vale do Silício**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, UFES, 2021.

CORONADO, Cecilia. Violência e legitimidade: análise crítica da "violência sistêmica" em Theodor Adorno e Max Horkheimer. **Civitas 25**, Revista de Ciências Sociais, jan.- dez., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.44138> Acesso: mar./2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col.

"**Memória e Sociedade**", coord. p/Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. v. 1).

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ciência e técnica. As tecnologias de navegação na época dos descobrimentos e a construção da ciência astronômica**, 2000. Disponível em: <http://www.observatorio.ufmg.br/pas22.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CORRÊA, A.R.P. ; GELLER JUNIOR, L.; STELMACH, Y.L.R.; KLASSMANN, J.B.; WEBER, R. História, cultura e tecnologia: uma entrevista com Peter Burke. **Aedos**, v. 13, n. 30, p. 9-20, jan.–jun., 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/121979/66481/506416>. Acesso: jun./2023.

COSTA, W. M. A. **Redes Sociais e Processo Político em J. A. Barnes**. Conversas & Controvérsias, v. 4, n. 1, p. 149-156, 31 out. 2017.

D'ASSUNÇÃO BARROS, J. As crises recentes da historiografia. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, p. 133-158, 2010.

DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. Buhet-Chastel, 1967.

DEGROOT, Gerar. Por que a União Soviética foi a verdadeira ganhadora da corrida espacial (e não os EUA). BBC News, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38407916>. Acesso: nov./2022.

DESLANDS, Suely F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. Debatedores Discussants, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.21122018>. Acesso em: set./2025.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. Editora: Atlas S.A. 2ª Edição. São Paulo, 2011.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados: sobre alguns níveis da cultura de massa**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção Debates; v. 19).

EVANGELISTA, R.; MOURÃO, M. K. Cibernética, Internet e a nova política dos sistemas informacionais. In: **COCCO, Giuseppe (Org.)**. Gabinete digital: análise de uma experiência /. Porto Alegre : Companhia Riograndense de Artes Gráfica (CORAG), 2013. 154 p. – ISBN: 978-85-7770-220-6

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **The Network Society, de Jan van Dijk**. (2019). Revista Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal De Uberlândia, 47(1), 406-414. <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/45514>. Acesso: abr/2024.

FERRARI, P. C. Temas contemporâneos na formação docente a distância – uma introdução à Teoria do Caos, 2008. **Tese de Doutorado** (Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências da Educação – Centro de Ciências Biológicas, UFSC, 2008.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011. <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf>. Acesso em: out./2012.

- FISCHER, Ernest. **A necessidade da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 2000 — (Coleção tópicos).
- FUNARI, P.P. A cidade e a Civilização Romana um Instrumento Didático. Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). **Textos Didáticos**, nr. 28 - Junho, 1997.
- GARRAFFONI, Renata Senna. Lendo sobre arenas romanas e repensando o papel dos gladiadores. **Mimesis**, Bauru, v. 29, n. 2, p. 105-122, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/645810502/Gladiadores-Romanos>. Acesso em: set./2024.
- GIDDENS, A. O mundo na Era da Globalização. Tradução de Saul Barata, Editorial Presença, 2006.
- GHERARDI, Natalia. Violência contra mulheres na América Latina. **SUR 24** - v.13 n.24 • 129 - 136 | 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/12-sur-24-por-natalia-gherardi.pdf>. Acesso: out./2024.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz *et al.*. Alemanha: o modelo de capitalismo social e os desafios no limiar do século XXI. **Rev. Sociologia Política.**, v. 22, n. 51, p. 55-75, set. 2014. DOI 10.1590/1678-987314225104
- HABERMAS, J., 1929. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Jurgen Habermas: Tradução Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo; Martins Fontes. 2000. - (Coleção tópicos).
- HAYTHORNTHWITE, C. Social network analysis: An approach and technique for the study of information exchange. *Library and Information Science Research*, 1996. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740818896900031>. Acesso: ago./2023.
- HARTOG, 2006. **Tempo e Patrimônio**. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02/09/2023.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HEGEL, Georg W. Friedrich. **Filosofia da História**. 2. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- HIGGINS, Silvio Salej. **Análise de redes em Ciências Sociais**./ Silvio Salej Higgins e Antonio Carlos Andrade Ribeiro. – Brasília: Enap, 2018. 227 p. : il. –
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos, o breve século XX, 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, A. B. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Moderna, 1969.

INSTITUTO VLADMIR HERZOG. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso: out./2025.

JOHNSON, Steven. **Como chegamos até aqui: A história das inovações que fizeram a vida moderna possível**. Tradução: Claudio Carina Zahar, 2015.

JUSTO, Marcelo. O segredo que faz da Alemanha a economia mais sólida do mundo. **BBC Mundo**, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160131_segredo_alemanha_economia_ab. Acesso em: out./2022.

KANASHIRO, Marta M. Kanashiro; EVANGELISTA, Rafael. Cibernética, Internet e a nova política dos sistemas informacionais. In: **Gabinete digital: análise de uma experiência / organizador Giuseppe Cocco**. – Porto Alegre : Companhia Riograndense de Artes Gráfica (CORAG), 2013. 154 p. – ISBN: 978-85-7770-220-6

KERBAUY, Maria Teresa M. Políticas de Informação, Construção de Redes e Diversidade cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.5, n.1/2, p. 60-69, jan./dez. 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Edições 70, 1975.

LACAN, J. O Seminário, livro 6: **O Desejo e sua Interpretação (1958-1959)**. Texto estabelecido por Jacques-Açain Miller: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2016.

LASTESIS (Coletivo). Un violador en tu camino. [S. l.]: Colectivo Registro Callejero, 2019. 1 vídeo (aprox. 2 min.). Publicado em 29 nov. 2019. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: dia mês ano.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed. 2004.

LEMOS, André. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia** - André Lemos e Pierry Lévy - São Paulo: Paulus, 2010. - (Coleção comunicação)

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**, Tradução Carlos Irineu Costa. Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999. 160 p. (Coleção Trans).

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1908-2009. **As Estruturas elementares do parentesco**; tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982. 540p. ilustr. 23cm.

LUNZ, Leandro da S. Mulher e História: Da invisibilidade à sujeito de análise. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7829>. Acesso: jun./2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7829>. Acesso: MATTELART, Armand e Michéle. **História das teorias da comunicação**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Edições Loyola, São Paulo, 2011. 14 ed.

MATTELART, A. A era da Informação: gênese de uma denominação descontrolada. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 15, Agosto 2001. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: ago./2024.

- MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3ª ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2008. 307 p. - [Biblioteca UEM]
- MARTELETO, Regina Maria. A análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em dez./2012
- MARTINS, Luiz Renato. Colagem: investigações em torno de uma técnica moderna. **ARS** (São Paulo) 5 (10), 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-53202007000200006>. Acesso em: ago/2025.
- MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, dez./2007.
- MORAES, Dênis de. **Comunicação alternativa e redes virtuais: os movimentos sociais na Internet**. Semiosfera, ano 2, número 3, dezembro/2002. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera03/perfil/mat1/frmat1.htm>. Acesso em: abr./2013.
- MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. [tradução de Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel]. - Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- MORENO, Jacob Levy. Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama. **Dimensão**, 1994.
- MORENO, Jean Carlos; ZEFERINO, Ana Carolina Simão. Mulheres populares latino-americanas: invisibilização e Ensino de história. Jornadas Latino-americanas de Ensino de História (3: 2022, Ponta Grossa-PR); Seminário Nacional de Didática da História (13, Ponta Grossa – PR).
- MOURA, Ana Maria da Silva. **História Moderna**. v. 1 / Ana Maria da Silva Moura, Cláudia Santos. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 256 p.; 19 x 26,5 cm. ISBN: 978-85-7648-635-0.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria História e Historiografia**. Curitiba: Editora Appris, 2020 (313 p.).
- NOGUEIRA, Isabelle Cordeiro. Poéticas de Multidão - autonomias co(labor)ativas em rede. **Tese de Doutorado**. São Paulo: 2008
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Manual de Oslo: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. 2 edição. Paris: OCDE, 1997. ----- ok
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração do Milênio. Nova Iorque, 8 set. 2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Acesso: abr./2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ONU Mulheres, 2014. Disponível em: onumulheres.org.br. Acesso: out./2024.
- O'MARA, M. **The Code: Silicon Valley and the Remaking of America**. New York: Penguin Press. 496 pp. October 2023.
- Oxford University Press. **Oxford Languages**, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/search>. Acesso: dez./2023.
- PEGUIM, Cássia Natanie. O Brasil e o Desenvolvimento Sustentável: Estado e recursos naturais (1992 – 2012). **Tese de Doutorado**. 170f. Universidade

Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Área do Conhecimento: História e Sociedade, 2021.

PLONSKI, Guilherme Ary. Inovação em transformação. **Estudos Avançados** 31 (90), 2017.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Portal Unicamp. **Boltzmann, Ludwig Eduard (1844-1906)**. Disponível em: www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/boltz.htm [sd]. Acesso: nov./2023.

Portal Unicamp. **Gibbs, Josiah Willard (1839-1903)**. Disponível em: <https://sites.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/gibbs.htm> - gibbs [sd]. Acesso: nov./2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. *In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.)*. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 538p. – Humanitas.

RIBEIRO, Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 2, 211-226, mai/ago. 2012.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Capítulos sobre a História do Século XX, 2013. 281f. **Tese de Doutorado** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

RIESMAN, David. **A multidão solitária**. Editora Perspectiva, 1995. ISBN 9788527306454.

ROMANELLI, Sandro L. T. B.; TOMIO, F. R. L. Suprema Corte e segregação racial nos moinhos da Guerra Fria. **Revista Direito FGV**, v. 13 n. 1. Jan-Abr 2017. ISSN 2317-6172. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/a3216243-a9cb-48aa-a216-3d482b31f522/content>. Acesso: jan./2022.

RÉMOND, R. **O século XX: De 1914 aos Nossos Dias**. Tradução Octavio Mendes Cajado. Editora Cultrix. São Paulo, 1985.

REDE, M. **História e Cultura Material**. *In: VAINFAS, Ronaldo, Cardoso* Ciro. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

RIBEIRA, Ricardo. A Guerra Fria: breves notas para um debate. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p.87-106, Jan - Jun., 2012. Trad. Marisa de Oliveira. Disponível em: <https://doi.org/10.3631/0102-5864.2012v49n1.2374>. Acesso em: jul./2022

ROSANELLI, Alessandro Filla (Org.). **Olhares pelo espaço público**. 1a. ed. - Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019. 325p.: il. e-book.

ROSAS, Paulo Henrique. Descobrindo Schumpeter: em qual livro ele fala da inovação? **Update or Die**, 2023. Disponível em: <https://updateordie.com/2023/05/14/descobrindo-schumpeter-em-qual-livro-ele-fala-da-inovacao>. Acesso em: dez, 2023.

SACCHITIELLO, B. Quem seria favorecido com o atraso da inteligência artificial?. **Meio&Mensagem**, 2023. Disponível em:

<https://www.meiomensagem.com.br/marketing/quem-seria-favorecido-com-o-atraso-da-inteligencia-artificial>. Acesso: jan./2024.

SALLES, André Mendes. Livros didáticos como fontes históricas. **II Colóquio Internacional de História: fontes históricas, ensino e história da educação**. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Inteligência Artificial e Cultura: oportunidades e desafios para o Sul Global**. Unesco, 2022.

SANTAELLA, Lucia. **Pensar a inteligência artificial [livro eletrônico]: cultura de plataforma e desafios à criatividade** / Lucia Santaella; organizadores Daniel Melo Ribeiro, Geane Alzamora. - Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023. 51 p.

SANTAELLA, **Culturas e Artes do Pós-Humano: da cultura das mídias à cibercultura**. Ed. Paulus, 2009.

SANTOS, Breno Bittencourt. Cultura do consumo: da promessa de felicidade ao sofrimento psíquico. **Latitude**, vol. 11, nr. 1, pp. 295-333, 2017

SCHAFF, A. A Sociedade Informática. Editora Brasiliense, 1995.

SCHRADIE, Jen. Em livro, socióloga explica domínio conservador na web. **Jornal O Estado de São Paulo**, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/30/interna_internacional,1065892/em-livro-sociologa-explica-dominio-conservador-na-web.shtml. Acesso: set./2025.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?. **Cad. CRH** vol.21 no.54 Salvador Set./Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007. Acesso em: jan./2013.

SCHRADIE, J. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital. **Dossiê Comunicação e Desigualdades**, jan./jun. 2017. Parágrafo, jun/jul, v. 5, n. 1, 2017.

SCHRADIE, J. A revolução que não houve: como o ativismo digital favorece os conservadores. **Estadão Conteúdo**, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/30/interna_internacional,1065892/em-livro-sociologa-explica-dominio-conservador-na-web.shtml. Acesso: set./2025.

SCHMID, C. A teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, nr. 32, pp. 89-109, 2012. Disponível e: <https://revistas.usp.br/geousp/article/download/74284/77927>. Acesso: jul./2023.

SEIXAS, R. Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica. **Cadernos PROLAM/USP** (ano 8 - vol. 1 - 2008), p. 93 - 120.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XII: no loop da montanha-russa**. Coordenação de Laura de Mello e Souza; Lilia Moritz Schwartz - São Paulo: Companhia das Letras, 2011. - (Virando séculos; 7).

SISTER, Gabriel. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto. **Campus Jurídico**, 2007.

- SIRINELLI, J.F. “L’histoire politique et culturelle”, en: Ruano Corbalan, J- C. (coord.), **L’histoire aujourd’hui. Nouveaux objets de recherche**. Courants et débats. Le métier d’historien, Éditions Sciences Humaines, Francia, 1999, pp.157-164.
- SOMMACAL, C. L., & TAGLIARI, P. de A. (2017). A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista Da ESMESC** - Publicação contínua, 24(30), 245–268. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v24i30.p245>. Acesso: fev./ 2023.
- SOUZA, Carlos H. M.; COSTA, Marco A. B. Fronteiras do Ciberespaço. **Vértices**, v. 7, n. 1/3, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/180922667.20050010/81>. Acesso: mar./2023.
- STRATHERN, Paul. **Turing e o Computador em 90 minutos**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica: Carla Fonseca-Barbatti, 2000.
- TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203 p.
- TAVARES, ANA Lúcia L. **Elementos romanos na noção de espaço público em Hannah Arendt**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 90, out./dez. 2023.
- TARVAINEN, Anti. O código. O Vale do Silício e a Reconstrução da América por Margaret O’Mara (2020). **Diário Prometeu**. Editora Diários de Plutão, 2022. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/prometheus.37.4.0371>. Acesso: nov./2023.
- TENORIO, EMILLY M. Machismo. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**. Brasília, CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/2226/serie-assistente-social-no-combate-ao-preconceito-audiolivro-dos-cadernos-7-e-9-ja-disponivel>. Acesso: set./2024.
- VIEIRA, R.M. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 3 pg. 128-129, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38490>. Acesso: nov./ 2022.
- ZANON, Breila. Depois do pós-fordismo: as últimas décadas da razão material do trabalho. **Estud. sociol.** Araraquara v.25 n.48 p.323-349 jan.-jun. 2020.
- YÚDICE, George. **A Globalização da Cultura e a Nova Sociedade Civil**. In: Cultura e Política no Movimentos Sociais LatinoAmericanos: novas leituras. ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 427-464
- ZIM, Aline Stefânia. Cultura kitsch e modernidade: a ascensão do não-autêntico. **Revista Estética e Semiótica**, 2019 - volume 9, n. 2.
- WIECZOREK, Gabriela Traple. O coletivo LASTESIS, o estallido social chileno e a mobilização em rede nos espaços urbanos digitais. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 6,nr. 11/julho-dezembro de 2021- ISSN 2527-0524. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/2240>. Acesso em: 02/10/2025.
- WIENER, Nobert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano dos seres humanos**. Editora Cultrix: São Paulo, 1985, 1ª. Ed.



EL VIOLADOR ERES TU!